

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

MARIANA FRAGA DA FONSECA

**PÁGINAS EM LUTA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES COMO PAUTA
EM PRODUÇÕES DO JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA BRASILEIRO
DE 1970 E 1980**

PONTA GROSSA
2019

MARIANA FRAGA DA FONSECA

**PÁGINAS EM LUTA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES COMO PAUTA
EM PRODUÇÕES DO JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA BRASILEIRO
DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentra-
ção: Processos Jornalísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Janz Woitowicz.

PONTA GROSSA
2019

F676 Fonseca, Mariana Fraga
Páginas em luta: políticas públicas para mulheres como pauta em produções do jornalismo alternativo feminista brasileiro de 1970 e 1980 / Mariana Fraga Fonseca. Ponta Grossa, 2019.
165 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Janz Woitowicz.

1. Jornalismo alternativo. 2. Imprensa feminista. 3. História do jornalismo. 4. Estudos de gênero. 5. Processos jornalísticos.. I. Woitowicz, Karina Janz. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

MARIANA FRAGA DA FONSECA

**PÁGINAS EM LUTA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES COMO PAUTA
EM PRODUÇÕES DO JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA BRASILEIRO
DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos jornalísticos; Linha de Pesquisa: Processos Jornalísticos e Práticas Sociais.

Ponta Grossa, 29 de março de 2019.

Professora Dra. Karina Janz Woitowicz
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Professor Dra. Paula Melani Rocha
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Profa. Dra. Aline Strelow
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Mariana Fraga da Fonseca, CPF número 089.178.859-00, RG número 12.727.492-4, responsabilizo-me pela redação do trabalho, aqui apresentado como dissertação de Mestrado em Jornalismo (UEPG), sob o título “*Páginas em Luta: Políticas Públicas para Mulheres como Pauta em Produções do Jornalismo Alternativo Feminista Brasileiro de 1970 e 1980*”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 29 de março de 2019.



Mariana Fraga da Fonseca

RA: 3100117006018

Às minhas avós, Astrid Darling e Maria da Glória.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Letícia Fraga e Álvaro Franco da Fonseca Junior, meus principais professores e maiores exemplos.

Aos meus amados irmãos, Lucas Daniel Golfetto da Fonseca, Gabriel Fraga da Fonseca e Maria Clara Fraga da Fonseca, os grandes laços que possuo na vida.

Aos meus amados avós, Maria da Glória Fraga, José Guaraci Fraga, Astrid Darling Oilda Ayala Escauriza da Fonseca (*in memoriam*) e Álvaro Franco da Fonseca (*in memoriam*).

À minhas queridas cunhadas, Daiane Santana Marcondes e Sara Motter da Fonseca.

Ao meu amado sobrinho, ou sobrinha, filho(a) de meu irmão Lucas e minha cunhada Sara, que ainda não nasceu mas já enche nossas vidas de alegria.

À minha cara professora, orientadora e amiga Karina Janz Woitowicz.

Às minhas grandes amigas, Giulianna Elisa Rodrigues Schiavon e Kimberly Mariana Wolf Machado.

Aos meus queridos companheiros de mestrado Naiara Nam Ma Perdigão Persegona, Fernando Lopez e Ligia Tesser.

Aos meus queridos amigos Gabriel Dorochenko, Larissa Gaioski e Rafael Natan Arcoverde Silva.

Aos meus amigos queridos e colegas de graduação Millena Sartori, Adriane Hess, Kamila Vintureli e Matheus Dias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e seus respectivos professores e professoras.

Às jornalistas feministas militantes de todos os períodos da história brasileira, razão de ser deste trabalho.

I want to apologize to all the women I have called beautiful before I've called them intelligent or brave. I am sorry I made it sound as though something as simple as what you're born with is all you have to be proud of when you have broken mountains with your wit. From now on I will say things like "you are resilient", or "you are extraordinary", not because I don't think you're beautiful, but because I need you to know you are more than that.

Rupi Kaur

RESUMO

Esta pesquisa se concentra em, a partir de uma seleção de reportagens produzidas pelos jornais alternativos feministas *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, identificar como a temática políticas públicas para mulheres foi abordada jornalisticamente. Especificamente, procuramos 1) realizar um levantamento quantitativo de reportagens que abordem a temática de políticas públicas para mulheres; 2) analisar, de forma aprofundada, um universo reduzido e representativo dessas matérias; e 3) reconhecer as diferentes abordagens utilizadas pelos jornais alternativos feministas para tratar desta pauta. O objeto de análise empírica compreende as reportagens destes veículos voltadas para a temática de políticas públicas para mulheres, que se desdobram em pautas de trabalho, saúde e direitos civis. Para o desenvolvimento metodológico desta pesquisa se utiliza pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo considerando a intenção de realizar uma análise profunda dos textos das reportagens selecionadas. Ao todo, foram identificados 109 textos referentes à temática de políticas públicas para mulheres, sendo 42 destes correspondentes à categoria ‘saúde da mulher’, 29 a ‘direitos civis’ e 38 a ‘direitos trabalhistas’. Deste universo, 16 reportagens – seis da primeira categoria, quatro da segunda e seis da terceira – foram analisados em profundidade com relação às características jornalísticas determinadas: linha editorial, fontes e apuração.

Palavras-chave: jornalismo alternativo; imprensa feminista; história do jornalismo; estudos de gênero; processos jornalísticos.

ABSTRACT

This research intends to identify how the public policies for women were journalistic approached by the feminists alternative newspapers *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* and *Mulherio*. Specifically, the objectives are 1) to quantify the news that approach public policies for women as theme; 2) to analyze in depth a restrict and representative universe of texts and 3) to recognize the different approaches that were used by the feminists alternative newspapers to deal with this script. The object submitted to empirical analyze encompasses the news about public policies for women that unfold themselves in labor, health and civil rights. To methodologically develop this dissertation, we used bibliographic research and content analysis. 109 texts about public policies for women were found. 42 correspond to women's health, 29 to civil rights and 38 to labor rights. From this universe, 16 news were selected to be analyzed in dept – six from the first category, four from the second and six from the third. Their journalistic features – editorial line, sources and search for information – were the main references to form the analysis.

Keywords: alternative journalism; feminist press; journalism history; gender studies; journalistic process.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Incidência das categorias temáticas nos jornais.....	75
GRÁFICO 2 – Incidência das categorias temáticas no jornal Brasil Mulher ao longo de cinco anos de publicação.....	75
GRÁFICO 3 – Incidência das categorias temáticas no jornal Nós Mulheres ao longo de três anos de publicação.....	76
GRÁFICO 4 – Incidência das categorias temáticas no jornal Mulherio ao longo de oito anos de publicação.....	76
GRÁFICO 5 – Incidência das pautas no jornal Brasil Mulher referentes à categoria direitos trabalhistas.....	79
GRÁFICO 6 – Incidência das pautas no jornal Nós Mulheres referentes à categoria direitos trabalhistas.....	80
GRÁFICO 7 – Incidência das pautas no jornal Mulherio referentes à categoria direitos trabalhistas.....	80
GRÁFICO 8 – Incidência das pautas no jornal Brasil Mulher referentes à categoria saúde da mulher.....	81
GRÁFICO 9 – Incidência das pautas no jornal Nós Mulheres referentes à categoria saúde da mulher.....	81
GRÁFICO 10 – Incidência das pautas no jornal Mulherio referentes à categoria saúde da mulher.....	82
GRÁFICO 11 – Incidência das pautas no jornal Brasil Mulher referentes à categoria direitos civis.....	82
GRÁFICO 12 – Incidência das pautas no jornal Nós Mulheres referentes à categoria direitos civis.....	83
GRÁFICO 13 – Incidência das pautas no jornal Mulherio referentes à categoria direitos civis.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – JORNALISMO ALTERNATIVO E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO E NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.....	21
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS ALTERNATIVAS.....	24
1.2 O JORNALISMO ALTERNATIVO BRASILEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO.....	30
CAPÍTULO 2 – JORNALISMO E GÊNERO: DO CAMPO ACADÊMICO ÀS PRODUÇÕES DA IMPRENSA FEMINISTA ALTERNATIVA BRASILEIRA.....	34
2.1 JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	37
2.2 A TRAJETÓRIA DOS JORNAIS FEMINISTAS BRASIL MULHER, NÓS MULHERES E MULHERIO.....	43
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	52
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	58
3.1 ESTADO DA ARTE.....	58
3.2 OBSERVAÇÕES ACERCA DO OBJETO: CARACTERÍSTICAS DOS JORNAIS FEMINISTAS.....	61
3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS INTERPRETATIVAS.....	64
3.4 RESULTADOS GERAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPRENSA FEMINISTA.....	68
3.5 SELEÇÃO DE REPORTAGENS E ANÁLISE EM PROFUNDIDADE DO MATERIAL.....	74
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE EM PROFUNDIDADE.....	82
4.1 CATEGORIA SAÚDE DA MULHER.....	82
4.2 CATEGORIA DIREITOS TRABALHISTAS.....	91
4.3 CATEGORIA DIREITOS CIVIS.....	102

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A - MEMORIAL.....	122
APÊNDICE B - QUADROS COM REPORTAGENS SELECIONADAS DE CADA VEÍCULO QUE COMPÕEM O OBJETO EMPÍRICO.....	127
APÊNDICE C - QUADROS COM TRECHOS DAS REPORTAGENS SELECIONADAS PARA ANÁLISE EM PROFUNDIDADE.....	152

INTRODUÇÃO

O século XX foi um período da história humana marcado pela instauração de diversos regimes autoritários ao redor do mundo e de simultâneos movimentos de resistência. Em especial na América do Sul, durante a falência do modelo de desenvolvimento industrial que visava à substituição das importações, “houve golpes de Estado no Brasil (1964), na Argentina (1966 e 1976), no Uruguai (1967 a 1973) e no Chile (1973)” (CAPARELLI, 1988, p. 11).

Como descreve Caparelli (1988), esses governos ditatoriais militares se caracterizaram pela censura dos meios de comunicação, perseguição a jornalistas, fechamentos de diversos órgãos de imprensa e pela exclusão de atores sociais – de todos os níveis – como fontes de informação. Além destes crimes contra a liberdade de expressão e de imprensa, apresentavam-se como práticas comuns a destruição de organizações de trabalhadores e partidos políticos de oposição e o assassinato, sequestro e desaparecimento de pessoas consideradas ‘subversivas’ por se oporem à ideologia dominante.

Durante este período de repressão que marcou a ditadura militar brasileira, instaurada de 1964 a 1985, emergiram diversas produções da imprensa nacional alternativa, que se tornaram aliadas dos movimentos sociais que buscavam fomentar resistência ao regime. Como nos indica Raimundo Rodrigues Pereira (1986), essas produções surgiram não como meio de corrigir a imprensa considerada hegemônica, mas como uma forma de expressão da média e pequena burguesia, assim como dos trabalhadores, que “defendeu interesses nacionais e populares” (PEREIRA, 1986, p. 56).

Para além de opor-se à política instaurada no Brasil, a imprensa alternativa também se mostrou contrária ao conteúdo antinacional e antipopular veiculado pelo Estado, bem como contra a monopolização da economia e sua integração aos grandes conglomerados empresariais estrangeiros (PEREIRA, 1986). Publicações como a dos jornais *Movimento*, *Opinião*, *O Pasquim*, *Em tempo*, *Última Hora*, *Coojornal*, *Aqui. São Paulo*, *Lampião*, *Ex*, *Bondinho* e *O Amigo do Rei* se tornaram símbolos dos ideais da resistência à repressão militar e, atualmente, são veículos que possuem um grande valor para a análise histórica da ditadura, da imprensa alternativa brasileira e do próprio jornalismo.

Embora a importância do combate à repressão militar naquela época fosse inquestionável, este contexto, em certa medida, proporcionou a invisibilização de movimentos sociais de minorias que, por defenderem pautas consideradas específicas, foram entendidos como menos emergenciais do que a luta pela redemocratização e o combate à censura.

Porém, o cenário aparentemente desfavorável para a reivindicação de demandas minoritárias não inibiu estes diversos setores sociais de se apropriarem de veículos jornalísticos característicos da imprensa alternativa com o objetivo de fomentar discussões em torno de suas pautas e produzir o que posteriormente pretendemos compreender com maior profundidade: um jornalismo alternativo.

Durante os anos de 1970, sob forte influência dos ideais feministas europeus e estadunidenses, a militância conhecida por fomentar a segunda onda feminista¹ passou a ampliar suas demandas, trazendo para o debate público pautas como o trabalho feminino, a reivindicação por maior participação política, a liberdade sexual, a igualdade de direitos entre os gêneros, o direito ao aborto, a necessidade de instauração de políticas públicas para as mulheres (PPM), os diferentes tipos de violência cometidos contra elas, dentre outras.

Este período se caracterizou por fortes tensões entre a militância feminista e setores concentrados no combate à ditadura militar. As questões políticas eram centralizadoras dos debates e exigiram do movimento que priorizava as mulheres flexibilidade para evitar sua completa inviabilização. Essa dinâmica resultou na utilização do discurso marxista como norteador das publicações veiculadas pelo movimento – ferramenta fundamental para fazer com que as demandas feministas tivessem relevância para outros grupos de esquerda. Esse fenômeno é observado por Margareth Rago (1995/1996):

[...] essa postura obedecia a algumas estratégias políticas: de um lado, obter o reconhecimento social de um movimento que colocava a mulher como alvo principal; de outro, conseguir a aliança dos demais setores da esquerda envolvidos na luta pela redemocratização, onde os homens davam as cartas e enunciavam um discurso político bastante característico. Além do mais, nesse momento, o marxismo ainda era considerado o principal instrumento teórico de análise no campo da política revolucionária (RAGO, 1995/1996, p. 34).

Nesse contexto, o *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978) foram os principais jornais feministas produzidos. Ambos tinham como objetivo a conscientização sobre as demandas das mulheres a partir do protagonismo das trabalhadoras pobres, “respaldando-se numa linguagem marxista inicialmente destinada a pensar a luta entre as classes sociais, e não precisamente a guerra entre os sexos” (RAGO, 1995/1996, p. 34). Publicavam conteúdos voltados à resistência à ditadura, destacando em suas páginas a luta pela conquista da anistia.

¹ O período conhecido como segunda onda feminista é descrito por Joana Maria Pedro (2006) como a efervescência do movimento após a Segunda Guerra Mundial que “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Nesse momento, uma das palavras de ordem era: o privado é político” (PEDRO, 2006, p. 269).

Com a chegada da década de 1980 ocorreram mudanças neste cenário. Esta época é descrita por Céli Pinto como “uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres” (PINTO, 2010, p. 17). O movimento se torna mais institucionalizado a partir da fundação de organizações não governamentais e outros grupos organizados e as temáticas relacionadas aos direitos das mulheres se tornam gradativamente mais fragmentadas (WOITOWICZ, 2008).

Sob o olhar das pesquisas acadêmicas sobre mulheres, desenvolvidas com maior intensidade naquele período, e inserido no contexto de decadência do regime militar e processo de redemocratização do país, o Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas fundou o jornal *Mulherio* (1981-1988), que “é citado em vários trabalhos como herdeiro do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, tanto pela agenda quanto pela maneira de fazer comunicação entre os vários movimentos feministas espalhados pelo país” (FREITAS, 2014, p. 159).

A militância feminista destas duas décadas, em sua ampla diversidade, utilizou as possibilidades e a versatilidade da imprensa alternativa e das técnicas jornalísticas como ferramenta transformadora para articular suas demandas, bem como, simultaneamente, veiculou pautas diretamente relevantes ao contexto político da ditadura militar, levantando bandeiras como a da anistia, dos direitos trabalhistas e da luta contra o alto custo de vida.

A relevância destas publicações na organização da militância feminista nos contextos de repressão e no processo de redemocratização, para a imprensa alternativa brasileira e como registro histórico, é fator decisivo para a eleição desse conteúdo como objeto de investigação da presente pesquisa. Mais especificamente, é importante salientar as contribuições que um resgate desta natureza traz para o contexto do jornalismo e, posteriormente, para a caracterização e compreensão de um conceito de jornalismo alternativo.

Tendo em vista esses aspectos, o desenvolvimento de uma pesquisa jornalística sobre a imprensa feminista do período mencionado se mostra relevante e necessária considerando que, enquanto campo social, “o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura”² (SILVA, 2010, p. 33). De acordo com Silva (2010), este enlace é fundamental para refletirmos sobre o papel do jornalismo como participante ativo da fundamentação da normatização social e, conseqüentemente, das representações de gênero instituídas por ela.

² O conceito é compreendido por Silva (2010) como o conjunto de regras, hábitos e valores que são historicamente construídos numa sociedade e que a regem.

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gêneros e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re) produção de valores e representações heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre coisas (e pessoas do mundo) (SILVA, 2010, p. 63).

Os veículos analisados neste trabalho, portanto, ao se integrarem ao universo jornalístico, para além de resistir de forma política em seu contexto, construíram discursos contrários às normas patriarcais e aos papéis de gênero previamente determinados pela sociedade também no âmbito do jornalismo. Priorizando as pautas voltadas a demandas femininas, proporcionando protagonismo para as mulheres de diferentes setores sociais, idades e etnias, as reportagens do *Brasil Mulher*, do *Nós Mulheres* e do *Mulherio* são discursos contestadores não só de seus contextos políticos como das estruturas do próprio jornalismo, tão frequentemente reprodutor e afirmador de estereótipos discriminatórios.

Levando em consideração a busca por compreender de forma aprofundada as diversas maneiras que esses jornais funcionaram como canais contestadores dessas estruturas conservadoras, lançamos olhares sobre as reportagens produzidas por estes veículos com o intuito de procurar temáticas que, simultaneamente, representassem amplamente as bandeiras defendidas pelos veículos, estivessem fortemente atreladas aos contextos políticos e sociais nos quais os jornais se inseriram e, em suas narrativas, enfrentassem estes modelos reacionários de produção jornalística e de sociedade.

Com esta intenção, observamos a amplitude da temática de políticas públicas (PP) e o alto grau de incidência de discussões envolvendo esta pauta dentro dos jornais analisados³, bem como a necessidade emergencial de se explorar com especificidade aquelas voltadas para mulheres e/ou com preocupação com as questões de gênero. Neste contexto, compreendemos o conceito de políticas públicas para mulheres como iniciativas que as incluem como parte do público que será beneficiado como foco específico ou como um segmento atendido por ações governamentais mais abrangentes (FARAH, 2004).

Os movimentos feministas do período de 1970 e 1980 se envolveram diretamente com esta temática ao proporcionarem debates e reivindicarem compromisso do Estado para com a população em manifestações públicas, bem como através da veiculação desta pauta em suas publicações. Estes textos, ao apontarem as demandas que exigem compromisso estatal para

³ Os dados referentes à incidência e quantidade de textos envolvendo as temáticas de políticas públicas serão amplamente discutidos no capítulo referente aos procedimentos metodológicos.

com a população, tão similares às discutidas atualmente, sinalizam que, ainda na contemporaneidade, estas questões não foram superadas.

Em verdade, a necessidade de aprofundar os estudos sobre as tensões que circundam a temática das políticas públicas voltadas para as demandas das mulheres tem progressivamente aumentado. No contexto brasileiro atual, em que observamos uma preocupante e crescente onda conservadora que é indiscutível obstáculo para avanços em diversos debates envolvendo direitos humanos, a pesquisa científica desenvolvida nas universidades tem o potencial de se tornar importante ferramenta de resistência aos retrocessos que ameaçam avanços nos direitos de minorias.

O protagonismo da pauta políticas públicas para mulheres na produção formal de conhecimento, registrado pelos 133.090 trabalhos presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes⁴, aponta a preocupação nacional da comunidade acadêmica de tornar esta temática parte de suas pesquisas, especialmente nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e da Saúde. Entretanto, proporcionalmente, na área da comunicação e do jornalismo a baixa incidência de produções voltadas a este debate indica uma lacuna científica a ser preenchida⁵.

Neste sentido, acreditamos que a temática de políticas públicas voltadas para mulheres pode ser compreendida a partir do campo do jornalismo, considerando sua capacidade de agir concretamente como ferramenta de reflexão social. Direcionar nossos olhares para produções da imprensa alternativa, bem como compreender a construção de um jornalismo alternativo nestes contextos, é uma forma de interpretar estas demandas enquanto questões pertinentes historicamente a partir de compreensões oriundas de diversos setores.

A proposta deste projeto perpassa, portanto, compreender as diversas abordagens que envolvem a temática de políticas públicas para mulheres através das reportagens dos três veículos selecionados, considerando os momentos históricos pelos quais essas produções alternativas passaram e os aspectos jornalísticos utilizados para interpretar e registrar estes contextos, tendo em vista a importância de explorar temáticas de relevância social.

Para além deste intuito, pretende-se refletir sobre a imprensa alternativa do período ditatorial brasileiro enquanto portadora de um jornalismo alternativo, específico e legítimo que, embora vinculado à militância, não perde características de uma produção deste campo, con-

⁴ Consulta realizada no portal dia 20 jan. 2018 a partir de palavras-chave “políticas públicas” e “mulheres” em conjunto.

⁵ O refinamento da pesquisa utilizando palavras-chave ao adicionar o filtro “Área do Conhecimento” na categoria “Jornalismo e Editoração” apresenta um total de zero resultados. Duas categorias “Comunicação” registram trabalhos, uma possuindo 927 resultados e outra 1.174. Pesquisa realizada em 20/06/2018.

siderando que estes jornais, em suas singularidades, contribuíram para orientar os indivíduos e a própria sociedade no mundo real em seu contexto histórico (PARK, 2008).

Defendendo a necessidade de entender que elementos caracterizam estes veículos enquanto produtores de um jornalismo alternativo e com a intenção de reforçar a importância dessas publicações no âmbito social e jornalístico, este trabalho parte da seguinte questão norteadora: Como os jornais feministas alternativos *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio* pautaram a temática de políticas públicas para mulheres através de um modo próprio de fazer jornalismo caracterizado como alternativo?

Tendo em vista a questão norteadora, o objetivo geral deste trabalho se concentra em, a partir de uma seleção de reportagens produzidas pelos jornais alternativos feministas *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, identificar como a temática políticas públicas para mulheres foi abordada jornalisticamente.

Especificamente, procuramos 1) realizar um levantamento quantitativo de reportagens que abordem a temática de políticas públicas para mulheres; 2) analisar, de forma aprofundada, um universo reduzido e representativo dessas matérias; e 3) reconhecer as diferentes abordagens utilizadas pelos jornais alternativos feministas para tratar desta pauta.

O presente documento apresentará, nos distintos tópicos a seguir descritos, aspectos considerados fundamentais para a construção desta pesquisa. Inicialmente, através de referências teóricas, perpassaremos o papel do jornalismo alternativo na construção e na transformação da realidade social, bem como as relações estabelecidas historicamente entre movimentos sociais e produções jornalísticas alternativas. Depois, o olhar se desloca para uma contextualização inicial do material empírico através de resgates sobre a história do jornalismo alternativo brasileiro.

Em um segundo momento, e de forma mais específica, o trabalho perpassa a trajetória do jornalismo alternativo feminista no Brasil para, em seguida, destacar os veículos *Brasil Mulher*, *Mulherio* e *Nós Mulheres*, bem como as relações entre os campos do jornalismo e dos estudos de gênero, área de conhecimento científico que, assim como a jornalística, fomenta esta pesquisa. Ainda nesta etapa, exploram-se conceituações envolvendo as questões de políticas públicas para mulheres.

Já o terceiro e o quarto tópicos deste documento se concentram em apresentar, respectivamente, a metodologia de pesquisa elencada para este trabalho – a análise de conteúdo –, descrição dos processos de seleção do material empírico e do universo de reportagens analisado, e apresentação dos elementos de análise, reportagens submetidas aos procedimentos e interpretações finais correspondentes a análises em profundidade.

Na sequência, é possível verificar os apontamentos finais, espaço destinado a apresentar reflexões que relacionem o referencial teórico produzido para esta pesquisa com as análises feitas sobre o universo reduzido de reportagens selecionadas. Após as referências bibliográficas, o apêndice A apresenta o memorial elaborado sobre o processo de elaboração desta pesquisa, destacando a perspectiva pessoal da autora.

Por sua vez, o apêndice B concentra o primeiro quadro que concentra a catalogação de todas as reportagens selecionadas dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Este quadro foi construído com o objetivo de expor características dos materiais selecionados e contribuir para a posterior análise em profundidade à qual uma amostra destes textos foi submetida. O apêndice C, por fim, reúne os quadros com trechos das reportagens selecionadas, divididos por unidades de análise. Posteriormente, é possível verificar as reportagens analisadas individualmente em formato digital.

1 JORNALISMO ALTERNATIVO E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO E NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Para tratarmos de forma apropriada dos objetivos desta pesquisa é fundamental, primeiramente, perpassar reflexões de caráter teórico que orientam a compreensão sobre aspectos essenciais do jornalismo. Essa etapa se concentra, primordialmente, em pensar a relação entre os processos de construção e transformações pelos quais a realidade cotidiana perpassa o jornalismo, em seus diversos formatos, enquanto influenciador deste contexto e potencial ferramenta de veiculação de discursos contrahegemônicos.

Com o intuito de pensar este primeiro aspecto, recorreremos a Berger e Luckmann (2004) para perceber como o mundo a nossa volta é compreendido numa perspectiva social. Para os autores, a vida cotidiana se apresenta como uma realidade que é interpretada pelos seres humanos e subjetivamente dotada de sentido, na medida em que se forma um mundo coerente (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Nesse contexto, o senso comum – aqui compreendido como uma série de conhecimentos que são comuns a uma sociedade – é carregado de inúmeras interpretações pré-científicas e quase científicas sobre a realidade cotidiana, que, em si, é a realidade por excelência e depende diretamente da interação de um indivíduo com outro e do conhecimento que compartilham na vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 2004).

O jornalismo é um elemento que possui impacto na percepção individual, que, em termos coletivos, desempenha a função de orientação e colabora para a manutenção da vida em sociedade. Especialmente as notícias, neste contexto, se apresentam como referências essenciais. Como defende Robert Park, “a função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. A medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p. 69).

O jornalismo, e especificamente as notícias, assim como a história, a sociologia e a ciência política, ajudam a construir a percepção coletiva da realidade à medida que oferecem às pessoas a orientação necessária para a vida em comunidade. As notícias, entretanto, assim como qualquer produção intelectual humana, não são imparciais e completamente objetivas, elaboradas com o único intuito de levar ao seu consumidor um relato preciso de determinado acontecimento para que este crie sua percepção única do ocorrido.

As notícias passam por processos complexos durante sua produção e são influenciadas por uma série de fatores e indivíduos que modificam seus significados e condicionam o discurso apresentado. Dentre estes condicionantes, a concentração dos meios de comunicação em

grandes conglomerados empresariais é central visto que fortalece determinadas perspectivas, respaldadas por interesses políticos e econômicos, e enfraquece outras – menos convenientes para aqueles que possuem maior influência sobre os media – causando impacto direto na produção noticiosa.

Neste contexto de disputa política e econômica, determinados enquadramentos são mais privilegiados que outros. Segundo Hall (et al., 1999), estas perspectivas derivam, em parte, da noção de consenso enquanto característica fundamental da vida cotidiana e são elaboradas a partir de uma série de explicações, imagens e discursos que compõem o que o público supõe pensar sobre a sociedade. Seu significado perpassa a função interpretativa da notícia, ligada ao fato de que, muitas vezes, os media são responsáveis por apresentar informações sobre acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta de grande parte da sociedade.

Os media, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são novos ou inesperados, aos media cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos realidade problemática. Os acontecimentos problemáticos rompem com as expectativas comuns e são, por conseguinte, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa do consenso, ordem e rotina. Assim, o delineamento, por parte dos media, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos (HALL *et al.*, 1999, p. 228).

A capacidade de influência que os media apresentam faz com que eles se tornem ferramentas de manutenção de poder para aqueles que detêm o controle sobre os meios de comunicação. É possível observar que rádios, televisões, jornais, revistas e outros meios não refletem propriamente o mundo exterior, mas as práticas e os interesses daqueles que possuem o poder de determinar como se dão as vivências das outras pessoas (MOLOTCH; LESTER, 1999).

Essa dinâmica, ao atingir também as notícias, evidencia que os meios de comunicação de massa, ao se encontrarem sob o controle de determinados indivíduos, não apresentam o propósito de buscar a realidade, mas a de proporcionar a criação de uma determinada interpretação sobre o mundo em vez de outra. Como indicam Molotch e Lester (1999), para o indivíduo que consulta as produções jornalísticas como um leque de acontecimentos relevantes ou para o que utiliza o jornal como objeto de estudo, é necessário que se aceite como realidade o

trabalho político através do qual os acontecimentos são determinados como tais por aqueles que detêm o poder de indicação do que é ou não relevante.

Para o público é imprescindível, portanto, saber que as informações que lhes chegam através das notícias estão envolvidas num contexto de disputas para determinar qual versão ou quais versões sobre um acontecimento chegarão até eles. Essa consciência deveria suprir, então, sua necessidade de informação, elemento base para a formação da opinião, extremamente importante no contexto das sociedades democráticas à medida que se relaciona com o exercício da cidadania (CABRERA, 2011).

A estrutura dos sistemas de comunicação, entretanto, não favorece que chegue a conhecimento público a complexidade desses processos e as disputas de poder que envolvem a produção noticiosa. A concentração do domínio dos meios de comunicação nas mãos de poucos indivíduos e grupos corporativos, resultando em grandes conglomerados empresariais, tem como grave consequência a limitada variedade de perspectivas sobre a realidade cotidiana que chega para o público, fomentando a hegemonia discursiva.

A perspectiva do filósofo marxista Antonio Gramsci (1999) com relação a esta temática contribui para uma compreensão mais aprofundada destas relações de poder. O autor descreve a relação direta entre o conceito de hegemonia, que em sua perspectiva envolve a conquista do consenso cultural, político e ideológico de uma classe ou de um grupo de classes, e a supremacia da cultura europeia no mundo.

Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999, p. 399).

Da mesma forma que acontece em largas escalas, esta perspectiva pode ser aplicada a universos menores. Como descreve Gramsci (1999), em alguns casos a hegemonia pode ser exercida inclusive por órgãos privados – realidade social que se relaciona diretamente, como apontado anteriormente, com os grandes conglomerados de comunicação.

Para o autor, a hegemonia é obtida e consolidada a partir de embates ligados aos campos econômico, político, ético e cultural, bem como aos saberes e práticas sociais, aos modos de representação e aos modelos de autoridade que procuram tornar legítimos e universais. A hegemonia, na perspectiva do autor, não é um conceito necessariamente ruim se preparada por uma classe responsável por liderar a construção de um bloco histórico que seja capaz de articular diferentes grupos sociais em volta de uma única vontade coletiva.

É a partir da formação dessa consciência coletiva definida por Gramsci (1999) que a hegemonia se estabelece. Ela só deixará de ser vigente a partir da formação de um consenso para transformar essa ordem, que depende diretamente da capacidade das classes subalternas – que anteriormente eram parte do sistema – de se transformarem em uma força política efetiva, definindo seus objetivos para que resultem em iniciativas e princípios ideológicos coordenados.

A partir do momento em que as classes subalternas se tornam realmente hegemônicas, suscitando um novo tipo de Estado, surge a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, “um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas” (GRAMSCI, 1999, p. 225).

É nestes momentos de embate, em geral, que se formam as ações coletivas, origens dos movimentos sociais. Compreender estes fenômenos em seu amplo grau de complexidade é pertinente e necessário neste momento para que, posteriormente, a reflexão sobre a relação entre o movimento feminista brasileiro das décadas de 1970 e 1980 e a produção jornalística se torne proveitosa e dê menos brechas a lacunas conceituais.

1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AS PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS ALTERNATIVAS

Segundo Alberto Melucci (2001), os movimentos sociais são fenômenos coletivos, heterogêneos e fragmentados que se apresentam ao mundo exterior como uma unidade mas que, internamente, estão cheios de significados, formas de ação e organizações diferenciados, o que faz com que a manutenção da unidade seja uma preocupação constante.

Os movimentos sociais, embora possam transmitir a impressão de homogeneidade, são complexos. Se antes suas manifestações poderiam ser consideradas resultado de forças naturais, nas sociedades contemporâneas fica cada vez mais claro que esses processos são produtos de escolhas coletivas que são pensadas, de decisões (MELUCCI, 2001). Além disso, percebe-se que os movimentos sociais não se apresentam apenas como resposta a uma crise no sistema no qual se inserem.

O conceito de Novos Movimentos Sociais (NMs) de Arato e Cohen (apud DOWNING, 2002) nesse momento nos é caro para compreender que transformações os movimentos sociais enquanto fenômenos sofreram ao longo das décadas e dos diferentes contextos nos quais se desenvolveram. Segundos os autores, os NMs tinham em vista objetivos que em grande medida não dependiam de concessões do Estado – estavam muito mais ligados com o

senso pessoal de identidade e crescimento e com a subcultura do movimento em si (ARATO; COHEN *apud* DOWNING, 2002).

Considerando esse desejo por mudanças sociais mais profundas do que alterações nas estruturas sob tutela do Estado, é possível afirmar, como observa Downing (2002), que as questões mais pertinentes de uma nação e a energia política vital serão, muitas vezes, mais encontradas dentro dos movimentos sociais do que nas estruturas oficializadas dos governos.

Tendo em vista esses aspectos, a linguagem dos movimentos sociais é fundamental. Para Melucci (2001), um movimento, quando em formação, sempre utiliza características do discurso das lutas anteriores a ele, principalmente devido à sua dificuldade de definir uma identidade própria. Podemos citar como exemplo, a apropriação que o movimento estudantil nos anos 1960 fez do discurso marxista. Temos, neste contexto, a formação do discurso público.

O discurso público não é um dado, mas é um produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervêm, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação (MELUCCI, 2001, p. 144).

Este discurso não é, entretanto, formado em uma direção exclusiva. Os fatores que contribuem para sua construção são diversos e, fundamentalmente, multidirecionais. Assim como os produtores das informações e das mensagens, os usuários da comunicação, ao filtrarem o que recebem e realizarem escolhas de consumo, contribuem para a construção do discurso público (MELUCCI, 2001).

[...] da ambivalência do discurso público todos participam como intelectuais ou como profissionais da comunicação, como atores políticos ou como cidadãos e consumidores das mensagens das mídias. E, frequentemente, já que os indivíduos vivem junto diversos destes papéis, as ambivalências se somam (MELUCCI, 2001, p. 146).

Embora todo indivíduo participe ativamente da formação do discurso público, em maior ou menor grau, não é possível desconsiderar os processos de capitalização pelos quais a informação passa. Enquanto mercadoria, ela se submete a jogos políticos e aos interesses especialmente de uma pequena porção de indivíduos que exercem poder sobre os meios de comunicação.

É considerando este cenário que iniciativas contestatórias envolvendo a produção de mídias desligadas das normas majoritárias se tornaram necessárias para que a percepção cole-

tiva sobre o mundo em que vivemos se tornasse menos limitada e conveniente para um determinado número de indivíduos concentrados na manutenção do poder.

As produções de jornalismo alternativo se encontram no centro deste movimento contrário ao fluxo hegemônico da mídia. Publicações desta natureza costumam apresentar perspectivas não convencionais sobre acontecimentos relevantes socialmente e colocar em evidência pautas invisibilizadas por questões políticas, econômicas e ideológicas. Este tipo de produção noticiosa tem o potencial de contribuir com a elaboração de discursos diversificados sobre eventos públicos para que a audiência possua uma gama maior de materiais que contribuam para a construção de seu entendimento sobre a realidade.

Como apontado anteriormente, entretanto, as notícias estão sujeitas às dinâmicas de uma série de agentes que delimitam o que será tratado como acontecimento e que tratamento esses fatos receberão. Essas normas, historicamente, restringiram o acesso à comunicação de diferentes parcelas da sociedade que, em condições menos favorecidas, não possuíam e ainda não possuem o direito de falar e de ser ouvidas através dos meios.

A busca por outras formas de acessar o direito fundamental à comunicação fortaleceu o surgimento de diversos formatos de mídias, dentre elas, algumas denominadas alternativas. Recorremos ao trabalho de John Downing com o objetivo de compreender este conceito e em que medida essa mídia, recorrentemente associada aos movimentos sociais, é alternativa, já que simplesmente determiná-la desta forma seria um paradoxo, afinal, “qualquer coisa, em algum ponto, é alternativa a alguma outra” (DOWNING, 2002, p. 27). Segundo o autor,

[...] esses meios são tipicamente de pequena escala, dispõem em geral de poucos fundos, às vezes não são amplamente conhecidos, de tempo em tempo tornam-se alvo da raiva, do medo ou do ridículo de alguma autoridade, ou mesmo do público em geral, ou ambos. Às vezes têm vida curta, como uma espécie de epifenômeno; outras, perduram por muitas décadas. Às vezes são atraentes; as vezes, entediantes e repletos de jargões; as vezes, alarmantes; e, às vezes, dotados de um humor inteligente (DOWNING, 2002, p. 29)

A mídia radical alternativa, entretanto, não necessariamente representa forças positivas e construtivas. Uma mídia fascista, racista, homofóbica e misógina, por exemplo, nos direciona a retrocessos muito graves, porém não necessariamente deixa de ser radical. Para Downing (2002), quando se trata da mídia radical alternativa é fundamental que observemos o contexto e as consequências que esta mídia pode trazer.

O autor aponta dois objetivos principais para os quais a mídia radical alternativa serve primordialmente: primeiro, expressar de forma vertical oposição às estruturas de poder e ao seu comportamento, a partir dos setores subordinados a ela. Segundo, obter, de forma

horizontal, apoio e solidariedade para a construção de uma rede contrária às políticas públicas instauradas e à própria estrutura de poder (DOWNING, 2002).

Internamente, diferente do que podemos observar nas mídias hegemônicas, a mídia radical alternativa procura instaurar uma organização mais democrática. Externamente, sua relação com as audiências também se constrói de forma diferenciada à medida que as compreendem como usuários em vez de consumidores, ativistas em vez de indivíduos incapazes de exercer criticidade, e variadas em vez de homogêneas, desconstruindo o máximo possível seu caráter mercadológico (DOWNING, 2002).

O que se sobressai, entretanto, das características da mídia radical alternativa é o caráter do seu conteúdo e as direções que eles nos apontam. Como indica Downing (2002), se o discurso da mídia radical alternativa de alguma forma sugere que a estrutura política e/ou econômica da sociedade precisa de determinadas mudanças emergenciais, mesmo que no presente elas não sejam passíveis de execução, seu papel é de manter viva na consciência coletiva como as coisas poderiam ser até que, de fato, possamos executá-las.

No núcleo da produção de qualquer mídia radical alternativa está, portanto, o ímpeto da resistência a diferentes formas de opressão que ocorrem no sistema social. Para Downing (2002), todavia, ela requer diálogo entre diversos setores distintos – gênero, raça, etnias, idade, nacionalidade, profissionalizações – para que possa se concretizar de forma efetiva. A mídia radical alternativa se torna um dos esteios desse processo.

Está no cerne da mídia radical alternativa, portanto, a resistência às múltiplas formas de opressão e, embora não deva ser considerado sinônimo de revolucionário, o jornalismo alternativo se apresenta neste campo de produções midiáticas como um setor que desempenha papel fundamental na contraposição dos discursos das notícias produzidas por veículos hegemônicos.

Segundo Carvalho e Bronosky (2017), o jornalismo alternativo possui caráter civilizador. Se propõe a realizar produções diferenciadas do que é construído pelos meios de comunicação hegemônicos, apresentando perspectivas que propõem um outro olhar sobre a realidade, “cujo propósito, em essência, é assumir este posto e de reorientar o pensamento sobre o que seria jornalismo” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 25). Atton e Hamilton (2008) ao traçarem as origens desse tipo de jornalismo consideram-no uma resposta ao capitalismo enquanto uma forma social, cultural e econômica de organizar as sociedades, bem como ao imperialismo enquanto uma dinâmica global de dominação e consolidação.

A chave para compreendermos o jornalismo alternativo, segundo os autores, é considerar que ele não é uma forma imutável e universal de produção jornalística, mas um esforço,

continuamente em transformação, de responder criticamente às concepções dominantes de jornalismo. O que ele é, em um determinado momento, depende inteiramente daquilo a que ele está respondendo. É necessário, para compreender sua complexidade, entender que sua existência vai além de simples oposição ao *mainstream*. (ATTON; HAMILTON, 2008).

Atton e Hamilton (2008) observam que, no contexto da formação do jornalismo alternativo em meados do século XIX, enquanto a autoridade do jornalismo burguês decaía, crescia a aceitação de uma forma de debate público que culminou no desenvolvimento de novas formas de escrita jornalística e novos modelos de organização e práticas do campo jornalístico. Como apontam Carvalho e Bronosky (2017), as publicações estudadas por Atton e Hamilton:

Destacaram-se pela sua capacidade de influenciar a opinião pública, sobretudo, a classe trabalhadora, cujas únicas fontes de informação em pequena e média escala eram aqueles que, mesmo de modo amador, eram capazes de tratar de questões trabalhistas, da situação de estrangeiros, aspectos como sufrágio e direitos humanos. São jornais que surgiram de associações e sindicatos por proximidades geográficas. Tinham caráter de oposição política ao jornalismo “dominante”, que havia se legitimado pelo seu caráter informativo (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 26).

O jornalismo alternativo observado pelo olhar de Atton e Hamilton é, portanto, uma das consequências do jornalismo tradicional e sua incapacidade de proporcionar um espaço público concreto no qual podem se consolidar debates proveitosos, uma vez que ele se condiciona pelos interesses particulares daqueles que detêm o poder econômico que os sustentam ou pela dependência que apresentam com relação ao Estado (CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

As possibilidades apresentadas por esse tipo de produção jornalística diferenciada fazem com que se desenvolva uma aproximação com grupos sociais marginalizados, bem como com movimentos sociais que reivindicam a mudança estrutural profunda na sociedade. A possibilidade de evidenciar outras percepções ideológicas, de veicular pautas de interesse público para além do que é relevante mercadologicamente e seus modos de produção são fatores que contribuem para que estes grupos se apropriem, reivindiquem um espaço próprio dentro do jornalismo alternativo e o utilizem como ferramenta de reforço e de proliferação do seu discurso.

Esse fenômeno de parceria e de apropriação por parte dos movimentos sociais e outros grupos organizados que utilizam, dentre outras formas de mídia, o jornalismo alternativo para veicular suas demandas, enriquecem o cenário comunicacional à medida que, ao publicarem ideologias contrastantes, levam ao público perspectivas que costumam ser ignoradas pelos

meios de comunicação hegemônicos, justamente porque se contrapõem a seus interesses e desestabilizam a estrutura tradicional.

Muitas vezes o comportamento do jornalismo tradicional produzido pelos meios hegemônicos e suas necessidades mercadológicas são responsáveis por abrir brechas que alimentam o jornalismo alternativo, que se torna uma significativa opção tanto para o público, que acessa seus conteúdos, como para quem produz materiais jornalísticos e não se adequa às estruturas rígidas das produções tradicionais.

Como exemplo do potencial do jornalismo alternativo podemos voltar nossos olhares para o Brasil durante o período de repressão política instaurado pelos governos militares, contexto ao qual pertencem os jornais feministas objetos de análise desta pesquisa e que será tratado com maior profundidade no tópico a seguir. As mudanças profundas que o país sofreu estimularam o surgimento de conglomerados de comunicação que até hoje exercem sua hegemonia comunicacional, como a Rede Globo de Roberto Marinho, favorecendo a produção de um tipo específico de jornalismo.

A limitação da pluralidade de opiniões, o jornalismo declaratório, o oficialismo, a complacência com governos elitistas, enfim, as restrições do direito à informação na imprensa brasileira são efeitos de um modelo cuja lógica é aquela que reforça determinados tipos de pensamento em detrimento de outros (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 30).

Ainda que todas as pessoas sofressem com o controle Estatal estabelecido pela ditadura militar sobre a comunicação, para quem trabalhava na imprensa tradicional, mas era contra o governo, o cenário se mostrava desanimador. Seu trabalho era censurado e, sem poder veicular seu material nos meios convencionais, estes jornalistas viam nas produções alternativas a possibilidade de exercer alguma liberdade produtiva (CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

Embora as iniciativas de produções noticiosas alternativas deste período não tenham sobrevivido, principalmente por razões financeiras e editoriais, até hoje são estudadas e utilizadas como referência para um jornalismo que coloca em seu centro a priorização de uma comunicação que visa à democracia e à possibilidade de veicular uma pluralidade maior de ideologias.

O que observamos neste contexto remete, portanto, às possibilidades de maior democratização que o jornalismo alternativo pode proporcionar na medida em que, ao apresentar potencial descentralizador, pode ser capaz de diluir as concentrações de poder sobre os meios de comunicação, democratizando o acesso à comunicação e, conseqüentemente, diversificando as interpretações sobre a realidade influenciadas pelas notícias.

O exercício dessa forma de produção jornalística faz com que possa existir uma maior variedade de perspectivas ideológicas publicadas, capaz de contribuir para a montagem de um mosaico de notícias mais democrático, ampliando a possibilidade de criar novas, mais complexas e mais diversificadas imagens sobre o que acontece no mundo, multiplicando as perspectivas sobre a realidade em que vivemos.

Considerando este potencial combativo, as condições diversificadas de suas produções e suas características singulares, bem como a proposta desta pesquisa de analisar veículos da imprensa alternativa feminista brasileira, é necessário perpassar o processo de desenvolvimento deste tipo de produção jornalística que, muitas vezes, vai ao encontro da militância e questiona os padrões de elaboração tradicionais do jornalismo, com ênfase no contexto nacional.

1.2 O JORNALISMO ALTERNATIVO BRASILEIRO: CONTEXTO HISTÓRICO

Tendo em vista a importância de se realizar um apanhado histórico, ainda que breve, sobre o surgimento dos veículos de jornalismo alternativo no Brasil e o contexto político e social no qual circularam as produções do período da ditadura militar brasileira, a obra de Bernardo Kucinski (2001) se apresenta como uma referência essencial. Em sua ampla pesquisa, o autor perpassa as origens dessas produções para compor a sua compreensão sobre o que denomina de imprensa alternativa brasileira que tem origens essencialmente jornalísticas.

Kucinski (2001) aponta como primeiros indícios do fenômeno alternativo os pasquins e panfletos produzidos no período da Regência que tiveram seu auge em 1830, período no qual circularam, segundo o autor, 50 títulos. Já em 1880 e, posteriormente, em 1920, os jornais anarquistas e operários, com quase quatrocentos títulos identificados, representaram outro período muito ativo da imprensa alternativa (KUCINSKI, 2001). Estes veículos se caracterizavam por não possuírem fins lucrativo, serem confeccionados de forma precária e se direcionarem à sociedade civil, em especial às classes subalternas, com o intuito de criticar o Estado e propor mudanças (KUCINSKI, 2001).

Durante o período no qual o governo militar brasileiro esteve vigente, entre 1964 e 1980, estes ideais retomaram força. Embora isto não signifique completa inatividade da imprensa alternativa em momentos anteriores, nos 15 anos de ditadura, segundo o levantamento realizado por Kucinski (2001), surgiram e se encerraram aproximadamente 150 periódicos que se opunham ao regime repressor.

A grande maioria – um em cada dois jornais – não completava um ano de existência, diversos publicavam apenas dois ou três números. Outros como *Amanhã*, *Pif-Paf* e *Informa-*

ção se tornaram fortes influências para o âmbito político e jornalístico com cerca de meia dúzia de edições. Grande parte dos jornais registrados pelo autor duraram até cinco anos, entretanto, durante seus períodos produtivos, nenhuma dessas publicações sobreviveu à ditadura mantendo suas características originais (KUCINSKI, 2001).

Observando este universo de publicações, o autor classifica a imprensa alternativa nacional deste período em duas categorias. A primeira engloba os periódicos predominantemente políticos, com raízes fincadas no antigo ideal de valorização nacional e popular, oriundo da década de 1950, e no marxismo disseminado entre os estudantes na década de 1960. Os jornais alternativos políticos, para Kucinski (2001), embora pedagógicos e carregados de dogmatismos, perceberam o crescente endividamento externo do país ainda em 1973, bem como a acentuação das inequidades sociais.

Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os boias frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, como o do caminho da revolução brasileira e as táticas e estratégias de oposição durante o longo processo de abertura. Tanto a linguagem dogmática da maioria dos jornais políticos, formulada de modo canônico, como sua postura pudica, refletiam o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), predominante durante a maior parte do ciclo alternativo (KUCINSKI, 2001, p. 5).

A segunda classe indicada pelo autor, por outro lado, tinha suas origens ligadas aos movimentos de contracultura dos Estados Unidos da América e, por meio destes, em preceitos como o orientalismo, anarquismo e existencialismo de Jean-Paul Sartre. A preocupação destes veículos não estava em difundir discursos ideológicos e, sim, em fomentar suas críticas aos costumes conservadores e à classe média, além de trazer para o âmbito nacional temáticas próprias da contracultura, inclusive o uso de drogas como o LSD, em busca de novas formas de percepção (KUCINSKI, 2001).

Mesmo com diferentes abordagens e origens, toda a imprensa alternativa deste período era estruturada a partir do combate político e ideológico antiditadura. Seu surgimento deriva de dois fatores igualmente relevantes: “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade” (KUCINSKI, 2001, p. 6).

Na perspectiva do autor, esta imprensa que circulou durante a década de 1970 pode ser compreendida como sucessora das produções panfletárias, dos pasquins e da imprensa anarquista “na função social de criação de um espaço público reflexo, contra- hegemônico” (KUCINSKI, 2001, p. 10). Algumas destas publicações chegaram a ter números expressivos com relação à tiragem.

Destacam-se, em influência e em volume de circulação estimado, *O Pasquim*, que produzia no Rio de Janeiro em torno de 50 mil exemplares; o *Crítica*, também no Rio de Janeiro, 15 mil exemplares; *Ex*, feito em São Paulo, 20 mil exemplares; *Opinião*, novamente no Rio de Janeiro, 10 mil exemplares; o *Movimento*, São Paulo – 13 mil exemplares; o *Brasil Mulher*, primeiro em Londrina e depois em São Paulo, 10 mil exemplares; *Versus*, São Paulo, 20 mil exemplares e o *Coojornal*, em Porto Alegre, 35 mil exemplares. Em especial entre 1975 e 1977, marco do apogeu da circulação dos veículos alternativos antiditadura, a soma destes oito jornais chegava a 160 mil exemplares por semana.

Enquanto fenômeno de amplitude nacional, a publicação alternativa não se restringia aos centros urbanos e a grupos de militância de esquerda contra a ditadura. Setores como o das comunidades afrodescendentes (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d) produziram periódicos como o *Tiçãõ* (RS), *Jonegro* (SP) e *Sinba* (RJ). O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lançou em 1979 o *Porantim*, jornal alternativo em defesa dos direitos indígenas que ainda está em circulação. Um grupo de jornalistas gays lançaram o *Lampião*, periódico de grande sucesso em todo o território brasileiro (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d).

O movimento estudantil também se responsabilizou pela produção de diversos jornais durante o período de repressão. Em 1972, alunos da USP produziram *A Ponte*. Um grupo organizado em Londrina, Paraná, elaborou o *Terra Roxa* – referência a denominação dada ao norte do estado. Já em 1977, novamente na USP, é lançado o *Avesso* pelo Diretório Central dos Estudantes, na Bahia surge o *Metanóia*, dentre outros (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d).

Observa-se também uma série de jornais regionais. No Acre, registrou-se a produção do *Varadouro* a partir de 1977, periódico que contou com a colaboração do ambientalista Chico Mendes e apoiava a luta dos seringueiros em defesa da floresta amazônica. Na capital de Minas Gerais, o *De Fato* foi formado por um grupo de jornalistas que resignaram seus postos na imprensa hegemônica e passaram a denunciar as péssimas condições de vida da população e os crimes da ditadura. Em Brasília, foi criado o *Cidade Livre*; em Campo Grande (MS), o *Berrante*; em Fortaleza (CE), o *Mutirão*; em Recife (PE), o *Jornal do Povo*; em Belém (PA), o *Resistência* e, em Natal (RN), o *Cabramacho* (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d).

A ideologia defendida por estas produções ia contra a postura adotada pela grande imprensa mercadológica, condescendente com a ditadura militar. Em seus conteúdos, os jornais alternativos cobravam com tenacidade a reimplantação da democracia e a retomada do respeito aos direitos humanos básicos, além de criticar o modelo econômico estabelecido.

“Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial” (KUCINSKI, 2001, p. 5).

Os princípios defendidos pelos produtores dos jornais alternativos contra a ditadura foram, entretanto, repreendidos por parte do governo totalitarista. Como descreve Kucinski (2001), editores de veículos simbólicos como o *Resistência*, *Coojornal*, *Opinião* e *O Pasquim* foram presos em diversas ocasiões. Mesmo sendo submetidas a censura prévia, algumas edições de suas produções eram apreendidas.

A partir do projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978), combatido pela linha-dura militar, os jornais alternativos tornaram-se o pivô das lutas intestinas do regime. Após as greves do ABC e a campanha pela anistia, entre 1978 e 1980, quando a articulação na sociedade civil atingiu um novo patamar, a imprensa alternativa esteve entre os alvos principais da tentativa da linha dura de romper os nós dessa articulação por métodos terroristas (KUCINSKI, 2001, p. 5).

Se não devido às dificuldades impostas pelo próprio contexto político e social, que envolvia publicar conteúdo de resistência durante a vigência de um regime totalitário, grande parte dos periódicos alternativos do período acabaram por dificuldades financeiras. Muitas vezes mantidos pelos próprios produtores ou por colaborações externas, em alguns casos, assinantes, os jornais possuíam dificuldade de se manter em circulação periódica e, eventualmente, acabavam encerrando suas atividades.

É necessário considerar, porém, que embora no âmago de suas existências, a ditadura não foi o único motivo de existir da imprensa alternativa nacional. A complexidade e a riqueza do fenômeno não podem ser reduzidas a este único momento. Este gênero jornalístico buscou elaborar formas e estratégias específicas de confronto contra o sistema hegemônico, num esforço de se tornar um campo ideológico específico, em meio à conjuntura restrita da resistência à ditadura (KUCINSKI, 2001).

Tendo em vista este contexto essencial que sustenta o jornalismo alternativo brasileiro do período ditatorial militar e os complexos processos de construção e transformação da percepção humana sobre o mundo à sua volta, o foco desta pesquisa se volta para as produções jornalísticas alternativas feministas *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, jornais que em seu processo produtivo tornaram-se casos de encontros contundentes entre movimentos sociais, disputas contrahegemônicas e o jornalismo alternativo.

2 JORNALISMO E GÊNERO: DO CAMPO ACADÊMICO ÀS PRODUÇÕES DA IMPRENSA FEMINISTA ALTERNATIVA BRASILEIRA

Considerando a trajetória perpassada no capítulo anterior, é pertinente neste segundo momento lançar luz sobre outro campo científico que embasa esta pesquisa. Os estudos de gênero e seu processo de fundamentação enquanto área do conhecimento são a consolidação do reconhecimento de que estes aspectos da vivência humana são construções culturais que, assim como outros elementos da existência coletiva, devem ser objeto de estudo científico.

É necessário, portanto, resgatar – ainda que não seja possível esgotar este tópico – os processos históricos que resultaram na autonomia do campo dos estudos de gênero e em suas características singulares. Este fenômeno está diretamente ligado à inserção das mulheres nas ciências e à sua progressiva participação no crescimento e registro do conhecimento humano, processo que não ocorreu de forma pacífica considerando a histórica dominação religiosa e, conseqüentemente, masculina sobre as ciências.

Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciência modernas, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade androcêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada (MATOS, 2008, p.3).

A participação feminina legitimada na academia, entretanto, se tornou realidade, e com a presença destas pioneiras questionamentos sobre a invisibilização da participação das mulheres na grande narrativa histórica e sobre as normas patriarcais estabelecidas passaram a gerar novas perspectivas para pesquisas em diversos campos acadêmicos.

Como observa Marlise Matos (2008), os movimentos organizados de mulheres no final do século XVIII e os movimentos feministas articulados no início do século XX foram determinantes para que esses avanços se consolidassem na forma de estudos de mulheres⁶ e estudos feministas. Entretanto, as discussões quanto às temáticas e à inserção feminina no meio científico não param de evoluir e, na contemporaneidade, o conceito de “gênero” inaugura, a partir das décadas de 1980 e 1990, um novo campo de conhecimento.

Embora a definição do conceito não seja unanimidade, há importantes aspectos a serem considerados quando se trata deste campo. A historiadora Joan Scott (1990) percebe o

⁶ Os estudos de mulheres caracterizam-se por anteceder os estudos feministas, dando o pontapé inicial para a inserção feminina no meio acadêmico, tratando primordialmente do conhecimento já produzido, lançando luz sobre a invisibilização histórica sofrida pelas mulheres (RAGO, 1995/1996).

conceito de gênero como uma forma de indicar as construções sociais inerentes aos papéis que homens e mulheres devem exercer na sociedade, papéis esses que são previamente atribuídos aos indivíduos conforme o sexo biológico, embora essas funções não sejam determinadas por ele nem pela sexualidade (SCOTT, 1990).

Esta compreensão nos é útil para entender como os estudos de gênero permeiam a realidade em diferentes dimensões e direcionam para uma conceituação mais específica delimitada por Saffioti (2004), que utiliza abordagens conceituais próximas às de Scott (1990) nas determinações do campo do gênero, à medida que: a) considera os diferentes entendimentos que se podem inferir do conceito, b) reconhece a possibilidade de ele se referir a homens e mulheres simultaneamente, c) aponta para um consenso ainda que limitado de que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Embora estes direcionamentos pareçam suficientes para uma primeira compreensão da abrangência dos estudos de gênero, eles se encontram permeados por maiores tensões. Os longos debates sobre o que se entende por gênero, já suficientemente conflituosos, foram agravados pelo embate fomentado tanto pelo movimento feminista, em suas mais variadas vertentes, como pela academia quanto ao uso do termo gênero em detrimento do termo patriarcado. Saffioti (2004) procura explicar o conflito teórico que permeia essa discussão:

[...] impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

A autora aponta, neste sentido, um possível caminho epistemológico no qual a existência de um conceito não significa necessariamente a anulação de outro, uma vez que, segundo Saffioti (2004), consideramos patriarcado como “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44), que “compreende que as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (SAFFIOTI, 2004, p. 118), enquanto a perspectiva de gênero inclui relações igualitárias. O uso de patriarcado se daria, portanto, a partir da compreensão da autora, em caso específico de relação de gênero (SAFFIOTI, 2004).

Neste contexto, enquanto os estudos de gênero compreendem uma série de relações entre sujeitos, reconhecendo, para além da dominação masculina, a existência de resistências aos modelos tradicionais de relações de poder, o patriarcado é um sistema menos abrangente. A terminologia coloca homens como dominantes e mulheres como dominadas, “fazendo refe-

rências diretas à disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo” (SAFFIOTI, 2004, p. 121).

Chegar a este grau de compreensão foi um processo longo e custoso para intelectuais envolvidos nos debates que formaram as bases do campo dos estudos de gênero e, neste momento, requer retomar o papel que movimentos organizados de mulheres, especialmente o movimento feminista, exerceu na construção deste conhecimento, bem como reconhecer o impacto deste fenômeno social na fundamentação desta área científica.

Os estudos realizados por grupos ligados ao movimento feminista superaram as perspectivas que compreendiam as mulheres a partir da visão masculina que as moldaram de acordo com suas necessidades e desejos, fazendo a manutenção do sistema patriarcal. Como consequência, obtiveram-se importantes denúncias da misoginia e do conservadorismo do meio científico dos séculos XIX até meados do XX, que perpetuava visões idealizadas da feminilidade e da identidade feminina (RAGO, 1995/1996, p. 16).

Insatisfeitas, e por influência mesma do feminismo, fomos mais longe ainda: perguntamos pelo que os homens cultos haviam falado sobre nós. Como nos construíram? O que disseram de nosso corpo, de nossa sexualidade e sobre nossas ancestrais? Como nos representaram, ou melhor, como nos inventaram na literatura, nas artes e nos discursos científicos? Os resultados foram muito diversificados, mas convergentes enquanto denúncia da dominação sexista, ideológica e cultural. (RAGO, 1995/1996, p. 16)

No Brasil, as discussões sobre o campo dos estudos feministas florescem de forma mais significativa a partir da década de 1970, quando o surgimento da Segunda Onda feminista desencadeou uma série de reivindicações oriundas de um movimento visivelmente mais articulado com as demandas sociais de seu contexto histórico, se tornando promotor de discussões tanto no âmbito acadêmico como na militância. Na metade desta década, a Organização das Nações Unidas determina 1975 como Ano Internacional da Mulher e fortalece a militância feminista, que reforça sua resistência inclusive ao regime militar instaurado no país.

Uma das discussões, sempre presentes nos jornais e textos escritos pelo campo da esquerda, e também por feministas, era a preocupação com o fato de o país não ter uma ‘tradição democrática’. O argumento era de que a longa história de ditaduras e governos de exceção teria impedido que os brasileiros e as brasileiras tivessem uma prática democrática consolidada. (PEDRO, 2006, p. 252)

A década seguinte traz consigo a redemocratização do Brasil e com ela o crescimento de grupos e coletivos que se colocaram a favor da luta pelos direitos das mulheres. Estas organizações discutem um amplo conjunto de temáticas envolvendo as reivindicações feminis-

tas e se preocupam com a geração de impactos positivos em ações governamentais pragmáticas.

A condição democrática do país amplia as possibilidades de discussões sobre teorias feministas e de gênero, tornando-as mais acessíveis ao campo científico brasileiro. Céli Pinto (2010) narra essas trajetórias destacando a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1984, e do Centro Feminista de Estudo e Assessoria de Brasília (CFEMEA) –, criado em julho de 1989 e ativo até os dias atuais.

Embora o CNDM tenha caído no esquecimento durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), observa-se o ressurgimento da preocupação do Estado com as demandas das mulheres brasileiras. Durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007), criou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003), num esforço de retomar a atuação do Conselho, e esta alcançou status de ministério do governo federal (PINTO, 2010), o qual se manteve até o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

Dada essa perspectiva histórica e conceitual, desenvolvida com o intuito de contextualizar aspectos básicos dos estudos de gênero e feministas, é importante compreender que este primeiro tem por característica fundamental a transversalidade. Esta singularidade possibilita o cruzamento de sua perspectiva epistemológica com diversas áreas do conhecimento, como é possível observar nos apontamentos de Joana Maria Pedro (2011) em referência a história:

[...] alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos discutir a questão de gênero nem focalizar as mulheres, têm integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa uma questão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história. (PEDRO, 2011, p. 277)

Assim como se dá em outros contextos, a condição de transversalidade permite a aplicação das perspectivas do campo dos estudos de gênero na área jornalística e tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de análises sobre a temática desta pesquisa. Tendo em vista esse contexto, é importante compreender como, historicamente, as produções jornalísticas, tanto no âmbito cotidiano como no acadêmico, entraram em contato com as teorias feministas e de gênero e tiveram esta relação refletida em elementos fundamentais como as pautas, seus agentes produtores e suas pesquisas científicas.

2.1 JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O encontro entre os estudos de gênero, feministas e do jornalismo, seja no âmbito acadêmico ou das produções noticiosas, aconteceu de diferentes formas ao longo da consolidação destes campos enquanto universos fundamentais que compõem a percepção da sociedade sobre a realidade na qual está inserida. Como apontado anteriormente, o debate foi inserido de forma progressiva por pesquisadoras de diversas áreas, fomentando, ainda que em volume limitado, pesquisas do campo jornalístico com perspectivas feministas e de gênero.

O contato com estes debates no âmbito da produção jornalística cotidiana, entretanto, apresentou singularidades no que diz respeito à origem da sua inserção. Meios de comunicação hegemônicos, ainda atualmente, possuem dificuldades notáveis de articular as discussões de gênero e feministas em suas produções, reforçando a difusão de princípios misóginos e patriarcais intrínsecos à sociedade e às estruturas conservadoras. Márcia Veiga da Silva (2010) destaca esse aspecto em sua dissertação *Masculino, o Gênero do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*.

No plano simbólico se pode perceber a imbricação dos meios de comunicação da cultura, na formação de sujeitos e nas relações de poder – em todos os níveis. Afinal, as próprias questões econômicas, ideológicas, o consumo e o poder dependem fundamentalmente da geração de significados para se legitimarem socialmente. E no completo fenômeno de interação entre os valores sociais e culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral, a mídia está no centro, participando ativamente e se retroalimentando do que é produzido nestas esferas e (re)produzindo uma instância igualmente de poder (SILVA, 2010, p. 28).

Esta condição intrínseca à comunicação hegemônica brasileira resultou, desde sua instauração, na busca por espaços alternativos nos quais debates como os inerentes aos estudos de gênero e feministas possam ser realizados de forma crítica pelos grupos não representados nos grandes veículos.

No Brasil do final do século XIX, o jornalismo hegemônico não contemplava ou se dirigia às mulheres. Conteúdos voltados para o público feminino foram produzidos a partir do momento em que o potencial consumidor das mulheres passou a ser considerado. Os primeiros registros de temas voltados para este público podem ser observados em publicações que tratavam primordialmente dos estereótipos de gênero considerados femininos: esposa, mãe, dona de casa.

A quantidade de veículos de comunicação que abordavam este viés conservador era considerável, entretanto, ainda neste período é possível observar publicações que realizaram

um primeiro esforço de construção de mídia voltada para mulheres sob um olhar crítico, como o *Jornal das Senhoras*, que “conseguiu ultrapassar os limites da moda e da literatura, ousando tímidos protestos contra a maneira possessiva com que os homens tratavam suas mulheres” (LIMA, 2007, p. 222). Este cenário preparou o terreno para veículos das décadas seguintes:

No Brasil, as atividades de mulheres em jornais também foram expressivas, ainda no século XIX. No mesmo momento em que surgiam publicações voltadas ao público feminino, que se ocupavam de assuntos como moda, culinária e cuidados domésticos, também eram criados espaços que problematizavam a ‘condição da mulher’. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres através da mídia aponta para a “existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas” (2003, p. 33) (WOITOWICZ, 2008, p. 8)

Posteriores a este primeiro momento e mais estruturadas, publicações autodeclaradas feministas aparecem fortalecidas durante o auge do movimento sufragista, em 1930. Entretanto, é durante o período denominado Segunda Onda Feminista que surgem importantes veículos jornalísticos alternativos produzidos por grupos oriundos deste movimento social, responsáveis pela veiculação de pautas diretamente ligadas à militância e à geração de debates em torno de suas demandas.

Especialmente na década de 1970, uma série de movimentações da mídia alternativa se concentravam em oferecer resistência ao regime militar brasileiro, instaurado em 1964, e simultaneamente tratavam do movimento feminista. Articuladas com estas demandas e construídas por mulheres que, em sua maioria, exerciam militância tanto nos movimentos de esquerda como feministas, encontravam-se produções de jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, reconhecidos como principais representantes da primeira geração da imprensa feminista brasileira (FREITAS, 2014).

Como as mulheres que participavam do movimento, em sua maioria, realizavam dupla militância (nos grupos de esquerda e no feminismo), a tática política consistia no reconhecimento da pertinência das lutas feministas enquanto movimento social, construindo importantes alianças para o fortalecimento de ambos. Especialmente o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* passam a voltar seus olhares às mulheres trabalhadoras pobres. Suas linhas editoriais são embasadas por uma linguagem marxista que pensa primordialmente a luta de classes e demandas específicas do período da ditadura como a conquista da anistia, em parceria com as desigualdades de gêneros. (FONSECA; WOITOWICZ, 2016, p. 4)

Nas décadas seguintes, a imprensa feminista brasileira continuou a se adaptar aos diferentes contextos nos quais se inseria. Nos anos de 1980, houve um rompimento aprofundado do movimento feminista com os grupos de esquerda, fomentando a independência organiza-

dora das mulheres que assumiram um conjunto muito mais diversificado de bandeiras. Acompanhando a redemocratização do país, as publicações do período se organizam, em sua grande maioria, a partir de organizações não governamentais que voltaram seu foco para a reivindicação de maior participação das mulheres na política e atenção do Estado para as demandas feministas.

[...] a separação do movimento feminista em relação aos partidos de esquerda se aprofundou. Com isso, proliferaram entidades feministas ligadas a universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, cuja principal característica – que se refletiu na agenda de seus jornais – é a especificidade dentro da agenda de gênero: violência, saúde, sexualidade, educação e pressão política para as causas feministas, por exemplo. Isso, de certo modo, explica o surgimento de muito mais títulos na segunda do que na primeira geração da imprensa feminista. (FREITAS, 2014, p. 157)

Durante a década de 1990, as dinâmicas do movimento feminista brasileiro sofreram crescentes e significativas mudanças herdadas do período anterior. A intensificação das publicações editoriais dos grupos organizados, nos mais diversos formatos, resultou uma grande quantidade de folhetos, revistas, cadernos, jornais, livros e cartilhas que ultrapassaram a produção impressa para conquistar os espaços eletrônicos, iniciando a veiculação de conteúdo militante online através de e-mails e da própria Internet – meio ainda em seus princípios evolutivos, mas que já apresentava potencial de replicar conteúdo de forma crescente (MELO, 2003).

É também nos anos 1990 que a academia brasileira começa a receber os estudos de gênero de forma mais contundente e articulada com debates contemporâneos. Este contato se dá inicialmente em áreas do conhecimento como História, Sociologia, Antropologia, Letras, dentre outras. Entretanto, nas produções científicas em Jornalismo e Comunicação, esse viés transversal ainda aparece de forma menos representativa.

Apesar dessa deficiência, a necessidade de ampliação desse campo nos estudos do Jornalismo já é perceptível à medida que “permitem inserir olhares angulados nas relações entre o feminino e o masculino na análise das representações midiáticas e mesmo das dinâmicas internas do campo jornalístico” (WOITOWICZ; ROCHA, 2014, p. 133).

Os avanços da década em 1990 se refletiram no início dos anos 2000. Com a popularização da Internet, o movimento feminista começou a articular suas publicações por meio das redes, construindo novas formas de ativismo. Como observa Karina Janz Woitowicz (2015), ainda que as produções de mídia impressa pareçam enfraquecidas no contexto atual, isso não significa que há ausência de estratégia midiática por parte dos grupos representantes do mo-

vimento feminista. Há, sim, uma transformação nas formas de ativismo que passaram a considerar outras plataformas de exercício (WOITOWICZ, 2015).

Percebe-se que, cada vez mais, o movimento utiliza *sites*, boletins *on-line* e mesmo conteúdos em formatos de áudio e vídeo nos *sites* e portais, além da relevante presença das organizações nas redes sociais. Trata-se, portanto, de um momento de transição das práticas de militância, que incorporam em suas lutas a visibilidade na mídia, em diversos formatos e suportes (WOITOWICZ, 2015, p. 17).

Na atualidade, com as novas articulações dos grupos feministas por meio de redes estabelecidas principalmente na Internet, o jornalismo contemporâneo produzido pela mídia hegemônica apresenta dificuldades em corrigir sua veia conservadora. Este fato se apresenta ainda mais escancarado nas formas de representação dos estereótipos de gênero que os produtos jornalísticos da grande mídia perpetuam em suas publicações, causando, dentre outros males, a invisibilidade das mulheres.

Esta análise é confirmada pela primeira pesquisa de monitoramento⁷ realizada pelo grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O estudo, produzido entre 2011 e 2012, analisou seis revistas impressas – *Capricho*, *Gloss*, *Nova*, *Cláudia*, *Lola*, *Women's Health* e *Men's Health* –, a mídia impressa local, jornais *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*, e estadual, investigando o jornal *Gazeta do Povo*. Segundo os resultados da pesquisa,

[...] notou-se um tratamento recorrente dos meios de comunicação que confirmam um maior protagonismo masculino e a tendência à invisibilidade das mulheres. Dos três jornais considerados, observou-se um equilíbrio na presença de mulheres como jornalistas, produtoras de conteúdo. No entanto, esta simetria não reflete as escolhas editoriais, que revelam visível desigualdade na presença e no tratamento das fontes de informação, em que se reproduzem determinadas representações do masculino e do feminino. Do mesmo modo, os conteúdos das revistas segmentadas indicam a perpetuação de determinados estereótipos de gênero e a produção de imagens de homens e mulheres, em perspectiva semelhante à apresentada por Dulcília Buitoni (2009). As pesquisas são, portanto, reveladoras de um tipo de comportamento da imprensa, que de forma consciente ou não (re)produz desigualdades de gênero no jornalismo (WOITOWICZ; ROCHA, 2014, p. 141).

A reprodução de estereótipos de gênero e a falta de representatividade não se limitam, entretanto, às pautas veiculadas pelos meios. A histórica predominância masculina na produção do material jornalístico também é fator determinante para que debates pertinentes às mulheres e às questões de gênero sofram invisibilizações, uma vez que a maior parte da população masculina não se encontra envolvida no processo de desconstrução destas normas sociais.

⁷ Monitoramento de mídia e representações de gênero, 2011-2012.

É possível observar que mudanças neste sentido se tornaram contundentes a partir do fenômeno de feminização da profissão jornalística. Intensificado a partir do século XX como parte de um processo inserido no contexto ocidental de transformações econômicas, sociais e políticas que levaram as mulheres ao mercado de trabalho (ROCHA; DANCOSKY, 2016, p. 121), este processo, ao contrário do que se possa inferir, é um movimento que acompanhou as mudanças de seu contexto social.

A observação sobre a crescente inserção das mulheres no mercado jornalístico brasileiro resultou uma pesquisa realizada pelo programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no ano de 2012. Utilizando uma amostra de 2.731 jornalistas brasileiros, o estudo revelou que as mulheres representavam 63,7% da mão-de-obra do mercado, contra 36,3% de homens (ROCHA; DANCOSKY, 2016, p. 120).

Porém, mesmo que atualmente o mercado jornalístico seja majoritariamente constituído por mulheres, compondo mais da metade do quadro de profissionais em atividade, elas permanecem minoria em cargos de chefia nos veículos jornalísticos e nos órgãos de comunicação. Com relação à remuneração, a maioria das profissionais se encontra nas faixas que recebem até cinco salários mínimos. Cargos que correspondem a salários acima desse valor apresentam menor quantidade de mão-de-obra feminina conforme aponta a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro”, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a FENAJ. (MICK; LIMA, 2013 apud WOITOWICZ; ROCHA, 2014).

Os contextos apresentados neste momento apontam a pertinência da estruturação de produções jornalísticas que procurem contemplar a igualdade de gêneros, desde a produção da pauta – incluindo, neste tópico, a participação ativa das mulheres nas redações –, até a escolha das fontes. Essa dinâmica possibilita um debate público que apresenta informações diferenciadas da cultura patriarcal dominante e permite ao jornalismo ir além de reproduções de estereótipos, oferecendo perspectivas interpretativas sobre o mundo para o público.

Os veículos objetos de análise empírica selecionados por esta pesquisa estão entre os exemplos de publicações que apresentaram estes aspectos. Ainda que publicados há mais de três décadas, o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio* possuem em suas páginas o registro de debates pertinentes ainda no contexto atual e são referências de produções jornalísticas alternativas militantes que foram responsáveis por reforçar a voz de movimentos sociais.

É pertinente, portanto, no momento seguinte, destacar aspectos da trajetória de cada uma destas publicações, os contextos nos quais circularam e algumas características de cada

jornal que, apesar de possuir em comum a militância feminista, apresentava diferentes linhas editoriais, abordagens narrativas e prioridades em suas publicações, além de outras singularidades que fizeram com que cada um exercesse um papel diferente durante o período no qual eles permaneceram ativos.

2.2 A TRAJETÓRIA DOS JORNAIS FEMINISTAS *BRASIL MULHER*, *NÓS MULHERES* E *MULHERIO*

Para Kucinski (2001), embora o movimento feminista estivesse em estado de efervescência na Europa desde o início da década de 1970, a pauta era ignorada por muitos jornais alternativos relevantes no Brasil. A participação das mulheres na política institucional e nas atividades produtivas se ampliou. Acompanhando estas transformações, o movimento reivindicava alterações nas leis nacionais com o intuito de tornar o país mais equitativo, as questões antes consideradas do âmbito familiar tornaram-se públicas e, mesmo com todo o progressismo trazido pelas feministas, estas pautas ainda eram menosprezadas.

[...] no Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por O Pasquim, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral “anticlasse média moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual (KUCINSKI, 2001, p. 70).

No combate a estes preconceitos e no fortalecimento dos movimentos de mulheres, os jornais alternativos feministas se colocaram como referências. Os veículos produzidos por esta imprensa no período ditatorial brasileiro foram espaços nos quais o debate acerca das demandas populares permaneceu vivo apesar das represálias do governo vigente. Especialmente a partir do período pós-1974, também conhecido como “pós luta armada”, em que se observa a emergência da segunda onda do movimento feminista, estas publicações se fizeram presentes em vários contextos.

Elizabeth Cardoso (2004) divide as produções deste período entre primeira e segunda geração, com o intuito de compreender as diferentes características e objetivos de cada momento no qual a imprensa alternativa feminista brasileira circulou. Esta categorização não possui a intenção de algemar as produções jornalísticas em categorias, mas pretende colaborar para que as singularidades de cada jornal sejam valorizadas.

Segundo a autora, a primeira geração se concentra no debate que envolve confrontos entre “questões da mulher” e “questões gerais”, feminismo liberal e feminismo marxista orto-

doxo. Estas publicações reivindicavam ações públicas que colocassem mulheres e homens em igualdade, ao mesmo tempo que lutavam pelo direito à autonomia partidária e combatiam a ditadura de forma veemente (CARDOSO, 2004).

Neste momento, o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram produções significativas que retrataram em suas páginas demandas dos movimentos feministas organizados da época. Como indica Leite (2003), estes jornais serviam como instrumentos de divulgação de coletivos sistematizados de mulheres, dando cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial que sofria severas censuras políticas.

O primeiro jornal a ser publicado, *Brasil Mulher*, foi uma iniciativa da Sociedade Brasil Mulher. Entre 1975 e 1980, o veículo contou com 16 edições regulares e 4 denominadas extras. Concentrava em seu corpo produtor mulheres militantes oriundas do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário de Outubro (MR8) (LEITE, 2003).

Já o *Nós Mulheres*, publicado pela Associação de Mulheres, produziu 8 edições que circularam de 1976 a 1978. Proveniente do Círculo de Mulheres de Paris, era formado em sua maioria por feministas de esquerda integrantes do Debate, uma divisão política que surge durante o período de exílio e que reúne ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), bem como outras mulheres autônomas (LEITE, 2003).

O motivo que levou estes grupos a criar diferentes publicações, segundo Leite (2003), deriva do período no qual movimentos de esquerda passaram por uma série de divisões e subcategorias. No caso específico dos jornais feministas, entretanto, havia também outros agravantes, como a necessidade que o grupo de mulheres que retorna do exílio antes do período de Anistia sentiu de manter sua autonomia ao invés de se integrar às normas já estabelecidas pelo *Brasil Mulher* que, por sua vez, “temia as feministas que chegavam com muitas críticas à linha que havia adotado” (LEITE, 2003, p. 236).

As cisões na esquerda, nessa época, aconteciam na maioria das vezes não por motivos políticos fundamentados em concepções teóricas ou práticas mas por questões de personalismo, luta pelo poder entre grupos de uma mesma corrente política. Essa forma de lidar com as diferenças e com o poder caracteriza os processos políticos tradicionais e têm profundas raízes na forma como se exercita o poder burguês e machista nas sociedades patriarcais. Por isso era de se esperar uma postura diferente por parte de feministas dos dois jornais em estudo (LEITE, 2003, p. 236).

Apesar da decisão de se manterem como duas organizações separadas, tanto o *Brasil Mulher* como o *Nós Mulheres* utilizaram da mesma linguagem para fundamentar seu papel

enquanto ferramenta de militância. Como observa Margareth Rago (1995/1996), o contexto exigiu que movimentos minoritários encontrassem meios de articular suas demandas com as reivindicações políticas consideradas mais emergenciais. Inserindo em suas publicações a perspectiva da luta de classes e uma linguagem propriamente marxista, os grupos feministas buscaram legitimação e o estabelecimento de alianças com outros setores de esquerda.

Nesse contexto, o feminismo procurou pautar-se pela linguagem prevalecente nas esquerdas no país, dominando não apenas os conceitos marxistas, mas procurando provar como em cada uma das questões levantadas pelos líderes e partidos políticos de esquerda, era possível perceber também a questão feminina (RAGO, 1995/1996, p. 34).

A linguagem comum utilizada pelos dois veículos não significou, entretanto, homogeneidade na construção geral das publicações. As diferenças perpassam aspectos como o protagonismo dado a temas específicos, as abordagens das reportagens e as características textuais de cada jornal.

O *Brasil Mulher*, de forma geral, dava grande destaque às temáticas políticas mais abrangentes da época como conquista da anistia, tema de uma das colunas permanentes do veículo que poderia ocupar até duas páginas em algumas edições. O jornal tinha como principal prioridade articular sua militância feminista com questões do cenário político ditatorial de forma assertiva e contundente.

Em contrapartida, o *Nós Mulheres* apresentava um recorte militante mais específico, exaltando demandas dos movimentos de mulheres que não necessariamente estavam entrelaçadas com o contexto político. O jornal elucidava pautas femininas considerando-as para além das especificidades da luta de classes como, por exemplo, as escolhas que envolvem o exercício ou não da maternidade, discussão menos presente nas páginas do *Brasil Mulher*.

Conforme observado por Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013), em levantamento sobre todo conteúdo publicado nos dois jornais, o percentual de matérias referentes a temas conjunturais e específicos das mulheres se deu da seguinte forma: no *Brasil Mulher*, 29,3% para o primeiro item e 70,7% para o segundo e, no *Nós Mulheres*, 23% para o primeiro e 77% para o segundo, o que revela uma tendência um pouco maior do *Nós Mulheres* a tematizar as causas específicas das mulheres. (TELES; LEITE, 2013, p. 102-103). Como reforça Pedro (2006)

[...] o Nós mulheres foi considerado mais direcionado ao feminismo, ao passo que o Brasil Mulher estaria mais preso às lutas consideradas gerais. Por seu lado, o Nós Mulheres era acusado de “dividir a luta dos trabalhadores”, de ser uma luta burgue-

sa, porque somente a burguesia é que se interessava na “luta da mulher”. Perguntavam, ainda: “de que maneira a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime?” E era preciso primeiro lutar pelo fim da ditadura, para depois buscar os direitos da mulher. (PEDRO, 2006, p. 268)

Embora os apontamentos indiquem estas distinções, há em ambos os jornais a presença das demandas sindicais em favorecimento das mulheres operárias na busca pela igualdade salarial e jornadas mais justas. Esclarecimentos sobre importância da sindicalização para esse setor do mercado e de direitos trabalhistas constitucionais aparecem nas publicações demonstrando os diálogos recorrentes entre diferentes movimentos sociais e publicações da mídia alternativa, tornando alguns posicionamentos e discursos semelhantes, como declara o *Nós Mulheres*:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. (RAGO, 1996, p. 35)

Apesar das pautas comuns, as elaborações textuais, assim como as linhas editoriais, aparecem com características distintas em cada veículo. Enquanto o *Brasil Mulher* buscava noticiar claramente demandas de classe e denunciar fatos de interesse público sem o protagonismo de histórias de vida em seus relatos, os textos veiculados pelo *Nós Mulheres* que tratam das realidades das trabalhadoras mais desfavorecidas aparecem em um viés mais humanizado, sem desvalorizar a carga dos problemas generalizados que buscavam retratar, através da narração feita pelas próprias personagens e exaltação da fala das fontes, aproximando leitores aos relatos.

Esta era uma das principais preocupações das produtoras dos jornais: fazer com que seus leitores e leitoras se sentissem representados pelas pautas e pelas abordagens das matérias, aspecto que agregou característica educacional para as produções. Ambos os veículos eram distribuídos pessoalmente por suas produtoras para diferentes grupos de mulheres, com os quais realizavam rodas de leituras e debatiam as reportagens produzidas.

Apesar dos esforços das produtoras, os jornais eventualmente pararam de ser produzidos. A situação financeira dos veículos desta primeira fase da imprensa alternativa feminista pós-1974 foi, de modo geral, muito precária. Como descreve Leite (2003), tanto o *Brasil Mulher* como o *Nós Mulheres* passaram a publicar pequenas notas incentivando seus leitores e leitoras a apoiar os veículos financeiramente através de colaborações mensais e assinaturas.

Numa dessas notas o Brasil Mulher lembra que, como todos os jornais independentes que vivem basicamente da venda de seus exemplares e de assinaturas, o Brasil Mulher vinha sofrendo flutuações econômicas que se refletiam na sua periodicidade. O mesmo vinha acontecendo com o *Nós Mulheres*. Naquela época, não existia ainda a prática, hoje tão disseminada, de apoio de fundações e outras organizações da sociedade civil, nacionais ou internacionais, a projetos de cunho social, como foi o caso do jornal *O Mulherio*, que já surgiu institucionalizado (LEITE, 2003, p. 237).

O contexto no qual a segunda geração da imprensa feminista alternativa brasileira se desenvolve, embora a ditadura militar ainda esteja vigente, apresenta obstáculos muito distintos dos quais jornais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* tiveram que enfrentar. Os primeiros sinais do processo de abertura política e a mudança de perspectiva dos movimentos feministas da época com relação a suas demandas fez com que produções como o *Mulherio* surgissem com mais respaldo que seus antecessores.

O momento que marca a chegada da segunda geração de periódicos feministas se dá a partir dos II e III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, em São Paulo, capital. Segundo Cardoso (2004), esses dois eventos foram cenário da ruptura entre o movimento feminista e partidos de esquerda, manobra que proporcionou às publicações oriundas deste contexto se desprenderem de articulações com demandas gerais e destacarem suas pautas específicas.

[...] a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero (CARDOSO, 2004, p. 68)

Segundo Tamião (2009), existem outros dois marcos importantes para o período: a aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, e a legalização dos partidos de esquerda. Estes pressupostos são fundamentais para compreendermos o contexto de produção do *Mulherio* que, apesar de não colocar a luta pela anistia ou a mobilização de esquerda como bandeiras, não deixou de lado as batalhas políticas. O jornal apoiou e teve importante influência no movimento “Diretas Já”, nas eleições de 1983 e no debate que cercou a Assembleia Constituinte.

Não obstante, ao deslocar o foco das demandas dos movimentos de esquerda e pela redemocratização do país, o feminismo brasileiro entra numa fase considerada por Céli Pinto (2010) como de grande ênfase na luta pelos direitos das mulheres e com uma ampla gama de temáticas abordadas, dentre elas: direitos reprodutivos, à saúde materna e infantil, à terra, ao

trabalho, à liberdade sexual, pelo fim da violência contra a mulher, pela igualdade dentro do casamento, pelo respeito às orientações sexuais, contra o racismo etc.

A tendência de formação de grupos organizados que conquistaram direitos para as mulheres de forma sistemática, neste período, foi ainda maior que em seu momento antecessor. O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1984, foi um importante agente nacional. Promoveu, em parceria com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), ainda hoje ativo em Brasília, uma bem-sucedida campanha nacional pela inclusão dos direitos das mulheres na Constituição elaborada em 1988 (PINTO, 2010).

Embora tenha perdido sua relevância nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o CNDM foi repaginado e deu origem à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (PINTO, 2010), órgão com status de ministério, que ainda atualmente nos remete às conquistas das militantes feministas de segunda onda.

A institucionalização do movimento nos anos 1980 também apresenta respaldo no âmbito científico. As pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, especialmente envolvidas com estudos sobre as condições das mulheres no Brasil, foram as responsáveis por originar o jornal *Mulherio*. Inicialmente produzido como um boletim informativo com o objetivo de circular entre núcleos de pesquisa sobre trabalho feminino, sexualidade, igualdade de direitos, políticas públicas e violência contra as mulheres, seu sucesso o transformou em um jornal bimestral que passou a ser vendido em bancas (MOSQUEIRA; TEDESCHI, 2014).

Em depoimento para o acervo online disponibilizado pela Fundação, Fúlvia Rosemberg, ex-integrante da equipe produtora do jornal, relata que o nome *Mulherio* foi sugerido pela jornalista Carmen da Silva. O nome da publicação surgiu a partir da intenção de utilizar uma palavra de conotação negativa e adicionar um toque de irreverência ao jornal. A audácia do grupo de pesquisadoras em produzir um veículo feminista, independente e com poucos recursos era marcante para Rosemberg: “Adélia Borges e Inês Castilho, corajosas ao embarcarem na experiência, davam o tom. Marlene Rodrigues, diagramadora, compunha o visual. Miriam Tanus mantinha o cotidiano” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d).

Para Mariza Corrêa, uma das editoras do jornal, em comparação ao *Nós Mulheres* e ao *Brasil Mulher*, o *Mulherio* foi “feito em bases mais profissionais do que os anteriores, tinha uma equipe técnica e as matérias eram assinadas” (CORRÊA, 2001, p. 18), condição que se deu a partir do apoio direto da Fundação Carlos Chagas à produção do veículo. O texto que introduz o acervo online do jornal aponta as singularidades do veículo:

Em sua edição número zero, o grupo constituído de pesquisadoras e jornalistas deixa entrever o fio condutor que permeará o jornal quando anunciam o compromisso em tratar as matérias veiculadas "de uma maneira séria e conseqüente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática..." Assim, declarada de público a intenção, levam a letra impressa à risca e transformam, claro, que entre altos e baixos, o singular boletim de março/abril de 1981 em um tabloide efervescente e precursor de tendências, até 1988 (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d).

A instituição em que nasceu o *Mulherio* acredita que, em se tratando da história do jornal, existem três períodos marcantes que definiram os encaminhamentos da produção e o transformaram ao longo dos anos. O primeiro compreende o período de março de 1981 a setembro de 1983, no qual a produção era comandada pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg e possuía Adélia Borges como editora. Pautando-se por demandas próprias de suas organizadoras e por temáticas estabelecidas pelas fundações Carlos Chagas e Ford, o jornal participou ativamente da cobertura de eventos importantes da política brasileira.

Por se apresentar como apartidário e sem incorporar tendências determinadas, o jornal conseguiu participar significativamente da campanha para a Assembleia Constituinte, em 1985, ao mesmo tempo em que debateu a atuação dos Conselhos da Condição da Mulher, as conferências internacionais e as mobilizações pelos direitos e pela dignidade das mulheres. O apoio e o registro dado às atividades desenvolvidas no momento da redemocratização brasileira, como a atuação de várias mulheres em frentes distintas, clamando e lutando por seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, também foram relevantes na história do *Mulherio* (FREITAS, 2014, p. 165).

Em seu início o jornal possuía um Conselho Editorial composto por 16 mulheres: Carmem Barroso, Carmem da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Maltas Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Penha, Marília de Andrade, Mariza Correa, Ruth Cardoso (MOSQUEIRA; TEDESCHI, 2014). Durante este regime foram publicadas quinze edições financiadas pela Ford e pela Carlos Chagas. Entretanto, em 1984, em razão de uma discordância com relação à linha editorial a FCC se desliga do projeto.

Ainda que alterações na equipe produtora do *Mulherio* não tenham sido feitas neste período e o apoio financeiro da Ford continuasse, a saída da produção da Carlos Chagas abriu a segunda fase do periódico que se deu de 1984 a 1988. Cria-se o Núcleo de Comunicação Mulherio, responsável pela publicação de vinte e quatro edições orientadas por Inês Castilho. Em depoimento ao registro da Fundação Carlos Chagas, a ex-editora relatou brevemente detalhes sobre sua participação na produção do veículo:

Recebi um jornal primoroso das mãos da primeira editora, Adélia Borges, e contei sempre com o apoio e aconselhamento da pesquisadora Fúlvia Rosemberg - uma das mães do projeto, ao lado de Carmem Barroso e da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Conteí ainda com colaborações preciosas, como a da historiadora Maria Lúcia de Barros Mott e a da jornalista Santamaria Silveira, na redação e edição de matérias escritas por muitas mulheres e alguns homens, de todo o país (CARLOS CHAGAS).

Segundo Freitas (2014), este período de produção do jornal também se caracterizou por veicular, no texto que inaugurou a nova fase, a temática da mulher real que está em constante transformação e movimento. Deixando de se colocar como porta-voz de linhas políticas determinantes, o *Mulherio* buscou a autonomia que achava necessária para ampliar a cobertura de seus temas, o que acabou sendo possível após a separação de sua fundação originária.

Já a última fase elencada pela FCC, que se deu em 1988, publicou duas edições do jornal sob o título *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura* sem apoio financeiro da Fundação Ford. Neste contexto, Inês Castilho afirma que atribuiu ao jornal um “cunho mais cultural que político” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d). A editora foi responsável pelo periódico até a criação do *Nexo*, caracterizado por ela como uma revista de arte e ideias.

O *Mulherio* era dividido em seis partes interligadas por uma temática em comum seguidas por reportagens sobre a condição da mulher no país e no mundo. Havia uma sessão dedicada a pesquisas científicas, a divulgação de reivindicações e de grupos acadêmicos. Também fazia parte do conteúdo textos sobre livros, filmes, peças e eventos culturais, assim como a sessão de cartas dos(as) leitores(as) e charges (MOSQUEIRA, TEDESCHI, 2014).

As reportagens produzidas pelo *Mulherio* se caracterizavam por apresentar uma grande quantidade de texto. Amplamente narrativas – característica que se estendeu no jornal durante todas as suas fases –, as notícias contavam com a fala de fontes oriundas dos mais diversos contextos. As matérias em geral eram acompanhadas de fotografias ou ilustrações. O jornal possuía uma redação hierarquizada e reuniões de pauta cujas temáticas das reportagens eram determinadas de forma conjunta. Como lembra Adélia Borges, as sugestões apresentadas pela equipe eram “muito avançadas para a imprensa militante” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d), embora nem sempre pudessem ser concretizadas.

A dificuldade de realizar parte das propostas de pauta foi um dos motivos pelos quais o jornal passou por diversas mudanças editoriais, transformações que podem ser consideradas reflexos das divergências da equipe produtora quanto a suas compreensões de feminismo. Havia discussões calorosas nas reuniões de pauta entre acadêmicas e jornalistas na medida em que as primeiras acusavam as segundas de banalizarem os debates feitos nos encontros e as

jornalistas afirmavam que as acadêmicas dificultavam a linguagem para o público (TAMIÃO, 2014).

Contudo, para além dos desentendimentos ideológicos comuns a ambientes de militância, Adélia Borges ressalta que a publicação se caracterizou por ser um trabalho construído coletivamente que “contestava as barreiras entre o público e o privado” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d). Segundo Mariza Corrêa (2001), inicialmente a publicação alcançou um sucesso considerável, tendo cerca de mil assinaturas em sua terceira edição. Adélia Borges relata que a “adesão de ativistas e de acadêmicas foi imediata e calorosa, colaborando com artigos e comentários” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, s/d).

A escrita do jornal, coletiva e heterogênea, priorizava contestações, denúncias e debates que sustentavam seu sentido político. Ao colocar em pauta temáticas como a violência doméstica, contracepção, direitos trabalhistas, a luta por creches e a situação feminina no Brasil, o *Mulherio* se mantinha enquanto espaço no qual as militantes eram compreendidas como agentes ativas na construção do movimento feminista, e não como objetos sob os quais o jornal lançava olhar (TAMIÃO, 2014).

Mulherio trouxe em suas páginas um novo discurso baseado na nova forma de falar sobre mulher por meio das relações de gênero embasados nas discussões do feminismo “organizados em torno de reivindicações de infra-estrutura urbana básica, esses movimentos têm como parâmetro o mundo cotidiano da reprodução que caracteriza a forma tradicional de identificação social da mulher. (MOSQUEIRA; TEDESCHI, 2014, p. 4)

O fim do jornal se originou da mesma dificuldade que outras publicações de imprensa alternativa enfrentaram. A falta de auxílio financeiro tornou inviável a produção e o *Mulherio* encerrou suas atividades. É evidente, entretanto, que a existência deste jornal, assim como do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, se mostrou fundamental para o movimento feminista brasileiro. As publicações feministas alternativas em geral, “além de serem importantes veículos para divulgação de informações, [...] também contribuem para o aprimoramento e a renovação de propostas e discursos políticos sobre a condição da mulher” (MELO, 2003, p. 298).

Em diferentes dimensões pode-se observar que o *Mulherio*, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* desempenharam este papel com relação aos grupos feministas brasileiros nas décadas de 1970 e 1980. Tendo em vista esses contextos fundamentais, ainda que não estejam apontadas em profundidade todas as características dos veículos, no tópico a seguir serão discutidos aspectos referentes às políticas públicas para mulheres no Brasil, bem como sua liga-

ção com os movimentos feminista e de mulheres e com o jornalismo alternativo feminista produzido por estes fenômenos da sociedade civil organizada.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Compreender a importância da criação de políticas públicas para mulheres (PPM) no contexto do Brasil perpassa deslocarmos novamente o olhar para a trajetória do movimento feminista em si. A chamada Primeira Onda do feminismo aconteceu em território nacional especialmente através da luta pelo sufrágio, movimento liderado pela bióloga Bertha Lutz – uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização responsável pela confecção de um abaixo-assinado levado até o Senado reivindicando a aprovação do projeto de lei que dava às mulheres o direito ao voto, conquistado, finalmente, em 1932 (PINTO, 2010).

A Primeira Onda do feminismo no Brasil também foi marcada pelo movimento das operárias anarquistas, reunidas através da “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” que, em 1917, denunciaram as péssimas condições de trabalhos das mulheres nas fábricas. Embora tenha conquistado direitos significativos, em especial o sufrágio feminino, este momento inicial do movimento feminista no Brasil perdeu força a partir da década de 1930 e só foi retomado durante os anos de 1960, quando debates pelo direito ao corpo passam a tomar espaços públicos de discussão (PINTO, 2010).

Porém, é a partir da década de 1970 que as reivindicações organizadas pelas mulheres no país voltam a se colocar em evidência. Especificamente quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declara 1975 o Ano Internacional da Mulher, dando início à Década da Mulher, é possível observar o ressurgimento do movimento feminista organizado, marcando o chamado feminismo de Segunda Onda (PEDRO, 2006).

Enquanto o feminismo de “Primeira Onda” esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos — como o de votar e ser eleita, o feminismo chamado de “Segunda Onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Nesse momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político” (PEDRO, 2006, p. 269).

É neste contexto que passa a se consolidar o campo de estudos de gênero e, de forma simultânea, a incorporação desta perspectiva às políticas públicas nacionais. Este conceito é compreendido por Farah (2004) como um curso de ação do Estado que se orienta por determinados objetivos, indicando um jogo de interesses – diferente de um programa governamen-

tal, por exemplo, que comporta uma ação de menor abrangência e pode se desdobrar em uma política pública, muito mais ampla.

As políticas públicas de gênero (PPG), por sua vez, se encontram no âmbito das chamadas políticas públicas sociais, ações que compreendem políticas de Estado que possuem impacto direto na vida dos cidadãos em medida que os dotam de serviços ou de renda (NASCIMENTO, 2016). Segundo Nascimento (2016), é possível definir as PPG considerando três fatores essenciais: a amplitude ou foco, o modelo de formulação e o propósito – emancipatório ou conservador.

O primeiro fator diz respeito às políticas sociais que incorporam as questões de gênero de forma direcionada às mulheres ou mais gerais, incluindo a população feminina como beneficiária – como acontece em algumas políticas de combate à pobreza. O segundo fator refere-se a políticas que podem apresentar em seu modelo de formulação mulheres em posição exclusiva de beneficiárias ou também como formuladoras e executoras, assumindo papéis ativos no processo de formulação e de implementação das políticas em questão (NASCIMENTO, 2016). O terceiro fator diz respeito a políticas que, ao incorporarem a questão de gênero, podem estar declaradamente comprometidas com a redução das desigualdades entre homens e mulheres ou apresentar objetivos conservadores que não possuem compromisso com a realização de ações que se oponham às disparidades de poder oriundas das condições de gênero dos indivíduos (NASCIMENTO, 2016). De forma geral, como descreve a autora,

[...] as políticas públicas de gênero são formuladas de modo a incorporar os direitos políticos, civis e sociais, ou os direitos humanos das mulheres. A invisibilidade desses direitos nas políticas públicas em vários momentos e contextos distintos explica, em parte, a razão pela qual as primeiras políticas públicas dirigidas às mulheres as reduzem à condição de “mãe trabalhadora”. Contudo, nas últimas décadas, é possível observar uma multiplicação das áreas para quais são formuladas as políticas de gênero: violência, saúde, direitos reprodutivos, educação, sexualidade, geração de emprego e renda, empoderamento, política, entre outras (NASCIMENTO, 2016, p. 320).

Se nos anos 1970 havia uma grande demanda por parte dos movimentos populares de esquerda por políticas públicas sociais voltadas para os mais diversos âmbitos, em 1980, com a aproximação do processo de redemocratização nacional e o impacto da crise fiscal, novos indivíduos passam a fazer parte do espaço público de discussão e temáticas diversas são inseridas na agenda estatal (FARAH, 2004). A descentralização decisória e a participação da sociedade civil na implementação das políticas públicas e em suas elaborações tomam espaço.

Desde estes primeiros momentos a participação organizada das mulheres apresenta força significativa. Estes movimentos denunciavam, simultaneamente, os problemas oriundos

das desigualdades de classe no país e temas intrínsecos à condição feminina como o direito à creche, à saúde ginecológica e obstétrica, sexualidade e direito à contracepção e violência contra a mulher. Como aponta Farah (2004), o movimento feminista deste período apresentou um fluxo de convergência, concentrando-se em modificar a situação das mulheres na sociedade e superar as disparidades nas relações entre os gêneros.

O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero (FARAH, 2004, p. 51).

É imprescindível, portanto, considerar a influência do movimento feminista brasileiro ao observar o desenvolvimento das políticas públicas de gênero no país, já que o Estado é responsável por reivindicar um posicionamento concreto e ativo para a promoção da cidadania da população feminina. Não obstante, diversas agências multilaterais também desempenharam este papel de pressionar e fiscalizar o governo para que impulse o bem-estar das mulheres.

Central neste processo, a ONU, em 1979, preconizou a erradicação de toda e qualquer forma de discriminação contra as mulheres e, 14 anos depois, na Conferência de Viena, incorporou reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas à sua agenda, definindo violência contra as mulheres como uma forma de violação dos direitos humanos (NASCIMENTO, 2016).

Nacionalmente, a partir da década de 1980 as PPM se voltam para as áreas de saúde e violência contra as mulheres. Em 1983 surge o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o objetivo de superar os programas materno-infantil, desenvolvidos pelos governos brasileiros desde os anos 1930, visando suprir as necessidades específicas de atendimento da saúde feminina em diversas fases da vida (NASCIMENTO, 2016).

Neste mesmo período são criados os primeiros órgãos institucionais cujos propósitos se concentram em promover a cidadania das mulheres. Chamados de Conselhos Estaduais da Condição Feminina, suas primeiras sedes ficam nos estados de São Paulo e Minas Gerais e, posteriormente o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, diretamente vinculado ao Ministério da Justiça, também passa a funcionar (NASCIMENTO, 2016).

Na forma de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, é criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), através da Lei nº 2 7.353, assinada em 29 de agosto de 1985. A sua primeira direção toma posse em 11 de setembro de 1985, sob a presidência de Ruth Escobar, com uma composição plural de tendências de partidos e de movimentos de mulheres. O Conselho é criado com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério da Justiça, com status de "Ministério". O CNDM define-se por atuar de forma imediata em três linhas: Creches, Violência e Constituinte. Elabora projetos para intervir também nas áreas da saúde, do trabalho, da educação e da cultura e teve um papel importante no processo de democratização do país, garantindo que grande parte das reivindicações do movimento de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988 (PONTES; DAMASCENO, 2017, p. 3).

Como é possível constatar, é neste período de transição entre o fim da ditadura e o processo de redemocratização que se destacam as primeiras políticas voltadas para os âmbitos de saúde, trabalho e direitos civis das mulheres desenvolvidas no Brasil, os quais aparecem de forma emblemática nas reportagens produzidas pelos jornais alternativos feministas que se dedicavam avidamente a acompanhar o desenvolvimento destas iniciativas governamentais.

Já durante a década de 1990, como aponta Nascimento (2016), observa-se uma ampliação das áreas de atuação das PPM. Surgem programas que incentivam a geração de emprego e renda para mulheres, de acolhimento a meninas e adolescentes em situação de risco e de apoio a mulheres que vivem e trabalham em áreas rurais. As ONGs se fortalecem e se tornam colaboradoras do Estado, bem como dos movimentos sociais. Políticas afirmativas defendidas pelas entidades feministas, assim como políticas focalizadas, ganham espaço. Um exemplo significativo é a criação da política de cotas para a candidatura de mulheres, concretizada em 1996.

Com a virada do século XX para o XXI surgem novos arranjos governamentais nos planos de políticas públicas do Estado. As criações do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) II e III, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) – com status de ministério, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) são marcos fundamentais do investimento dos governos Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) na formação de políticas públicas de gênero e promoção dos direitos humanos no país (NASCI-MENTO, 2016).

Durante o governo de Dilma Rousseff definiram-se as três secretarias que iriam compor a SPM: Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher também passou a fazer parte da SPM e se desvinculou do Ministério da Justiça, em 2003 (PONTES; DAMAS-

CENO, 2017). Estes órgãos, em conjunto, são responsáveis pela elaboração e coordenação de PPMs e, assim como outras iniciativas do Estado implementadas neste período, atuam em prol do extermínio da inequidade de gênero.

Nesse contexto, foram implantadas políticas afirmativas de gênero, políticas de formalização do trabalho doméstico, políticas de combate à violência contra a mulher e à população LGBT, tais como: criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAM), criação de juizados especiais, programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT, aprovação da Lei Maria da Penha, criação da Central de Atendimento à Mulher, Centro de Atendimento Especializado na população LGBT, entre outras (NASCIMENTO, 2016, p. 325).

A criação da Coordenação Geral da Diversidade, em 2012, é outro importante passo na evolução das políticas públicas para mulheres no Brasil. Responsável por reafirmar o compromisso do Estado para com a promoção de PP para mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, lésbicas e com deficiências, esta iniciativa apresentou o objetivo de “garantir políticas públicas que contemplem as especificidades e diferenças das mulheres, promovendo o combate à discriminação e aos preconceitos” (PONTES; DAMASCENO, 2017, p. 6).

Apesar de uma sequência de conquistas e avanços na luta pela erradicação da discriminação contra as mulheres, a partir de 2016, com o golpe de Estado aplicado contra a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer passa a governar a república. Como primeira medida, utilizando o argumento de “corte de gastos”, o novo governo diminui de 32 para 23 a quantidade de ministérios, apagando as secretarias de Portos, de Comunicação Social e a Casa Militar da Presidência da República, além dos ministérios da Cultura, das Comunicações, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e do Desenvolvimento Agrário e das Mulheres (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Os cargos dos ministros que ocupavam esses ministérios também foram extintos. As questões relativas às mulheres, igualdade racial e direitos humanos passaram para o Ministério da Justiça e Cidadania, tal medida é considerada pelos movimentos sociais como um retrocesso e extinção de um Ministério fundamental para a visibilidade e garantia dos direitos de minorias (PONTES; DAMASCENO, 2017, p. 9).

A situação se agrava com as eleições de 2018. Jair Messias Bolsonaro, candidato conservador do Partido Social Liberal (PSL), é eleito e assume o cargo em 2019. Além de defender um Estado mínimo e possuir uma agenda misógina, racista, homofóbica e classista, o atual presidente indica para o mais alto cargo do atual ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, fundamentalista religiosa que adota a mesma cartilha fascista de Bolsonaro.

É considerando este contexto que apontamos como prioridade o resgate da história do desenvolvimento de políticas públicas para mulheres no Brasil. É fundamental retomar a compreensão de que direitos humanos são preceitos básicos para a vida em sociedade e que, como parte crucial desta organização, as mulheres precisam ter suas necessidades atendidas de forma sistemática.

Neste sentido, enquanto elemento que colabora para a construção da nossa compreensão do mundo, o jornalismo alternativo funciona como espaço no qual é possível veicular estes princípios para retomá-los e fortifica-los, reforçando que, para que exista transformação nas condições de vida, é necessária a união entre a sociedade civil e o Estado por meio dos movimentos sociais e de políticas públicas eficazes (NASCIMENTO, 2016).

Tendo em vista esta contextualização teórica, no tópico seguinte será possível observar os caminhos metodológicos utilizados por esta pesquisa para, em um primeiro momento, selecionar textos dos três jornais alternativos feministas aqui utilizados como objeto empírico que, posteriormente, serão analisados de forma mais aprofundada a partir de perspectivas intrínsecas ao jornalismo.

3 METODOLOGIA

Após perpassar conceituações teóricas e contextualizações essenciais para compreender esta pesquisa, é necessário conhecer tanto o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da análise como o objeto empírico submetido a tal procedimento. Nos tópicos que seguem, será apresentado o estado da arte referente à temática abordada neste trabalho, uma caracterização dos jornais alternativos feministas que compreendem este estudo e os elementos que embasaram a pesquisa empírica, a partir da Análise de Conteúdo.

Com este percurso metodológico são expostos os resultados gerais da pesquisa, que oferecem um retrato dos principais temas relacionados ao debate de políticas públicas presentes na cobertura jornalística – saúde, trabalho e direitos civis –, bem como a abordagem desenvolvida por cada jornal, de modo a contextualizar a análise em profundidade que compreende a etapa posterior do processo investigativo.

3.1 ESTADO DA ARTE

Com o objetivo de conhecer a exploração científica dos temas jornalismo alternativo feminista e políticas públicas para mulheres no âmbito nacional, este trabalho realizou, em fevereiro de 2019, uma pesquisa exploratória no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizadas como palavras-chave “jornalismo alternativo” para a procura de produções no primeiro *site*. Para direcionar os resultados, aplicou-se o filtro Ciências Sociais Aplicadas para o item Grande Área do Conhecimento e Jornalismo e Editoração para Área do Conhecimento Específica.

Esta primeira pesquisa apontou 48 resultados, entretanto, nenhum dos trabalhos indicados possuía ligação direta com o presente estudo ou mesmo com a temática de jornalismo alternativo. Com a retirada do filtro Jornalismo e Editoração, mantendo a seleção de Ciências Sociais Aplicadas, entretanto, aparecem 3507 resultados para a busca utilizando os termos “jornalismo alternativo”.

Em segundo momento, ainda na página da CAPES, acrescentou-se como palavra-chave aos termos “jornalismo alternativo” a palavra “feminista”. Esta pesquisa, utilizando os três termos combinados, possuía o objetivo de direcionar os resultados para pesquisas que apresentassem aproximações temáticas mais significativas com relação à presente pesquisa. Novamente aplicou-se o filtro Ciências Sociais Aplicadas para o item Grande Área do Conhe-

cimento, entretanto, considerando os poucos resultados anteriores, não se utilizou o segundo filtro Jornalismo e Editoração.

Esta segunda procura resultou em 3813 resultados. Considerando a grande quantidade de trabalhos foi realizada a leitura de aproximadamente 10% dos títulos apresentados. A partir de indicadores temáticos indicados nas nomenclaturas das pesquisas treze trabalhos foram selecionados para leituras completa dos resumos.

Algumas pesquisas, em especial, apresentaram proximidade com a presente dissertação. Os trabalhos de Anna Flavia Feldmann, intitulado “*Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo*”, de Márcia Veiga da Silva, “*Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*” e de Viviane Gonçalves Freitas, “*De qual feminismo estamos falando? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*” se destacaram.

A tese de Feldmann (2018) realizada na Universidade de São Paulo no programa de Ciências da Comunicação “analisa a temática feminina no jornalismo alternativo a partir do diálogo entre os campos da comunicação, do jornalismo e dos estudos de gênero no Brasil” (FELDMANN, 2018, s/p). Utilizando como esteio metodológico a história oral, a autora entrevistou colaboradoras do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos (IPG) e do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (NEG-Pagu).

Para Feldmann (2018), as produções alternativas são consideradas rascunhos históricos primordiais que possibilitam a compreensão da trajetória do movimento feminista em diversas épocas. Neste sentido, a tese da autora contribui para a presente pesquisa à medida que leva em consideração as relações entre os estudos de gênero e a sociedade através do olhar jornalístico.

Do mesmo modo, a dissertação de Silva (2010) se apresenta como referência que contribui de forma assertiva para esta pesquisa. A autora lança seu olhar sobre as notícias para compreender o papel desempenhado pelo jornalismo nas relações de poder social, em especial referentes às relações de gênero e sexualidade. Silva (2010) explorou as concepções de gênero de diversos jornalistas com o intuito de perceber de que forma elas interferem na produção noticiosa, contribuindo ou não para a reprodução, manutenção e ressignificação de estereótipos de gênero.

A ampla exploração realizada pela autora é uma fonte rica de conceituações teóricas para a compreensão do campo jornalístico em transversalidade com o campo dos estudos de gênero. Embora Silva (2010) explore produções não consideradas alternativas, observar os apontamentos realizados por ela sobre o cotidiano dos processos produtivos das notícias nos

dá uma série de parâmetros para analisar a diversidade de perspectivas que os jornais alternativos feministas aplicavam em suas reportagens.

A tese de Freitas (2017), por sua vez, apresenta como objetivo central analisar a agenda dos jornais alternativos feministas *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) para compreender como estas publicações buscavam a igualdade de direitos entre homens e mulheres com o intuito de ampliar a democracia e superar desigualdades.

O trabalho da autora colabora primordialmente para a o entendimento da história do movimento feminista registrado nas páginas dos jornais analisados. Através do enfoque dado por Freitas (2017) à pluralidade dos grupos feministas e das temáticas discutidas por eles, a tese da autora proporciona compreensão histórica sobre os movimentos de mulheres e feministas brasileiros, bem como a respeito da importância dos debates envolvendo a interseccionalidade de gênero, raça e classe social.

Já a pesquisa realizada no site da BDTD utilizou como palavras-chave “jornalismo alternativo feminista”. Dos 147 resultados encontrados, duas pesquisas em especial se relacionam de forma direta com a presente dissertação. “*Brasil mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*”, de Karen Silvia Debértolis, e “*Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*”, de Juliana Segato Tamião.

A dissertação de Debértolis (2002) resgata de forma específica a trajetória do *Brasil Mulher* elaborando um panorama de como o jornal contribuiu para o cenário da imprensa alternativa feminista e para os próprios movimentos de mulheres e feministas brasileiros e faz importantes referências ao papel que a mídia como um todo desempenha na manutenção da estrutura do sistema patriarcal – apontamentos essenciais para a elaboração teórica desta pesquisa.

No âmbito empírico, a dissertação elaborada por Tamião (2009) apresenta a maior aproximação com o presente trabalho à medida que explora os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. A autora recupera parte da história do movimento feminista brasileiro através dos veículos analisados e concentra seu olhar nas tensões sociais que a imprensa alternativa feminista enfrentou no contexto da ditadura militar brasileira. Este texto se une aos anteriores enquanto fonte central da contextualização da presente pesquisa.

Outros trabalhos apontados pelas pesquisas exploratórias como “*O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar*”: *as múltiplas faces feministas nas páginas do Mulherio (1981-1987)*”, de Débora de Souza Bueno Mosqueira, encontrado no portal da CAPES, “*Dos periódicos oitocentistas ao ciberfeminismo: a circulação das reivindicações*

feministas no Brasil”, de Ana Flora Schlindwein, e “*Corpo, sexualidade e prazer*”, de Maria Cristina de Oliveira Athayde, oriundos do site da BDTD, possuem algumas conexões com esta dissertação, entretanto, não tão significativas como os trabalhos descritos anteriormente.

É importante apontar, porém, que embora estas pesquisas tenham importantes contribuições para o amplo campo da comunicação – mesmo sendo elaboradas em outras áreas como linguística e história – o fato de não terem sido desenvolvidas no campo do Jornalismo as diferencia de forma crucial do presente trabalho à medida que nossa preocupação está em observar aspectos jornalísticos da narrativa dos veículos. Para além desta característica, embora as temáticas envolvendo políticas públicas para as mulheres perpassem, em alguns momentos, os trabalhos descritos anteriormente, esta pauta não é central em nenhuma das análises desenvolvidas.

Percebe-se que esses dois elementos colaboram para compor o ineditismo desta dissertação. Ainda que em diversas produções científicas jornais considerados alternativos e, de forma mais específica, os alternativos com viés feminista, sejam objeto de análise, realizar um trabalho sob o olhar do campo jornalístico e concentrando-se na temática de política pública para mulheres é um movimento pouco comum, porém, não menos importante. Considera-se necessário, portanto, levar em consideração estas singularidades durante a elaboração metodológica desta pesquisa.

3.2 OBSERVAÇÕES ACERCA DO OBJETO: CARACTERÍSTICAS DOS JORNAIS FEMINISTAS

Os três jornais elencados para a composição do corpus de análise deste trabalho, embora possuam em comum o pertencimento ao âmbito do jornalismo alternativo feminista, apresentam particularidades com relação a suas características enquanto produtos jornalísticos que, para melhor compreensão do processo metodológico, necessitam de descrição detalhada.

Segundo os registros de Teles e Leite (2013), o *Brasil Mulher* produziu 17 edições, mais a publicação de três extras. Possuía uma tiragem regular de 5 mil exemplares, embora algumas de suas edições tenham chegado a 10 mil. A periodicidade, entretanto, é considerada irregular. Há períodos em que o veículo produzia mensalmente, em outros não registrava a data específica da publicação.

O BM foi editado em formato tabloide. Apresentava, em geral, entre 15 e 16 páginas, com número de colunas variável – em torno de três a quatro. Sua impressão era feita em preto e branco, o que barateava os custos – fator importante para o corpo editorial, considerando

que o veículo não possuía nenhum tipo de financiamento contínuo além das contribuições feitas pelas próprias produtoras e por leitores e leitoras assinantes. Apresentava seções e rubricas, em sua maioria, fixas durante o período de existência do jornal. Segundo Teles e Leite (2013), a divisão se dava da seguinte forma:

- 1) Editorial: uma matéria opinativa sobre a questão da mulher associada a outros temas políticos;
- 2) Anistia: entrevistas, reportagens, textos e notícias sobre a questão da anistia;
- 3) Os Fatos Estão Aí: entrevistas sobre fatos diversos de interesse das mulheres ou pequenas notas sobre o movimento feminista;
- 4) Arte Comunicação; Educação; Rosa dos Ventos – matérias e notícias sobre acontecimentos internacionais de interesse das mulheres; Ciência e Brasil Correio, geralmente publicada na contracapa, onde textos enviados pelas leitoras eram veiculados.

As fotografias, especialmente as publicadas nas capas, são uma característica marcante do *Brasil Mulher*. Chico Rezende, fotógrafo de Londrina/PR, é autor de quase todas as imagens responsáveis por trazer registros belos e sensíveis de mulheres de diferentes raças, idades e classes sociais em seus cotidianos. Esta marca gráfica acompanhou o jornal até o final de sua produção (TELES; LEITE, 2013).

As reportagens do *Brasil Mulher* possuem, em geral, uma a duas páginas e apresentam fotografias que as complementam. As páginas centrais, 6 e 7 e 8 e 9, costumam apresentar textos de maior fôlego. Em algumas edições o BM produziu reportagens especiais para debater pautas como a da anistia, demandas sindicais e custo de vida, que chegam a ocupar maior número de páginas. O jornal também apresenta textos menores – de meia página ou menos –, ainda com caráter informativo, porém sem os mesmos esforços de apuração que as reportagens.

O *Nós Mulheres* possuía uma identidade visual diferente. Não utilizava a fotografia como recurso narrativo, como o BM. As capas do jornal são, em geral, desenhadas, deixando de apresentar a mesma força expressiva que o *Brasil Mulher*. É marcante no jornal, entretanto, a presença das ilustrações de Ciça, cartunista responsável pela produção de diversas tirinhas que criticavam e, ao mesmo tempo, retratavam de forma lúdica as relações entre homens e mulheres.

O NM produziu um total de oito edições, nenhuma sinalizada como especial ou extra. Cada número do *Nós Mulheres* possuía uma quantidade distinta de páginas, variando de 12 a 19 páginas por edição, em geral, divididas em três ou quatro colunas. Embora sua periodicidade

dade também fosse irregular, grande parte das edições eram registradas como bimestrais. O jornal não divulgava sua tiragem. Assim como o BM, era impresso em formato tabloide, em preto e branco e possuía uma estrutura de rubricas e sessões constituídas da seguinte forma, como relatam Teles e Leite (2013):

- 1) Editorial: matéria opinativa com o objetivo de formar opinião pública;
- 2) Contracapa;
- 3) Daqui e Dali: breve resumo das lutas das mulheres ao redor do mundo e de suas consequências, além de resumos de acontecimentos nacionais de interesse das mulheres brasileiras;
- 4) Foto Criação: publicava-se uma série de fotos e pedia-se para que as leitoras recriassem a sequência, inventando um enredo, escrevendo legendas no modelo das fotonovelas que, durante o período de circulação dos jornais, estava em alta;
- 5) Retalhos: agrupa informações, escritas em pequenas notas, sobre saúde, alimentação, cuidados das crianças, entre outros temas;
- 6) Bate Papo: entrevistas com mulheres e homens sobre assuntos de interesse do movimento de mulheres e do feminismo;
- 7) Há uma seção de história em quadrinhos, assinada por Ciça, cuja personagem é Bia Sabiá, protagonista de cenas do cotidiano de uma pardal fêmea casada com Heitor, um machista;
- 8) Cartas: semelhante à seção do Brasil Correio do *Brasil Mulher*, que se propõe a estabelecer um diálogo com leitores e leitoras.

Os textos produzidos pelo *Nós Mulheres* estruturalmente se assemelham aos do BM. Em geral, também possuem em torno de uma ou duas páginas – quando são reportagens de maior destaque –, e ocupam as páginas centrais da edição. Nestes casos, costumam estar acompanhados de ilustrações. Textos menores são colocados em páginas finais, em sua maioria, nas seções Retalhos e Bate Papo.

Já o *Mulherio*, diferente de seus antecessores, apresentava uma série de alterações em sua diagramação de uma edição para outra. Como foi produzido por um período de sete anos e passou por diferentes fases – financeiras e editoriais –, a disposição de seções e de temáticas dentro do veículo e a ordem em que apareciam se alterava a cada novo período. É possível apontar, entretanto, algumas rubricas e sessões mais frequentes que se mantiveram ao longo de todo o jornal.

- 1) Cartas: como a sessão Cartas do NM e Brasil Correio do BM apresentava correspondências de leitores e leitoras;

- 2) Reportagens e artigos: as temáticas principais eram sinalizadas na lateral da página (política, dia a dia, homens etc.), o que criava uma série de pequenas divisões dentro do jornal, muito variáveis de uma edição para outra;
- 3) Literatura, cinema, tevê⁸, teatro: concentrava muitas entrevistas e matérias de aspectos cultural, recomendações de publicações – acadêmicas e literárias –, pequenas notas e críticas sobre lançamentos televisivos, cinematográficos e cênicos;
- 4) Cozinha: semelhante a Retalhos publicado pelo NM, concentrava várias notas e pequenos textos sobre assuntos diversos envolvendo tanto temáticas diretamente ligadas ao movimento de mulheres e feminista como pautas consideradas gerais;
- 5) Tirinhas: em algumas edições o *Mulherio* publicou Fantasmasia, assinada por Celia, quadrinhos geralmente publicados na contracapa, cuja protagonista, uma mulher representada nua, faz reflexões sobre si mesma e sobre seu relacionamento com os homens;
- 6) Em movimento: misturava pequenas notas e notícias sobre o movimento de mulheres e feminista, divulgava eventos e organizações, semelhante à sessão Cozinha.

Segundo Tamião (2009), a tiragem variava de 6 a 8 mil exemplares. Impresso também em formato tabloide e em preto e branco, algumas edições do *Mulherio* contaram com capas em tons de vermelho que proporcionam destaque a chamadas e títulos. Seus 40 números costumam apresentar de 20 a 26 páginas, divididas em quatro ou seis colunas. A periodicidade do *Mulherio* é considerada irregular até a edição número 30, na qual anuncia que passa a ser um jornal mensal.

Suas reportagens, em alguns casos, apresentam um número mais extenso de páginas do que as produzidas pelo *Brasil Mulher* e pelo *Nós Mulheres*. O jornal possuía espaço físico para produções de maior fôlego e costumava utilizar este recurso na elaboração de especiais voltados para temáticas como a carestia⁹ e o movimento das Diretas Já. Quantitativamente, entretanto, produções menores ultrapassam as com maior elaboração.

3.3 A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS INTERPRETATIVAS

Considerando esta descrição do material empírico, é essencial, neste momento, passar a metodologia utilizada para executar a primeira etapa de seleção de reportagens destes

⁸ A grafia do termo se coloca da mesma forma que a utilizada pelo jornal com o intuito de sinalizar a seção.

⁹ A carestia se caracteriza pela falta de bens essenciais e escassez de produtos devido ao alto custo de vida.

jornais, procedimento realizado com o intuito de, posteriormente, desenvolver análises em profundidade de um universo menor quantitativamente, porém representativo quanto às temáticas exploradas pelos veículos que compõem o corpus empírico desta pesquisa.

Para o desenvolvimento desta etapa foram escolhidos procedimentos que amparassem os objetivos da forma mais completa possível. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo do material empírico se apresentaram como caminhos que, em conjunto, nos permitiram observar e analisar as reportagens de forma aprofundada e contextualizada.

A análise de conteúdo se apresenta como principal ferramenta do processo de compreensão dos textos. Segundo Bardin (2016), principal referência desta abordagem metodológica, “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2016, p. 15), característica que compreende a abrangência interpretativa que se busca nesta pesquisa.

Considerada por Vala (2001) como uma técnica de tratamento da informação e não um método em si, ela permite que se realizem interferências sobre a fonte, a situação em que o material foi produzido, ou mesmo sobre receptores e destinatários da mensagem. Sua finalidade, segundo o autor, seria efetuar interferências “com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALA, 2001, p. 104).

Segundo Bauer (2000), há dois tipos de texto utilizados na construção de pesquisas científicas: os que se constroem no processo da pesquisa, como transcrições de entrevistas e protocolos de observação, e os que foram produzidos previamente com outros fins, como jornais ou memorandos de corporações. A análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com o segundo tipo de texto assim como a presente pesquisa, o que reforça sua adequação para a proposta.

Embora grande parte das análises de conteúdo clássicas tenham como resultado grandes descrições numéricas de características específicas do texto que utilizam como objeto de análise, é importante considerar que o enfoque das interferências e observações está em tipos, qualidades e distinções deste texto (BAUER, 2000). No caso deste trabalho, há, antes de quantificações, uma preocupação com o conteúdo das reportagens analisadas.

Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos (BAUER, 2000, p. 190).

Tendo em vista esta prioridade, a pesquisa buscou selecionar textos jornalísticos que se encaixassem no conceito de reportagem. Este gênero textual jornalístico apresenta características específicas que remetem diretamente à sua finalidade principal, o serviço ao interesse coletivo. Segundo Lage (2001), desde seu surgimento a reportagem colocou em foco problemas estruturais da sociedade como a necessidade de discernir o que é privado e o que é público, informações que o Estado pode manter sigilosas e as que não pode etc.

Entende-se, a partir do conceito de Sousa (2001), que o objetivo deste gênero textual é informar com profundidade e contar uma história. A reportagem proporciona a leitores e leitoras aproximação do acontecimento sobre o qual se fala e pode utilizar, para tal, “elementos da entrevista, da notícia, da crônica, dos artigos de opinião e de análise, etc” (SOUSA, 2001, p. 259).

Desta perspectiva, pode considerar-se a reportagem um gênero jornalístico híbrido, que vai buscar elementos à observação directa, ao contacto com as fontes e à respectiva citação, à análise de dados quantitativos, a inquéritos, em suma, a tudo o que possa contribuir para elucidar o leitor. Como disse, fazer uma reportagem significa, em grande medida, contar uma história. A reportagem é um espaço apropriado para expor causas e consequências de um acontecimento, para o contextualizar, interpretar e aprofundar, mas sempre num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento, que imirja o leitor na história (SOUSA, 2001, p. 259).

Desta forma, este modelo de produção jornalística vai ao encontro de preceitos essenciais para o jornalismo alternativo feminista em foco nesta pesquisa. Através da produção de reportagens é possível colocar em debate questões de interesse público, reunir informações fidedignas a respeito da temática e levar estes elementos ao público para que possam, através da leitura, interpretar e formar opiniões sobre diversos tópicos.

Para além destes aspectos, a decisão de analisar este gênero textual jornalístico se deve a outros dois fatores: 1) estes textos apresentam características essenciais do âmbito do jornalismo como o exercício de apuração e a utilização de fontes variadas e, portanto, podem ser analisados a partir destes elementos; e 2) os jornais alternativos feministas recebiam contribuições externas, entretanto, sabe-se que as reportagens, em especial as de grande destaque, eram realizadas por pessoas que trabalhavam nas redações destes jornais, colaborando para a construção de uma unidade na perspectiva do sentido dos textos.

Ainda considerando a importância de se definir uma unidade entre os textos, o critério temático se coloca como mais um elemento que reforça a lógica entre as reportagens selecionadas dos três jornais em análise. Como descrito anteriormente, pautas voltadas para a temáti-

ca abrangente de políticas públicas aparecem nestes veículos como forma de colocar leitores e leitoras a par de discussões envolvendo o Estado que dizem respeito diretamente à população.

Através de reportagens que colocavam em centralidade reivindicações por melhorias em políticas governamentais, ou mesmo pela implementação de serviços básicos indisponíveis à sociedade brasileira, os jornais explorados neste trabalho deram protagonismo às discussões envolvendo políticas públicas nacionais, em especial as voltadas para as mulheres. Considerando este protagonismo, a temática foi incorporada como mais um elemento que compõe os critérios de elegibilidade dos textos.

Assim como no caso do componente reportagem, buscamos uma definição mais objetiva para delimitar a correspondência da temática nos textos a serem selecionados. Por políticas públicas compreendemos, portanto, “um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses” (FARAH, 2004, p. 47). Nos concentramos nestas ações governamentais que se voltam para as mulheres brasileiras, seja como parte da pauta ou como temática principal.

Tendo em vista estes dois conceitos elementares – reportagem e políticas públicas para mulheres –, este trabalho utilizou como referência o conceito de pré-análise de Bardin (2016) para elaborar sua fase organizacional. Neste momento, como orienta a autora, foram escolhidos os documentos de análise, formuladas hipóteses e objetivos, além da elaboração de indicadores capazes de fundamentar a interpretação final.

Neste momento da pesquisa, foram analisadas 20 edições do *Brasil Mulher*, sete do *Nós Mulheres*, e 40 do *Mulherio*, todas em formato digital. O primeiro processo de seleção dos textos, segundo os critérios previamente descritos, envolveu primordialmente o BM e o NM, e originou três categorias referentes às pautas das reportagens: direitos trabalhistas, direitos civis e saúde da mulher. Estas temáticas apareceram de forma principal na maior parte dos textos e se relacionaram às questões de políticas públicas para as mulheres em maior e menor grau.

A partir desta definição, foi possível catalogar as reportagens selecionadas na primeira etapa de exploração do material empírico. Este processo se deu basicamente através da leitura integral das edições dos jornais às quais tivemos acesso, o que gerou um quadro geral com todas as reportagens encontradas nos três veículos que correspondiam à temática de políticas públicas para mulheres. Após a identificação do texto, se realizava a anotação de características essenciais: título, edição, sessão/página, autoria, número de páginas que compreende, breve descrição do texto, a categoria em que se enquadra e se aparecia na capa da edição.

Na primeira categoria foram incluídas reportagens referentes às demandas do setor proletário, a luta por melhores condições de trabalho, direitos previstos em leis, e questões específicas para as trabalhadoras como a licença maternidade, o auxílio creche etc. A categoria que agrupou demandas referentes a direitos civis perpassa exigências como maior participação política, a criação de leis que promovam equidade entre os gêneros, bem como a extinção de artigos que fomentem a desigualdade, dentre outras.

Já a terceira categoria, referente a pautas ligadas à temática de saúde feminina, engloba reportagens que abordaram temáticas como a luta pela descriminalização e pela legalização do aborto, direitos reprodutivos, as condições que os sistemas de saúde oferecem para tratamentos ginecológicos e obstétricos, assim como o direito à amamentação e o acesso a métodos contraceptivos.

Em um segundo momento, a partir da primeira catalogação realizada nas reportagens do *Mulherio*, a categoria ‘violência contra a mulher’ foi adicionada ao quadro, contendo reportagens sobre casos de crimes reais cometidos contra mulheres, falhas na legislação que permitem o aumento de índices de violência de gênero e a reivindicação de sistemas de proteção para mulheres vítimas de agressão física e psicológica.

Esta categoria, entretanto, não apareceu com representatividade significativa nos outros dois jornais, o que impediu a continuidade de sua exploração. Da mesma forma, textos com tamanho muito reduzido que, em geral, apresentavam poucas fontes e apuração menos explorada, ou ilegíveis – devido ao fato de os arquivos dos jornais terem sido analisados no formato digital –, foram retirados do quadro, mantendo, portanto, apenas reportagens passíveis de análise em profundidade.

3.4 RESULTADOS GERAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA IMPRENSA FEMINISTA

Após o processo de seleção das reportagens previamente descrito, chegamos a alguns dados prévios relativos aos jornais produzidos nas décadas de 1970 e 1980. Ao todo foram selecionadas 109 reportagens que correspondiam aos critérios previamente estabelecidos, sendo 19 pertencentes ao *Brasil Mulher* (17,43%), 11 ao *Nós Mulheres* (10,09%) e 79 ao *Mulherio* (72,47%).

A categoria ‘saúde da mulher’ registrou o maior número de reportagens – 42 ao total. Destas, sete são do *Brasil Mulher*, sendo elas: “Pílulas... Ora pílulas”; “Pílula: solução ou problema?”; “Dar a luz sem cuidados: risco desnecessário”; “O planejamento familiar da miséria”; “Mulher, patrimônio social do Estado”; “No Brasil, o aborto é proibido. Mas

acontece” e “O verdadeiro risco”. As quatro reportagens do *Nós Mulheres* seguem linhas semelhantes: “Controle de natalidade: ser ou não ser mãe”; “um plano para gestantes e crianças”¹⁰; “Pílulas para milhões” e “Rumo ao planejamento familiar”.

Já o *Mulherio* apresentou 31 reportagens nesta categoria: “Um congresso saudável”; “Amamentar: um gesto que não depende só da vontade materna”; “A lei ignora a realidade”; “Um debate que se amplia”; “E o prazer de falar de prazer?”; “Repensando nossas propostas”; “Cresce a campanha pela legalização do aborto”; “Maioria dos abortos são de casadas”; “O bom leite da mamãe”; “Entre sem bater. É a Casa da Mulher”; “Congresso discutirá o aborto”; “Primavera, início de ação conjunta”; “Planejamento familiar”; “Aborto”; “Aborto”¹¹; “Vidas sem saída”; “O plano de saúde do Ministério”; “Contracepção: o drama nosso de cada dia”; “Maternidade, um fato político”; “Secundaristas discutem sexualidade”; “O corpo é nosso... eles não acham”; “A invasão das bruxas”; “Aborto: alto risco na constituinte”; “Controle de natalidade: a polêmica continua”; “Inseminação artificial no Brasil: assunto estéril”; “Aborto: momento de decisão”; “Campanha pelo aborto terapêutico”; “Resultado imediato: um comitê de fiscalização”; “Visão integral do corpo”; “Pró-mulher: feminismo na comunidade” e “SOS – Corpo: o trabalho didático de ensinar feminismo e saúde”.

Na categoria que enquadra reportagens sobre direitos civis envolvendo as mulheres brasileiras, há um total de 29 incidências somando os três jornais. O *Brasil Mulher* registrou três reportagens: “Direito Civil: quem decide é o homem”; “Eleições um novo Teste” e “CPI da Mulher: fora das fábricas, escolas e cozinhas”. Já o *Nós Mulheres* apresentou duas incidências, as reportagens “Eleições 76” e “Abrindo caminho”.

O *Mulherio* registrou 24 reportagens referentes às questões de direitos civis, sendo elas “E a democracia doméstica, como vai?”; “O longo caminho da participação política”; “O novo Código, já no Congresso”; “A discriminação no banco dos réus”; “Olha a discriminação! Fora da política dos “grandes”; “As candidatas”; “Política feminina”; “Extra, extra: cadeias ficarão superlotadas”; “Um lugar no governo”; “Antes tarde do que nunca”; “O que ganhamos, o que perdemos”; “Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder”; “Queremos assumir a pobreza, a morenitude, a feminilidade”; “Propostas feministas”; “Direitos, já. Como as diretas.”; “Códigos”; “A nova constituição em gestação”; “A nova cara da constituinte”; “Constituinte, em compasso de espera”; “A consti-

¹⁰ Os títulos que se apresentam iniciados com letra minúscula, assim como as pontuações, respeitam o modelo gráfico apresentado pela reportagem em sua publicação.

¹¹ As duas reportagens apresentam o mesmo título.

tuinte é das mulheres”; *“Sete anos de reivindicações*”; *“Encontro nacional contra a discriminação*”; *“União de mulheres: seis anos de trabalho voluntário*” e *“Casa da Mulher Baiana, volta por cima”*.

Direitos trabalhistas registrou um total de 38 reportagens. No *Brasil Mulher* nove textos correspondem a esta categoria. Os títulos são: *“Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?”*; *“Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar?”*; *“Trabalhar a noite, quem ganha com isso?”*; *“Domésticas: “Queremos ser vistas como trabalhadoras”*; *“Direitos trabalhistas da mulher gestante”*; *“Na mesa, nenhuma mulher”*; *“A noite da mulher é o lucro do patrão”*; *“domésticas, reunidas pela terceira vez”* e *“As domésticas e a CLT”*. O *Nós Mulheres* apresentou cinco reportagens enquadradas na categoria ‘direitos trabalhistas’: *“direitos da mulher”*; *“Um dinheirinho pingado”*; *“creche: com quem deixar nossos filhos”*; *“queremos creche!”* e *“mais uma vez: CRECHE!”*.

O *Mulherio* registrou 24 títulos nesta categoria: *“Domésticas: as máquinas que servem o lar”*, *“Licença-maternidade - Por que não estender para os pais?”*, *“Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”*, *“A lei existe. Mas, ora, a lei.”*, *“Uma solução comunitária a partir da estaca zero”*, *“Nem santa, nem babá”*, *“O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?”*, *“Neste tribunal o réu é a discriminação”*, *“Professoras perdem estabilidade”*, *“Inovando na forma e na força”*, *“Repousa, leoa”*, *“Solução miserável para um país pobre”*, *“O que dá para mudar já”*, *“Solteira, sim. Casada, não”*; *“Agora nós vamos apelar!”*; *“Trabalho noturno. Agora pode...”*; *“Ainda na base da pirâmide”*; *“Domésticas, tentando sair da cozinha”*; *“O drama da terra no feminino”*; *“Profissão: Agricultora. As “Catarina” saem na frente”*; *“O chá que a gente toma”*; *“Organização das mulheres rurais sai fortalecida do I Encontro Nacional”*; *“Organização contra velhos preconceitos”* e *“Trabalho feminino em discussão”*.

O Quadro 1, abaixo, apresenta o total de matérias publicadas nos três jornais de acordo com as categorias de análise.

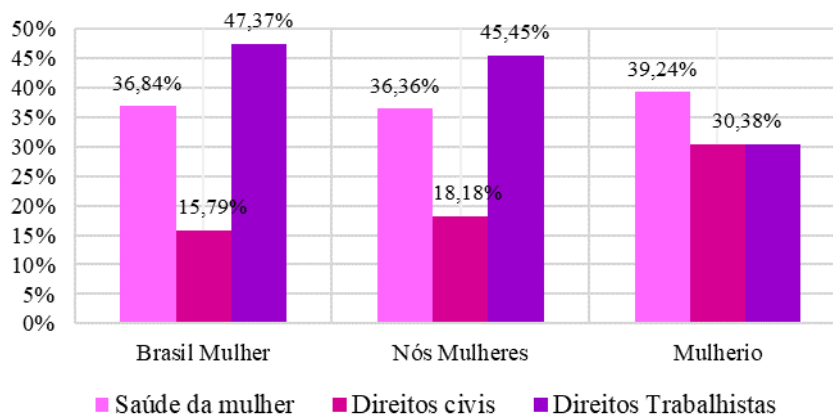
Quadro 1. Quantidade de reportagens encontradas em cada publicação e classificação

Categoria	Brasil Mulher (17,43%)	Nós Mulheres (10,09%)	Mulherio (72,47)	Total de reportagens por categoria
Saúde da mulher	7	4	31	42
Direitos civis	3	2	24	29
Direitos Trabalhistas	9	5	24	38
Total de reportagens por jornal	19	11	79	

Fonte: A autora (2019).

Voltando os olhares para as categorias elaboradas é possível observar as diferentes incidências em cada publicação das temáticas principais. No *Brasil Mulher* as pautas voltadas para direitos trabalhistas se apresentam como maioria, fato diretamente ligado à participação ativa do jornal na militância sindical e ao seu discurso marxista. Com a segunda maior incidência está a temática de saúde da mulher, envolvendo questões de acesso a serviços e direitos das trabalhadoras. Com menor frequência aparece a temática de direitos civis, menos ligada à questão trabalhista do que as categorias anteriores.

O *Nós Mulheres*, por outro lado, registra as categorias ‘direitos trabalhistas’ com maior incidência, com segunda maior frequência está a categoria ‘saúde da mulher’ e ‘direitos civis’ aparece apenas com dois registros. Acompanhando a tendência dos debates de seu período, O *Mulherio* registra um número maior de matérias voltadas para as questões envolvendo saúde da mulher, enquanto direitos civis e direitos trabalhistas apresentam destaque equivalente. No Gráfico 1, a seguir, é possível observar percentualmente a incidência de cada categoria em cada veículo analisado.

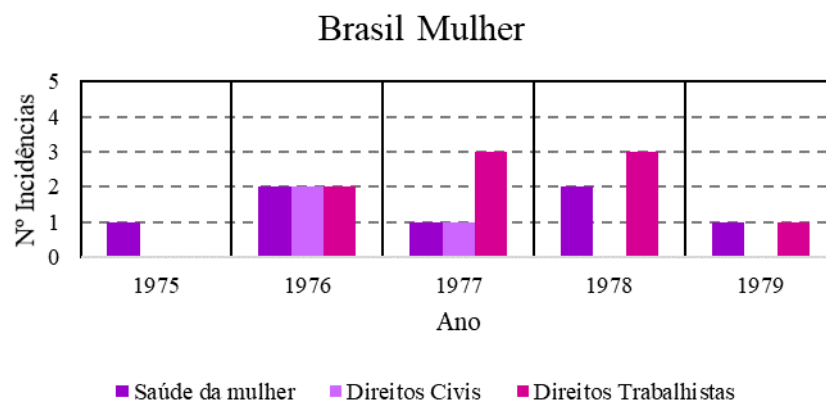
Gráfico 1. Incidência das categorias temáticas nos jornais

Fonte: A autora (2019).

A partir desta primeira etapa de análise é possível apontar algumas informações úteis para perceber tendências nos jornais. Para a contextualização das reportagens analisadas em profundidade é interessante perceber as transformações das pautas de acordo com o passar dos anos nos quais os periódicos circularam. Com o intuito de incluir neste primeiro momento um panorama de como a incidência das categorias apresenta variações de acordo com o ano de publicação da edição, uma representação visual foi elaborada.

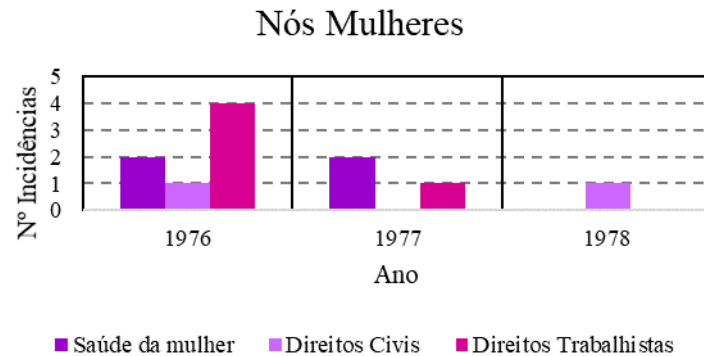
Como é possível observar no Gráfico 2, a categoria ‘saúde da mulher’ apresenta maior frequência, estando presente em todos os anos nos quais o *Brasil Mulher* circulou, aparecendo com maior força nos anos de 1977 e 1978. Em segundo lugar, direitos trabalhistas aparece com uma frequência considerável de pautas a partir do segundo ano de publicação, mantendo-se como pauta mais recorrente. Concentrada entre 1976 e 1977, a categoria ‘direitos civis’ aparece com menor incidência temporal.

Gráfico 2. Incidência das categorias temáticas no jornal *Brasil Mulher* ao longo de cinco anos de publicação



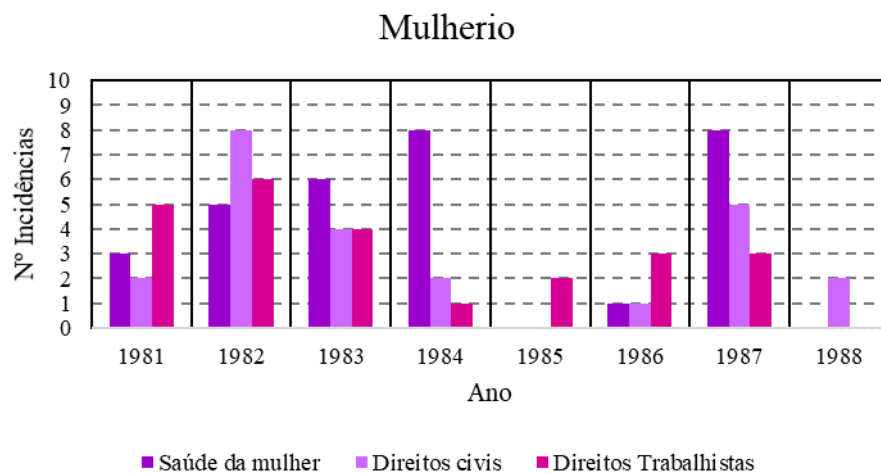
Fonte: A autora (2019).

Já no *Nós Mulheres* é possível observar uma maior alteração de incidência da categoria ‘direitos trabalhistas’ entre os três anos de circulação do jornal analisados, enquanto saúde da mulher e direitos civis permaneceram constantes numericamente. É imprescindível considerar, entretanto, que a menor quantidade de edições do veículo faz com que, proporcionalmente, o número de reportagens – em primeira vista, baixo – deva ser compreendido de acordo com seu contexto de publicação.

Gráfico 3. Incidência das categorias temáticas no jornal *Nós Mulheres* ao longo de três anos de publicação

Fonte: A autora (2018).

Dentre os fatores que podem justificar a frequência de cada categoria em determinado período é possível apontar, em primeira observação, as demandas do próprio movimento feminista de segunda onda – elemento que influenciou a aparição de todas as pautas publicadas pelos periódicos mas que, para além disso, também está presente na interpretação e na construção de realidade que estas reportagens realizaram durante seu período de circulação.

Gráfico 4. Incidência das categorias temáticas no jornal *Mulherio* ao longo de oito anos de publicação

Fonte: A autora (2019).

No caso do *Mulherio*, em 1981, primeiro ano de publicação, as temáticas de direitos trabalhistas apareceram em maior quantidade, enquanto no ano seguinte a categoria ‘direitos civis’ a ultrapassou, sendo também o ano que registrou maior número de reportagens selecionadas. Já em 1983 as questões voltadas para saúde da mulher se tornaram protagonistas e assim permanecem em 1984. Em 1985 o jornal publicou quatro edições trimestrais, o que influenciou a baixa incidência de reportagens selecionadas durante o período. Durante 1986 também foram publicadas poucas edições, entretanto, as temáticas correspondentes apareceram com maior incidência. Em 1987, entretanto, o jornal registra alto número de reportagens, destacan-

do a categoria 'saúde', novamente, enquanto 1988 contém apenas duas matérias correspondentes à categoria de direitos civis.

A partir destas observações é possível apontar que os fatores que determinam maior ou menor incidência para a aparição das categorias em determinados períodos estão ligados às pautas debatidas pela sociedade como um todo e dialogam com temáticas relevantes como as eleições e as políticas governamentais, assim como matérias do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*. O destaque que o *Mulherio* dava para temáticas voltadas à saúde da mulher, entretanto, revela a preocupação do jornal em protagonizar demandas específicas do movimento feminista.

De forma geral, este olhar inicial sobre as reportagens catalogadas indica características prévias quanto ao papel político e militante exercido por estes veículos e registrado através das reportagens produzidas por eles. As marcas que estas publicações deixaram em seu período de circulação, bem como sua função enquanto ferramentas de propagação de discursos democráticos ainda são importantes referências para produções jornalísticas e devem ser utilizadas como meios para repensar funções e características do jornalismo contemporâneo.

Vale ressaltar que podem existir outros conteúdos nas publicações que se refiram às temáticas de direitos civis, saúde da mulher, direitos trabalhistas e violência contra a mulher que não foram selecionadas como objeto de análise. Isto se deve à não correspondência deste material com os critérios previamente estabelecidos para a catalogação e posterior observação do conteúdo.

É o caso, por exemplo, das reportagens sobre greves e o movimento sindical, muito recorrentes nos três jornais, mas que não se associam de forma indireta ou direta com os debates envolvendo políticas públicas para mulheres e, em alguns casos, não abordavam a pauta através de uma perspectiva de gênero ou feminista. Da mesma forma, as matérias sobre a anistia, que possuíam grande destaque especialmente no *Brasil Mulher*, em sua maioria, não possuíam perspectiva de gênero ou feminista em seu tratamento nem se ligavam de alguma forma ao debate de políticas públicas.

O *Mulherio* tratou de algumas demandas das trabalhadoras rurais, entretanto, em períodos muito específicos e esporádicos, impedindo a interpretação dessas pautas como uma defesa contínua do jornal como, por exemplo, a descriminalização do aborto. No *Nós Mulheres* é possível observar, da mesma forma, diversas reportagens sobre política que não estabelecem relação com as questões de políticas públicas para mulheres e não apresentam perspectiva de gênero em suas abordagens. Pautas como estas, embora muito presentes nas publica-

ções, não estabelecem conexões diretas com o material empírico que buscamos selecionar nesta pesquisa.

Ao fim desta primeira etapa, enfim, elencamos conceitos que definem os critérios de seleção do material empírico a ser submetido à análise em profundidade. Eles são capazes de nortear a inclusão ou a exclusão de uma reportagem do quadro inicial do conjunto final de textos, permitindo uma unidade lógica dentro do universo reduzido, porém representativo, selecionado para análise.

3.5 SELEÇÃO DE REPORTAGENS E ANÁLISE EM PROFUNDIDADE DO MATERIAL

Em um segundo momento, utilizando como referência a regra da representatividade de Bardin (2016), o trajeto metodológico desta pesquisa se voltou para a seleção de um universo menor de reportagens que possuem características em comum e são textos que representam de forma adequada a discussão proposta na pesquisa, tanto em relação ao tratamento jornalístico dado às temáticas abordadas pelos veículos, quanto no que se refere às pautas mais recorrentes e significativas para cada jornal.

O primeiro critério determinado foi a relevância da pauta para o jornal. A determinação de maior ou menor relevância se deu através da frequência numérica que esta pauta aparecia dentro das diversas edições. A percepção sobre este aspecto se deu através de leitura das reportagens selecionadas no primeiro processo de observação de textos e contagem das temáticas apresentadas dentro de cada uma das três categorias de análise previamente elaboradas. As subcategorias referentes às pautas foram definidas, portanto, a partir dos assuntos apontados pelas próprias reportagens.

De acordo com os dados registrados com relação à categoria ‘direitos trabalhistas’, o *Brasil Mulher* publicou três reportagens cujas pautas se referiam a trabalho noturno exercido por mulher, três referentes às questões das empregadas domésticas, uma sobre a demanda de creches para crianças de mulheres trabalhadoras, uma sobre os direitos trabalhistas da mulher gestante e uma referente à participação feminina em sindicatos. O *Nós Mulheres*, nesta mesma categoria, apresentou três reportagens que tratavam das demandas de creches, uma que pautava os direitos das mulheres registrados na CLT e uma sobre o exercício de subempregos.

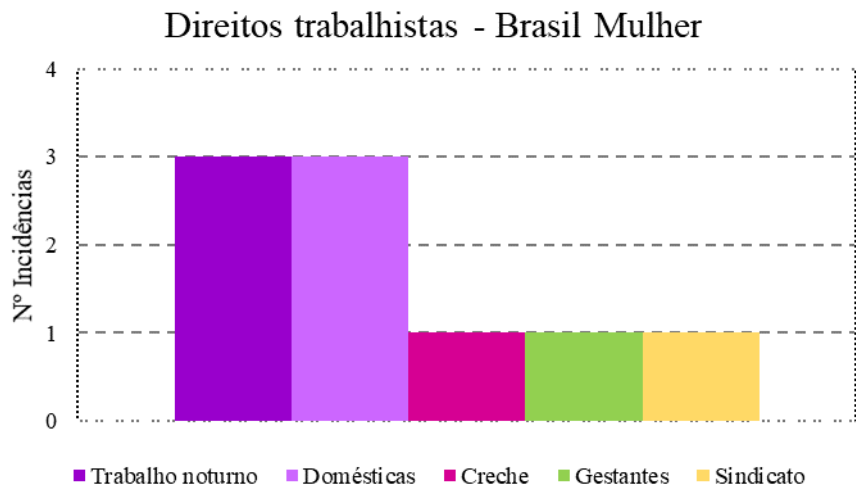
Já o *Mulherio* registrou duas reportagens sobre emprego doméstico, uma sobre licença maternidade e paternidade, cinco que tratavam das questões envolvendo creches, duas sobre as demandas das professoras, uma que pautava a dupla jornada de trabalho feminina, seis sobre as leis da CLT e as discriminações sofridas por mulheres em ambientes de trabalho apesar

da existência destas normas, uma sobre donas de casa, uma que enfocava o trabalho noturno feminino, uma que pautava a disparidade salarial entre homens e mulheres e quatro que tratavam de demandas das trabalhadoras rurais.

A partir deste cenário, elencou-se para análise em profundidade duas reportagens do *Brasil Mulher*, sendo que uma pautava o emprego doméstico e outra o trabalho noturno, duas do *Nós Mulheres*, uma abordando a reivindicação por creches e outra o subemprego feminino, e duas do *Mulherio*, sendo uma sobre as diversas dificuldades e discriminações às quais as mulheres são submetidas durante o exercício do trabalho e outra tratando da questão das creches.

É possível observar nos três gráficos abaixo a representação visual da incidência destas pautas na categoria ‘direitos trabalhistas’, em cada jornal analisado.

Gráfico 5. Incidência das pautas no jornal *Brasil Mulher* referentes à categoria direitos trabalhistas



Fonte: A autora (2019).

Gráfico 6. Incidência das pautas no jornal *Nós Mulheres* referentes à categoria direitos trabalhistas

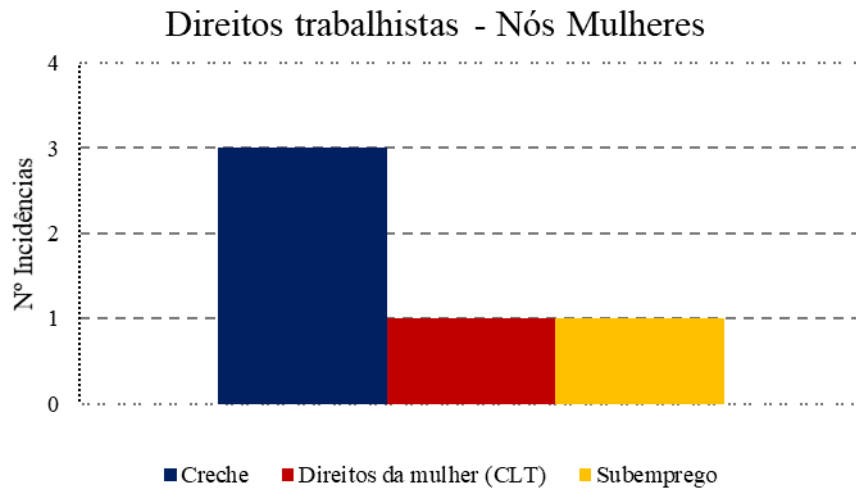
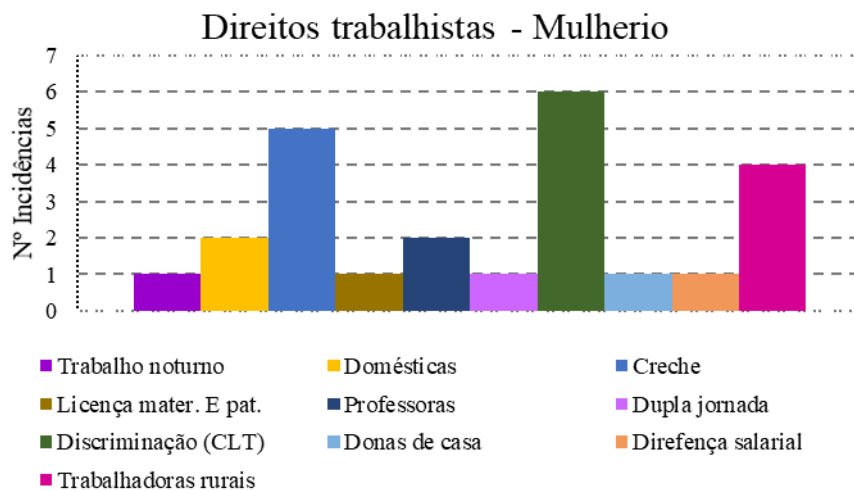


Gráfico 7. Incidência das pautas no jornal *Mulherio* referentes à categoria direitos trabalhistas



O mesmo procedimento se deu com relação à categoria ‘saúde da mulher’. O BM registrou duas reportagens abordando as discussões que envolvem o uso de pílulas anticoncepcionais, uma sobre parto, três sobre planejamento familiar e controle de natalidade em perspectivas governamentais e uma debatendo o direito ao aborto. O NM registrou duas reportagens sobre controle de natalidade, uma a respeito das pílulas e outra abordando gestação.

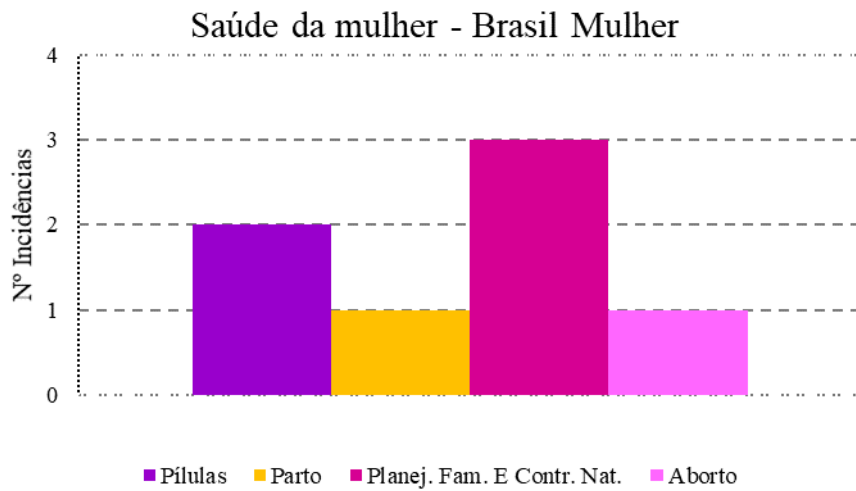
No *Mulherio*, cinco reportagens tratavam de saúde feminina de modo amplo, três de maternidade, dez sobre a reivindicação pelo direito ao aborto, cinco abordavam a sexualidade feminina, seis sobre controle de natalidade, uma sobre a saúde mental das mulheres e uma a respeito do início dos procedimentos de inseminação artificial no Brasil.

Com este panorama, seis reportagens ao todo, correspondentes à categoria ‘saúde da mulher’, foram eleitas para a análise em profundidade: duas tratando da questão do aborto, do

Mulherio, duas do *Brasil Mulher*, uma tratando também sobre os debates envolvendo a reivindicação pelo direito ao aborto e uma sobre o uso das pílulas anticoncepcionais, e duas do *Nós Mulheres*, uma abordando o controle de natalidade massivo governamental e outra o consumo de pílulas.

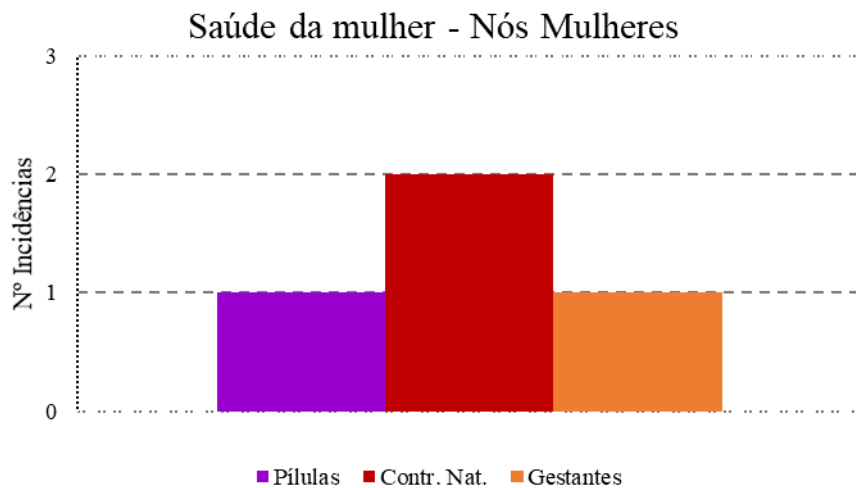
Nos três gráficos apresentados a seguir é possível observar as pautas abordadas pelos três jornais analisados que correspondem à categoria ‘saúde da mulher’.

Gráfico 8. Incidência das pautas no jornal *Brasil Mulher* referentes à categoria saúde da mulher



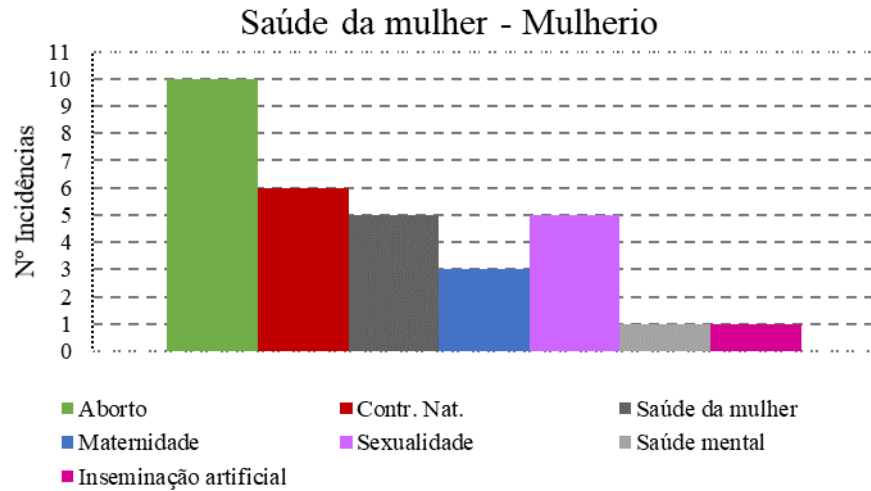
Fonte: A autora (2019).

Gráfico 9. Incidência das pautas no jornal *Nós Mulheres* referentes à categoria saúde da mulher



Fonte: A autora (2019).

Gráfico 10. Incidência das pautas no jornal *Mulherio* referentes à categoria saúde da mulher

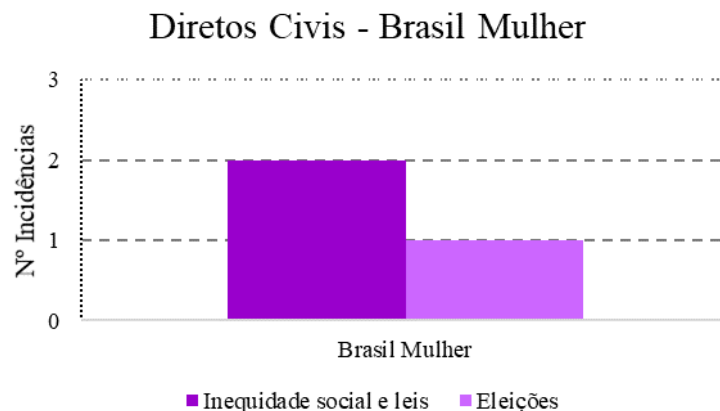


Fonte: A autora (2019).

Direitos civis passou pelo mesmo processo que as duas categorias anteriores. O *Brasil Mulher* registrou duas reportagens que pautavam a inequidade entre os gêneros e sua relação com as leis brasileiras e uma tratando de eleições. O *Nós Mulheres* apresentou uma reportagem sobre a sociedade civil organizada e outra sobre eleições. Já o *Mulherio* registrou sete reportagens sobre inequidade e leis nacionais, nove sobre participação política feminina, três sobre eleições e cinco pautando a sociedade civil organizada.

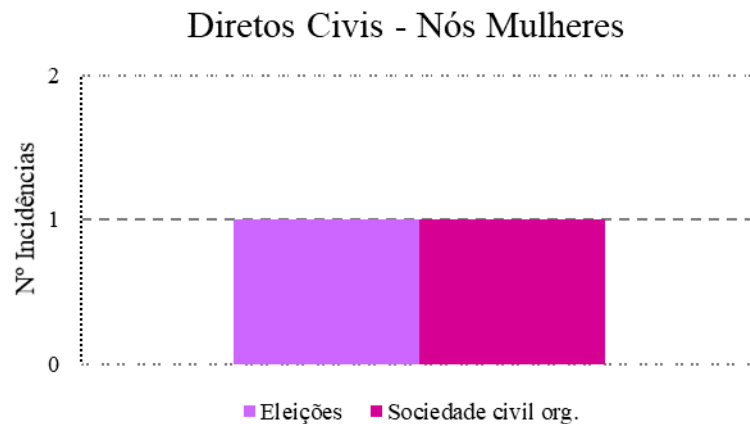
Considerando a menor quantidade de reportagens desta categoria, quatro textos foram selecionados para análise em profundidade, sendo um do BM, referente à inequidade entre gêneros e a legislação, um do NM, tratando das eleições de 1976, e duas do *Mulherio*, a primeira pautando a participação das mulheres nas eleições de 1982 e a segunda as Diretas Já e sua relação com o movimento feminista. As pautas mais frequentes em cada jornal referentes a esta categoria de análise podem ser observadas nos gráficos a seguir:

Gráfico 11. Incidência das pautas no jornal *Brasil Mulher* referentes à categoria direitos civis



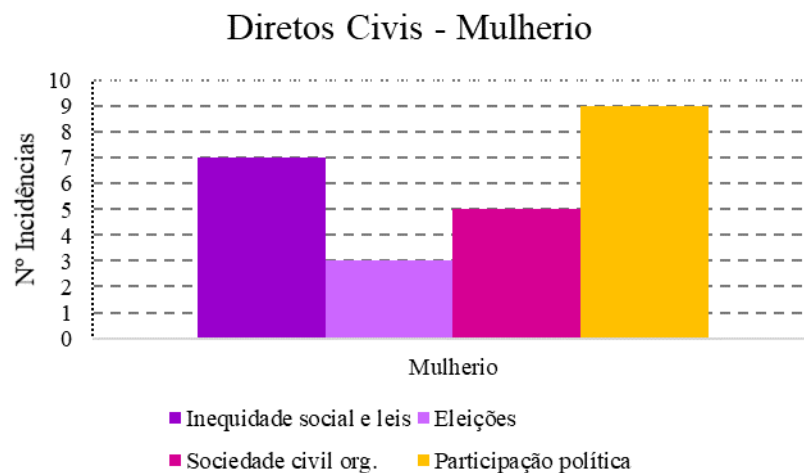
Fonte: A autora (2019).

Gráfico 12. Incidência das pautas no jornal *Nós Mulheres* referentes à categoria direitos civis



Fonte: A autora (2019).

Gráfico 13. Incidência das pautas no jornal *Mulherio* referentes à categoria direitos civis



Fonte: A autora (2019).

Além do critério temático, primordial para a escolha dos textos destinados à análise em profundidade, também foi levada em consideração, neste momento, a relação direta das reportagens com os debates envolvendo políticas públicas para mulheres. A análise em profundidade foi realizada observando os laços estabelecidos entre a pauta apresentada pelo texto e as questões envolvendo esta outra temática.

Outro critério utilizado foi o tamanho da reportagem, dando preferência para matérias de pelo menos uma página para que, posteriormente, a quantidade de trechos retirados para análise pudesse ser proporcional e similar entre os textos. O destaque dado à reportagem pelo jornal também foi levado em consideração, priorizando textos de capa, ilustrados ou anunciados como especiais.

Após a definição das 16 reportagens que compõem o universo reduzido e representativo de textos, o processo de análise em profundidade foi iniciado através de releitura e seleção

de trechos dos textos. Os recortes foram realizados com o intuito de destacar passagens representativas das reportagens que trouxessem à tona características marcantes das narrativas dos jornais, capazes de ilustrar e fomentar a compreensão de aspectos fundamentais: a utilização de fontes, a influência das linhas editoriais e o exercício apurativo.

Em média, entre seis e nove trechos foram selecionados por reportagem, variando para mais ou para menos de acordo com o tamanho do texto. Após a seleção, as passagens foram divididas em três unidades de análise: fontes, apuração e linha editorial. Como referência para a elaboração destes elementos utilizamos o conceito de unidades de registro e de contexto elaborado por Bardin (2016).

Estas unidades correspondem a um segmento de conteúdo considerado básico, com o intuito de realizar categorizações e contagens frequenciais. A unidade de registro mais utilizada, de ordem semântica, costuma ser “tema”, podendo ser uma afirmação sobre um assunto, uma frase, ou outros tipos de fragmentos (BARDIN, 2016). A análise sobre estas unidades consiste em descobrir diferentes núcleos de sentido que, no caso desta pesquisa, se concentram em compreender o uso dos elementos jornalísticos previamente citados no contexto das reportagens.

Os trechos identificados na unidade de análise ‘fontes’ correspondem a citações diretas e indiretas de pessoas, consultadas pelas reportagens, cujas falas foram utilizadas como elementos narrativos jornalísticos que compõem as abordagens das pautas. Para categorização dos tipos de fontes, utilizamos a classificação de Aldo Schmitz (2013) que, entre outras atribuições, as divide em oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e referência.

No caso deste trabalho, entretanto, referências documentais e bibliográficas não foram consideradas fontes e, sim, parte do processo de apuração. Esta decisão se deve ao objetivo de compreender de forma específica como era o tratamento dado às pessoas entrevistadas, o gênero, a classe social e a profissão dessas fontes, elementos essenciais para o contexto desses jornais que, dentre seus intuítos, buscavam estabelecer um relacionamento sólido com seus leitores e leitoras e retratar em suas páginas pessoas comuns.

A unidade de análise ‘apuração’ concentrou, portanto, trechos nos quais é possível identificar dados e informações conseguidas a partir de consultas documentais, pesquisas e coberturas realizadas pelas jornalistas dos veículos para a produção das reportagens. Já na unidade ‘linha editorial’ encontram-se passagens com marcas opinativas e defesas das abordagens narrativas utilizadas no tratamento das pautas.

Após o processo de transcrição dos trechos e inclusão destes em suas respectivas unidades de análise, deu-se o processo de análise em profundidade a partir dos elementos e do contexto das reportagens selecionadas. Este exercício constituiu em observar a frequência da utilização de fontes e de suas categorias – a partir da classificação de Schmitz (2013) –, a presença e influência da linha editorial na abordagem do texto e do exercício apurativo como parte essencial da composição narrativa da reportagem.

Todo o processo metodológico desta pesquisa se deu, portanto, com o objetivo de tornar as análises em profundidade das reportagens selecionadas equilibradas enquanto conjunto empírico. No capítulo seguinte será possível observar como essas etapas refletiram na elaboração das análises finais e se tornaram o esteio deste trabalho.

4 ANÁLISE EM PROFUNDIDADE

Como descrito no percurso metodológico, a análise em profundidade desenvolvida nesta pesquisa utiliza como objeto empírico 16 reportagens selecionadas a partir de um universo composto por 109 textos. Destas, seis correspondem à categoria ‘saúde da mulher’, seis à categoria ‘direitos trabalhistas’ e quatro à categoria ‘direitos civis’. Estas reportagens possuem em comum a relação direta com a temática de políticas públicas para mulheres e desenvolvem, dentro da categoria na qual se encontram, diferentes debates que evidenciam a relevância deste tema para os jornais e seus contextos sociais e políticos.

Os tópicos a seguir se concentram em fragmentar estas reportagens, utilizando como método a seleção de frases, com o intuito de compreender como os elementos jornalísticos de cada reportagem foram trabalhados pelos textos através da análise de trechos específicos, além de observar os diferentes tratamentos dados às pautas mais significativas elaboradas pelos jornais.

4.1 CATEGORIA SAÚDE DA MULHER

As pautas voltadas para debates do âmbito da temática de saúde da mulher eram centrais para o movimento feminista durante as décadas de 1970 e 1980. Embora as discussões mudassem de caráter e de foco com o passar dos anos e de acordo com o contexto social no qual se inseriam, todo o universo que engloba questões como controle de natalidade, fertilidade, contracepção, liberdade sexual, DSTs e gestação se mantiveram sob os holofotes dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*.

Colocando em protagonismo o debate em torno dos direitos reprodutivos, da autonomia feminina e do direito ao corpo, bem como as políticas públicas instauradas pelos governos militares voltadas para tais questões, em diferentes momentos os jornais trataram, em especial, de três pautas: aborto, pílulas anticoncepcionais e planejamento familiar. Através da análise de seis reportagens representativas destas temáticas, este capítulo tem como intuito discutir como as referidas questões foram abordadas em cada jornal feminista alternativo e os aspectos jornalísticos presentes em cada uma das produções.

A temática do aborto, como observado na fase inicial deste trabalho, foi a pauta mais publicada pelos jornais *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio* durante as décadas de 1970 e 1980. Esse protagonismo tinha como intuito fomentar o debate, apresentar diversos pontos de

vista que envolvem o tema e informar seus leitores e leitoras a respeito das discussões em torno desta demanda no âmbito Estatal.

No caso do texto “*Aborto: alto risco na Constituinte*”, publicado pelo *Mulherio* em 1986, a pauta se volta para os debates envolvendo a questão do aborto durante o processo de elaboração da nova Constituição brasileira. A reportagem possui forte caráter declaratório, baseia-se principalmente nas falas de Rachel Gutiérrez, autora de *O Feminismo é um Humanismo*, Florisa Verucci, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, e do deputado estadual José Genoíno Neto (PT-SP).

As três fontes (quadro 1, trechos 1, 2 e 3), embora sejam favoráveis à descriminalização do aborto e sua eventual legalização, apresentam diferentes posicionamentos com relação à colocação do debate durante a Constituinte e proporcionam dinamismo à narrativa da reportagem, trazendo para o texto a complexidade do debate e a heterogeneidade de opiniões mesmo entre pessoas favoráveis a descriminalização do aborto no Brasil.

Mas é preciso mexer sim, afirma Rachel Gutiérrez, autora de *O Feminismo é um Humanismo*, se não tratarmos da questão do aborto nesse período, quando é que vamos tratar? Nunca? De todo jeito acho que é precipitado falar em legalização do aborto. Devemos garantir na Constituição que ele seja despenalizado (E.L., 1986, p. 16).

Já as divergências se concentram, principalmente, em tornar a descriminalização do aborto um tópico oficial a ser debatido pelos elaboradores e elaboradoras da nova Constituição. Em torno desta discussão, o contraste entre opiniões de fontes oficiais constrói a espinha dorsal do texto, destacando, em comparação a publicações do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, a natureza textual acadêmica do *Mulherio*.

Considerando o caráter majoritariamente declaratório da reportagem, é possível observar pouca consulta documental ou outros movimentos de apuração – como cobertura de uma possível reunião de membros da equipe Constituinte – que colocassem em pauta a descriminalização do aborto.

Da mesma forma, essa característica, em adição com a linha editorial do jornal – mais vinculada ao universo acadêmico –, faz com que o texto possua uma quantidade menor de passagens interpretativas, ainda que não deixe de se posicionar favorável à descriminalização e à legalização do aborto, como é possível observar no trecho 5 do quadro 1.

Reconhecidas as dificuldades de acesso à contracepção e sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar a prática do aborto não se desvincula

de uma política global de direitos reprodutivos, onde o que se quer é exatamente reduzir o número de abortos praticados (E.L., 1986, p. 16).

Embora a temática se repita, a forma como se trata a questão da legalização do aborto no Brasil em cada veículo analisado nesta pesquisa possui características específicas. A reportagem não assinada “*No Brasil o aborto é proibido. Mas acontece*”, produzida pelo *Brasil Mulher* em sua décima terceira edição, em julho de 1978, contexto muito distinto do texto escrito pelo *Mulherio* oito anos depois, durante o processo de elaboração da nova Constituição, coloca a mesma pauta em uma perspectiva completamente diferenciada.

Através de uma grande quantidade de dados, como é possível observar no trecho 3 do quadro 2, o texto procura retratar o fenômeno do aborto no Brasil, trazendo informações sobre quem realiza, através de que métodos, por que motivos e o perfil das mulheres que recorrem a esta técnica para interromper uma gravidez indesejada. Utilizando um recurso visual objetivo de enumeração de parágrafos informativos, a reportagem perpassa, através de números oficiais, os principais tópicos que envolvem a temática.

25% dos leitos de toda rede hospitalar são ocupados com casos de abortos em que houve complicações. Para cada 100 crianças concebidas, 40 deixam de nascer; a cada 10 minutos, 29 abortos são praticados; de cada 100 mulheres que abortam, 56 são casadas, 41 solteiras e o restante, desquitadas e viúvas. 80 delas sofreram sérias consequências físicas que resultaram na morte de pelo menos 20. (ano, página)

Com o objetivo de, simultaneamente, desenvolver um debate em torno das razões que fazem com que o país possua altos índices de aborto e informar sobre as circunstâncias em que se encontram as mulheres que realizam esse procedimento, o texto destaca as consequências da ilegalidade e criminalização desta prática descrevendo como o aborto ocorre nas más condições da clandestinidade e o alto índice de morte que acompanham este cenário.

O recurso do depoimento e da narrativa de fontes é utilizado de forma comedida nesta reportagem, indicando a proposta do texto de reunir uma quantidade considerável de pesquisa documental e de dados que colaboram para construir aos olhos dos leitores e leitoras o cenário epidêmico que envolve a prática ilegal do aborto, questão na qual toda a sociedade está envolvida direta ou indiretamente.

Ainda que não possa ser considerado um manifesto militante pela descriminalização e legalização do aborto – título que algumas reportagens do *Brasil Mulher*, do *Nós Mulheres* e do *Mulherio* podem conquistar –, a perspectiva crítica em relação à postura liberal aparece de forma clara na linha editorial do jornal. O trecho 5 do quadro 2 indica como para o veículo era importante determinar que a ilegalidade do aborto é motivada por razões antiéticas e elitistas,

tornando-o um aspecto que, embora atinja todas as classes sociais, é especialmente prejudicial para as mulheres trabalhadoras e colabora para a manutenção da miséria no país.

[...] a prática ilegal e muitas vezes criminosa do aborto continua a ser em nosso país uma indústria muito lucrativa, ocorrendo casos em que os próprios hospitais aumentam sua rentabilidade através dessas "cirurgias", embora não seja possível provar isso, pois, oficialmente, outros diagnósticos são fornecidos (NO BRASIL..., 1978, p. 4).

O debate em torno da temática do aborto também é observável no caso da reportagem “*Cresce a campanha pela legalização do aborto*”, elaborada por Lúcia Araujo e Maria Carneiro da Cunha para a edição número oito de julho/agosto de 1982 do *Mulherio*, colocando em evidência a apresentação da tese “*Justiça Social e Aborto*” da antropóloga e advogada Romi Medeiros da Fonseca, na 9ª Conferência Nacional dos Advogados, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em maio de 1982, na cidade de Florianópolis.

A reportagem desenvolve sua narrativa, inicialmente, descrevendo o cenário no qual a legalização do aborto se situa e a maior abertura que a temática tem recebido dentro da sociedade para, posteriormente, relatar o processo que envolve a exposição de teses dentro da Conferência. O intuito deste ordenamento é relacionar com as demandas populares o que, em um primeiro momento, pode parecer aos olhos de leitores e leitoras um debate restrito ao universo jurídico que em nada afetará a questão de forma prática para a população em geral.

Como aponta o trecho 2 do quadro 3, o texto prioriza falas de advogadas mulheres participantes do evento – proporcionando representatividade feminina na área jurídica – para informar leitores e leitoras sobre a importância da apresentação desta tese, elaborada pela advogada em parceria com feministas cariocas, para a obtenção de avanços nas discussões sobre a legalização do aborto no Brasil.

E exatamente aí reside o motivo para tanta animosidade na reação de alguns juristas, segundo a advogada criminalista Zulaiê Cobra Ribeiro, de São Paulo, que também participou da Conferência. Ela diz: "Enquanto se discutiam teses sobre Lei de Segurança Nacional, Constituinte, justiça agrária, direitos trabalhistas, havia consenso. Mas quando chega a hora de falar em igualdade legal entre os sexos, um tema de grande ressonância política, econômica e social, a conversa muda de tom e se fala de proteção à vida do feto, mas não se leva em conta as milhares de mulheres que morrem ou ficam mutiladas em consequência do aborto clandestino que vem ocorrendo em larga escala (ARAÚJO; CUNHA, 1982, p. 16).

O posicionamento do *Mulherio* dentro do texto se coloca como parte da defesa de que as questões envolvendo a legalização do aborto no país precisam ser levadas para os âmbitos político, econômico e social de forma efetiva, destacando críticas ao posicionamento de parti-

dos e de líderes Estatais. Da mesma forma, o jornal não deixa de reafirmar a necessidade de se tornar a prática do aborto segura e legal para combater a mortalidade epidêmica de mulheres que são vítimas de procedimentos inseguros e desumanos, única forma encontrada por elas para a interrupção de uma gravidez indesejada.

Da mesma forma que as reportagens voltadas para a temática do aborto, os textos que protagonizam as pílulas anticoncepcionais apresentam caráter crítico e debatedor. Com o intuito de informar as mulheres sobre os riscos que envolvem a utilização descontrolada do medicamento e, especialmente, as políticas de distribuição massiva instauradas pelo governo, estes textos procuram denunciar práticas autoritárias de esterilização.

Este tema é ilustrado de forma contundente pela reportagem “*Pílulas para milhões*”, texto sem autoria publicado pela edição de número seis do *Nós Mulheres*, de setembro/agosto de 1977, que traz informações sobre as atividades da Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar (Bemfam), as doações que esta entidade recebia de fontes estrangeiras e os problemas oriundos do contato da Bemfam com a população feminina brasileira.

Embora não utilize falas de mulheres que foram vítimas diretas das atividades da Bemfam, o texto apresenta fontes oficiais como o porta-voz oficial da entidade, Márcio Ruiz Schiavo, e Ricardo Tavares, demógrafo do Instituto de Medicina da Universidade do Rio, assim como traz recortes de publicações como o *Jornal do Brasil* com o objetivo de proporcionar legitimidade à reportagem, prática semelhante à do jornalismo considerado tradicional.

[...] conforme denúncia feita pelo Jornal do Brasil (1/6/77): A Bemfam está distribuindo anticoncepcionais da marca Anacyclin, proibido nos Estados Unidos (...). A secretária da Bemfam (...) confirmou que há três anos a Bemfam desta capital (Curitiba) não oferece os serviços de assistência social ou orientação, pois simplesmente não temos (PÍLULAS..., 1977, p. 12).

É possível observar que a utilização destas fontes, assim como de aspectos da apuração como a presença de dados e comparações – como a equiparação do lucro das empresas produtoras de pílulas anticoncepcionais ao salário mínimo somado de uma população de uma cidade como Santo André (quadro 4, trecho 4) – podem ser interpretadas como ferramentas que colaboram para tornar palpável ao leitor e à leitora informações que podem estar distantes de sua realidade.

O exercício de aproximação da reportagem aparece, desta forma, com o propósito de materializar os problemas gerados pelas ações da Bemfam e transmitir aos leitores e leitoras a gravidade das consequências dessas práticas, fomentando questionamentos sobre a função das

políticas de controle de natalidade brasileiras do período e sua ligação direta com ideais elitistas e higienistas.

Neste sentido, a linha editorial do veículo possui importante participação no texto ao atribuir a ele forte caráter de denúncia. Ao longo dos parágrafos questionamentos são levantados com o objetivo de estimular o pensamento crítico dos leitores e leitoras, como aponta o trecho 7 do quadro 4, sobre as informações apuradas com relação às práticas violentas de esterilização em larga escala e à falta de dignidade com que mulheres e seus corpos são tratadas pela entidade enquanto se afirma um órgão de auxílio à saúde feminina.

O que leva os países ricos a financiarem tão <<generosamente>> uma política de controle de natalidade? Porque estes países se interessam em que as famílias no Brasil (não só aqui, mas também em outros países subdesenvolvidos) tenham poucos filhos? (PÍLULAS..., 1977, p. 12).

O posicionamento militante do jornal também deixa marcas na reportagem ao questionar a ineficiência da CPI instaurada para investigação da Bemfam, como indicado no trecho 8 do quadro 4, o que reforça o intuito do texto de informar criticamente sobre práticas de uma determinada entidade, denunciando ações responsáveis por graves problemas de saúde em mulheres brasileiras, bem como a compreensão discriminatória e autoritária do Estado sobre políticas de controle de natalidade.

Em 1968 uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou denúncias segundo as quais a Bemfam teria esterilizado três mil mulheres na região da estrada Belém-Brasília e estaria distribuindo anticoncepcionais em massa. Mas, como acontece como toda CPI, nada ficou provado (PÍLULAS..., 1977, p. 12).

Ao tratar do uso de pílulas contraceptivas os veículos jornalísticos analisados nesta pesquisa trazem, em grande parte dos textos envolvendo estes casos, os problemas oriundos das atividades da Bemfam. Denominada nesta reportagem em particular como um “programa de distribuição comunitária de anticoncepcionais” (PÍLULAS..., 1977, p. 12), a iniciativa privada entregava de forma massiva à população feminina brasileira o medicamento sem orientação médica, colaborando para a construção de uma política higienista de controle reprodutivo das mulheres pobres.

Da mesma forma, a reportagem produzida pelo *Brasil Mulher* para a edição número um, em dezembro de 1975, intitulada “*Pílulas... Ora Pílulas*”, lança luz sobre esta instituição com o objetivo de proporcionar um debate em torno do consumo da pílula anticoncepcional.

Também sem assinatura, em página casada e responsável por uma das chamadas de capa, a reportagem utiliza como principal recurso para construção de seu aspecto informativo passagens de textos produzidos por outros veículos, como é possível observar no trecho 4 do quadro 5, prática já notada anteriormente em reportagens elaboradas por outros jornais feministas alternativos.

Para o arcebispo, "A Benfam é um órgão nocivo à sociedade, principalmente pela maneira compulsória com que age em todos os municípios do Estado" ("O São Paulo" 8/ 14 de novembro de 1975) (PÍLULAS..., 1975, p. 6).

No caso deste texto em específico, entretanto, há uma complementação aos dados e informações gerais trazidas pelas reportagens de outros veículos através de falas de fontes não identificadas. Os relatos destas mulheres proporcionam uma dimensão pessoal para narrativa do texto, colocando em destaque, por um momento determinado, como o uso do medicamento afeta a vida de mulheres reais.

Uma universitária de 29 anos, casada há cinco, mãe de dois filhos (que não recorre à Benfam, embora ela exista na cidade com um posto central), apresenta seus motivos de consumidora: "Atualmente a gente é obrigada a controlar o número de filhos por falta de tempo, para dar-lhes melhor educação" (PÍLULAS..., 1975, p. 6)

Embora o *Brasil Mulher* possua forte característica combativa, inserindo, por muitas vezes, trechos opinativos em suas reportagens, a dinâmica elaborada em "*Pílulas... Ora Pílulas*" se concentra em informar sobre práticas da Benfam, bem como debater a utilização do anticoncepcional pelas mulheres brasileiras, especialmente sem acompanhamento ginecológico e informações adequadas a respeito da medicação, o que as torna reféns da indústria farmacêutica, da ciência e das políticas de controle de natalidade, todas dominadas por homens.

A reportagem se encerra com a veiculação de um artigo escrito pelo médico Dr. Mário Victor de Assis Pacheco, livre docente de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da UFRJ e Secretário Geral da Assembleia Médica do Estado do Rio de Janeiro. O artigo fala sobre aspectos científicos que envolvem a pílula, seu funcionamento através de hormônios sintéticos e os efeitos colaterais de seu consumo.

Descrevendo as complicações que o uso da pílula pode causar ao organismo feminino – de consequências como náusea e vômito à infertilidade –, o artigo faz uma forte defesa contra a utilização do anticoncepcional, expondo o patriarcado industrial e científico sob o qual as mulheres são submetidas que faz com que o controle de natalidade e os métodos contracepti-

vos nocivos continuem sendo recomendados e distribuídos às massas sem informação e acompanhamento médico.

Ainda dentro do universo da saúde das mulheres e das políticas públicas desenvolvidas pelo governo ditatorial brasileiro nos períodos das décadas de 1970 e 1980, o tema do planejamento familiar aparece na reportagem “*Rumo ao planejamento familiar*”, publicada pelo *Nós Mulheres* em seu número seis, edição de agosto/setembro de 1977, como um terceiro pilar debatido com veemência pelos movimentos feministas brasileiros do período em conjunto com a luta pela legalização do aborto e a utilização da pílula anticoncepcional.

O enfoque do texto, que não possui autoria declarada, se dá em torno da aprovação do Programa Materno-infantil, do qual faz parte o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, pelo Governo Federal através do Conselho de Desenvolvimento Social. O Programa prevê a distribuição de anticoncepcionais com o objetivo de prevenir gestações de médio e alto risco.

É possível observar um movimento distinto em dois momentos da narrativa da reportagem. As duas primeiras colunas se concentram em descrever, utilizando fontes e informações oficiais de organizações, do que se trata a proposta do Programa. Já as duas últimas possuem a função de destacar – o intuito principal do texto – críticas com relação à política governamental de distribuição de pílulas.

É uma preocupação do *Nós Mulheres* levar aos leitores e leitoras elementos que possibilitem a formulação de uma avaliação própria que considere a perspectiva de classe e as especificidades de gênero que envolvem os programas de distribuição de contraceptivos sem processos educativos e políticas voltadas à melhoria da qualidade de vida em conjunto, como é possível interpretar a partir do trecho 7 do quadro 6.

No momento, o importante é que a possibilidade de controlar o número de filhos, separando assim o prazer sexual da procriação - que é um direito das mulheres - não seja transformado em programas de controle de natalidade irracionais, prejudiciais e muitas vezes coercitivos (RUMO..., 1977, p. 12).

Como aparece em outros momentos do NM, e mesmo de outras publicações feministas alternativas, o discurso elaborado se propõe a fins, mais que informativos, educativos, na medida em que coloca como colaborador da formação humana de seus leitores e leitoras. É preocupação da reportagem, portanto, defender o autoconhecimento do corpo feminino e a difusão de informações a respeito das formas contraceptivas disponíveis para as mulheres, com o objetivo de torná-las autônomas com relação ao próprio corpo.

A partir deste panorama traçado sobre as reportagens selecionadas para análise em profundidade, é necessário observar aproximações e distanciamentos entre os tratamentos dados a cada temática e a utilização das unidades de análise dentro dos textos, com o intuito de compreender a formulação completa de como debates pertencentes à categoria saúde da mulher foram abordados pelos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*.

A luta pela descriminalização e a legalização do aborto, protagonista de três das reportagens analisadas nesta pesquisa, é a temática que mais está acompanhada de marcas interpretativas e posicionamentos objetivos dentro da categoria saúde da mulher. É possível observar, como apontado nos quadros de análise, que há mais trechos encarregados de marcar a opinião da linha editorial e uma preocupação em incentivar a militância ativa – envolvimento em debates e manifestações públicas – quando se trata desta questão.

O forte caráter militante, embora deva ser destacado quando se trata das reportagens sobre questões envolvendo a descriminalização e a legalização do aborto, não é aplicado de forma exclusiva a esta temática. Textos sobre pílula anticoncepcional e controle de natalidade também apresentam esta característica, o tratamento, entretanto, acabava se voltando para uma proposta educacional.

Ao tratar de ambas as temáticas as reportagens procuram trabalhar em suas leitoras a necessidade de se possuir conhecimento sobre o próprio corpo como forma de empoderamento e elevação da autonomia. Em diversos momentos o debate que envolve o uso de pílulas e as questões de controle de natalidade acabam se entrelaçando, em especial quando o objetivo é discutir políticas públicas implementadas que tratam diretamente destes assuntos.

A narrativa baseada em pesquisas científicas e documentos, na categoria de saúde da mulher, aparece como uma característica comum a todas as reportagens. É possível observar a consulta inclusive, em alguns casos, a outros veículos jornalísticos. De encontro a esse aspecto, o tipo de fonte que aparece com maior frequência dentro das reportagens sobre o tema saúde é a oficial.

A grande quantidade de declarações consideradas oficiais pode ser associada ao acompanhamento assíduo que estas publicações faziam das ações do Estado, em especial, as relacionadas diretamente às mulheres. Sempre atentas às implementações de políticas públicas ou ao risco de perda de direitos, estas reportagens serviam como forma de denúncia de decisões governamentais prejudiciais à população e de reivindicação de melhorias em serviços e programas públicos.

Neste contexto, ainda é possível notar a utilização de fontes especializadas e institucionais, que contribuem para o processo de construção de panoramas gerais – com o objetivo de

elaborar um retrato fidedigno das vidas brasileiras. Ainda que não se apliquem de forma tão significativa quanto as fontes oficiais, há a participação de falas individuais, elementos que humanizam os textos e ilustram os debates universais em pauta nas reportagens.

Independentemente da pauta tratada, a categoria ‘saúde da mulher’ reúne reportagens que se centram em debates públicos, destacando ações governamentais e institucionais que afetam a população de forma massiva. A estratégia para construção do discurso crítico passa a descrição do posicionamento do Estado, utilização de dados e informações para confrontá-lo e exposição das consequências das ações políticas para a sociedade.

Além desses elementos, a marca editorial e o posicionamento político compõem a narrativa de forma integrada. A descriminalização e legalização do aborto, as políticas de contracepção em grande escala e os programas de planejamento familiar elaborados pelo Estado são temáticas que, através das reportagens produzidas por estes jornais feministas alternativos, foram discutidas através do exercício de apuração jornalística.

Mesmo com a presença de ideologias declaradas em diversos trechos, essas reportagens apresentam características jornalísticas que nos indicam um trabalho de apuração que considera a perspectiva de gênero como um componente importante para a construção narrativa, o que torna o texto uma produção de jornalismo específica que, mesmo apresentando caráter militante e inserindo marcas interpretativas, não se desloca do campo jornalístico.

4.2 CATEGORIA DIREITOS TRABALHISTAS

O trabalho feminino é a temática protagonista nos jornais feministas alternativos da década de 1970. Alinhadas às demandas de outros movimentos populares da esquerda brasileira, que priorizavam a luta da classe trabalhadora e a conquista da democracia, estas publicações utilizavam discursos abertamente marxistas em suas reportagens para tratar, simultaneamente, das demandas feministas e de outras questões consideradas pertinentes para seus contextos.

Esta ligação entre temáticas pode ser observada nas reportagens produzidas pelo *Nós Mulheres*: “*creche: com quem deixar nossos filhos*”, publicada na segunda edição do jornal, em setembro/outubro de 1976, sem autoria, e “*Um dinheirinho pingado*”, veiculada na primeira edição do NM, em julho de 1976, também sem assinatura. O primeiro texto faz crítica às lacunas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com relação às necessidades de mulheres que possuem filhos e a precariedade das creches disponíveis.

O exercício de apuração executado na reportagem enfoca as leis vigentes no período e dados, oriundos da Secretaria do Bem-Estar Social de 1975, que expõem a deficiência do sistema de creches na cidade de São Paulo. Como destaca o trecho 3 do quadro 7, existia, aproximadamente, uma vaga em creche para cada 28 crianças paulistanas (CRECHE..., 1976).

Segundo as leis trabalhistas citadas pelo texto, empresas com mais de 30 mulheres em seu quadro de funcionários são obrigadas a possuir local adequado para amamentar seus filhos até 6 meses de idade, entretanto, as obrigações após este período não atendem as necessidades das mães trabalhadoras. Para além deste problema, mulheres em outros regimes de trabalho não possuem o mesmo amparo, como descreve o trecho 4 do quadro 7:

Aquelas que tem outros tipos de contrato de trabalho, como por exemplo o de <<prestação de serviços a terceiros>> ou a <<título precário>>, não têm nenhuma lei que lhes assegure o direito à guarda dos filhos. O Estado só tem obrigações na chamada idade escolar que vai dos 7 aos 14 anos (CRECHE..., 1976, p. 10).

No intuito de tornar inteligível a deficiência da legislação para leitores e leitoras, o NM deu destaque para falas de fontes que, na estrutura narrativa, se tornam personagens que expõem suas experiências pessoais com relação à temática da reportagem. Dentre elas, a funcionária responsável pela creche da Secretaria da Fazenda, dona Leda, e uma trabalhadora, mãe de um menino de 4 anos, entrevistada na sala de espera da mesma creche, considerada modelo para as demais.

– Eles entregam prá gente criança criada, com 4 anos - diz uma mãe na sala de espera - até lá, você só tem trabalho nos fins de semana. Uma maravilha. O problema meu é agora, que o menino já completou os 4 anos. Agora é que eu não sei o que fazer, mais falto do que trabalho, só com esse problema na cabeça (CRECHE..., 1976, p. 10).

A construção narrativa da reportagem encaminha para um encerramento que, como é característico dos jornais feministas alternativos, faz uma declaração abertamente crítica às deficiências do sistema de creches na capital São Paulo e demanda melhorias, não apenas referentes à quantidade de vagas disponíveis, como à qualidade do atendimento à população infantil. Estes remetem diretamente à função de conscientizador social que o jornal atribui para si mesmo.

As pessoas que cuidam dessas crianças devem ser especializadas e competentes, para que possam dar a elas condições de um desenvolvimento sadio. As creches e todas as instituições de educação pré-escolar devem contribuir para desenvolver as potencialidades das crianças, se quiserem preencher sua função de prepará-lo para um bom desempenho escolar futuro (CRECHE..., 1976, p. 10).

Esta voz reivindicadora é uma característica narrativa marcante que aparece também em *"Um dinheirinho pingado"*. Esta segunda, entretanto, se utiliza do perfil como um recurso que, através da descrição minuciosa da vida da trabalhadora Maria de Lurdes, retrata a realidade de uma parcela considerável das mulheres brasileiras que procura pequenos serviços externos para complementar a renda da família, os quais tenta conciliar com os afazeres domésticos.

A reportagem gira em torno da situação de vida precária de Maria de Lurdes, casada, 32 anos, mãe de 4 filhos, para discutir a quantidade de subempregos que mulheres brasileiras, historicamente responsabilizadas pelas tarefas do lar, procuram para acrescentar aos salários de seus maridos que, em geral, não suprem as necessidades familiares básicas. A personagem se encarrega, em sua fala direta, de resumir as condições que a levam, assim como outras pessoas em situações semelhantes, a adquirir diversos subempregos:

«O que acontece é aquela situação: as coisas não dão nem prá comida. Então, a mulher tem que sair. Mas, como cuidar dos filhos, com quem deixá-los? Eu consegui creche, mas a creche não fica a disposição o tempo todo. Então, o emprego que eu consigo é sempre assim: pegar costurar prá arrematar, e outras coisas que se consegue em oficinas perto de casa: camisas, blusas, lençóis, e mesmo assim é difícil. Prá arrematar blusas pagam Cr\$0,30 cada uma. Pelo lençol que vou costurar, fazer barra, ganho Cr\$ 0,50 ou Cr\$ 0,55 (feitos à máquina). As vezes, uma outra mulher da vizinhança consegue bastante trabalho numa oficina, então reparte um pouquinho comigo e outras mulheres (UM DINHEIRINHO..., 1976, p. 6).

O texto utiliza do exemplo de Maria de Lurdes e de sua renda para ilustrar, com montantes reais, o valor de sua mão-de-obra no mercado de trabalho que a contrata para pequenos serviços, criando parâmetros para que leitores e leitoras possam perceber as condições análogas à escravidão nas quais mulheres como Maria de Lurdes vivem, bem como a postura de fábricas e indústrias que não criam vínculo empregatício com estas trabalhadoras para não precisarem cumprir as normas da CLT, como é possível observar no trecho 2 do quadro 8:

[...] se Maria de Lurdes ficar o dia inteiro só pintando cavalinhos, um trabalho que exige minúcia e paciência, e se fizer isto os 30 dias do mês, sem descanso, ela receberá, ao final, 225 cruzeiros. Se estivesse regularmente empregada na fábrica teria de receber, pelo menos, o salário mínimo (UM DINHEIRINHO..., 1976, p. 6).

A defesa por condições de trabalho mais dignas, característica da linha editorial do *Nós Mulheres*, embora esteja perceptível em toda a narrativa – amparada pela história de Maria de Lurdes –, se concentra em um encerramento que aponta para a lista de exemplo de subempregos femininos descritas ao longo da reportagem e que, segundo o texto “[...] são sufi-

cientes para mostrar o imenso sacrifício de milhares de mulheres que, por quantias mínimas de dinheiro, passam noites e dias em trabalhos monótonos, repetitivos e cansativos” (DINHEIRINHO..., 1976, p. 6).

Neste contexto, a reportagem realiza o movimento de deslocamento de um caso, a princípio, particular, para a percepção de uma realidade universal, comum a uma classe de pessoas, o que aproxima o texto da prioridade jornalística de tratar de questões de interesse público, em especial no caso dos jornais feministas alternativos, das mulheres trabalhadoras comuns.

Lançar luz sobre problemas enfrentados pela classe trabalhadora feminina era prioridade para o *Nós Mulheres*, assim como para o *Brasil Mulher*, seu antecessor. O BM, alinhado com os movimentos de trabalhadores, possuía a constante preocupação de proporcionar, através de suas reportagens, representatividade para a classe menos favorecida e, embora não se declarasse feminista no editorial de sua primeira edição, abraçou a causa das mulheres pobres e proletárias.

Em sua quinta edição, publicada em 1976, sem mês declarado, o jornal veiculou a reportagem “*Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?*”, texto de uma página, sem autoria, com uma ilustração que mostra uma mulher batendo ponto em seu ambiente de trabalho.

A reportagem abre com retrato geral da mão de obra brasileira e, de forma progressiva, passa a narrar as especificidades das situações pelas quais a mão de obra feminina é submetida. A apuração do texto, trabalhada em torno da pesquisa oficial em consonância com interpretação destas informações, aponta como mulheres apresentam dificuldades para serem contratadas sob o regime da CLT e, quando são registradas para realizar o mesmo trabalho que homens, acabam recebendo salários menores.

Segundo as informações apuradas pela reportagem, a faixa etária de mulheres ativas no mercado de trabalho nacional, estabelecida pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), seria entre 20 e 40 anos, sendo que a maior quantidade de assalariadas está entre 20 e 24 anos e, quanto mais a idade avança, menor é a taxa de participação sob regime da CLT e maior a quantidade de subempregos, como é possível observar no trecho 5 do quadro 9.

A carteira de trabalho como prova de registro é outro obstáculo para a condição regular do trabalhador, pois à medida em que as faixas etárias sobem, diminui o índice de trabalho devidamente registrado. Sob esse aspecto a mão de obra feminina sofre maior discriminação, pois o maior contingente de assalariadas registradas está na faixa de 20 a 24 anos. Assim é que, entre outras faixas etárias, encontra-se grande

número de mulheres que exerce atividades domésticas, e mesmo aquelas que recebem serviços de indústrias e firmas para fazer em casa (MULHERES..., 1976, p. 11).

É considerando este cenário que a reportagem traz a fala de Maria do Socorro Delgado, 28 anos, responsável pela limpeza do prédio da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, e de Emília Cãosilin, 46 anos, dona de casa que procura alguns bicos para complementar a renda de seu marido, aposentado. Ambas as fontes representam dois problemas relatados pela apuração da reportagem: a precarização do trabalho sem registro e a subvalorização da mão de obra das trabalhadoras que, mesmo com a carteira de trabalho assinada, possuem dificuldades para manter a si e a suas famílias.

É possível observar o protagonismo designado a essas duas fontes ao considerarmos a aplicação de citações diretas de relatos pessoais, responsáveis por ilustrar a interpretação aplicada sobre as informações apuradas pela reportagem. Essas falas vão ao encontro da defesa militante realizada pelo jornal em sua linha editorial, reforçada por suas reportagens. Esta característica pode ser observada, como exemplo, no trecho 7 do quadro 9.

A discriminação entre sexo, idade e capacidade de produção corresponderão, junto ao interesse econômico, para a crescente parcialidade na escolha de homens, mulheres e crianças para o trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com a escolha de mulheres e crianças com menor remuneração, para realizar o mesmo trabalho de homens (MULHERES..., 1976, p. 11).

Embora esses aspectos façam parte da reportagem e contribuam para o debate em torno da situação da mão de obra feminina, o texto apresenta a preocupação de discutir a possibilidade de liberação do trabalho noturno para mulheres. Considerando a periodicidade irregular do BM, assim como de diversas publicações do âmbito alternativo, é interessante notar o destaque para um fato ocorrido em um espaço-tempo mais específico que outros acontecimentos. Essa marcação temporal aparece de forma mais explícita no trecho 6 do quadro 9.

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pronunciou-se recentemente sobre as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina, e destacou sua preocupação com a extensão do trabalho noturno à mulher, hoje proibido. Para tanto, seriam necessárias modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. As propostas de uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em convênio com SENAI e SENAC serão estudadas pelo ministro, que ainda deverá se pronunciar este mês sobre o assunto (MULHERES..., 1976, p. 11).

A reportagem do *Brasil Mulher* compreende que permitir o trabalho noturno feminino sem realizar nenhuma alteração nas normas trabalhistas "[...] é fazer com que ela se submeta a um trabalho com salário menor ao do homem, que não se dispõe mais a um serviço por não

lhe oferecer compensações" (MULHERES..., 1976, p. 11). Este posicionamento, que vai ao encontro da defesa pelos direitos trabalhistas – uma das principais bandeiras do BM –, é fomentado pelo caráter reflexivo da reportagem e pela interpretação aplicada à apuração de fatos realizada pelo texto.

O mesmo esforço interpretativo acompanha a reportagem “*Domésticas: “Queremos ser vistas como trabalhadoras”*”, publicada pelo *Brasil Mulher* em agosto de 1977, em sua oitava edição. A reportagem, sem autoria, traz um retrato de uma mulher negra no centro da página para ilustrar o debate em torno das reivindicações dos sindicatos de trabalhadoras domésticas que, após a instituição da lei de 1972, responsável por regulamentar a profissão e garantir alguns direitos, agora procuram conquistar outras normas para o exercício deste trabalho.

Sua apuração utiliza dados referentes à realidade brasileira para desenhar um panorama nacional das circunstâncias que levam mulheres a trabalhar neste ofício sob as situações a que são submetidas, como é possível observar no trecho 2 do quadro 10: “O Censo de 1970 revela que três quartos destas trabalhadoras ganhavam menos de 60% do salário mínimo vigente na região”.

Já em seu primeiro parágrafo a ligação histórica entre mulheres e o trabalho doméstico é explicada em uma perspectiva interpretativa crítica, que se preocupa em indicar a leitores e leitoras o motivo que leva grande parte das mulheres brasileiras ao emprego doméstico e o porquê de esta classe trabalhadora ser composta, em sua grande maioria, por mão de obra feminina.

A profissão de doméstica, diretamente ligada as atividades ditas femininas, não pressupõe nenhum preparo anterior, uma vez que a maioria das mulheres de todas as classes sociais em nosso meio é educada <<para o lar>> (DOMÉSTICAS..., 1977, p. 9).

O recurso de utilização da perspectiva histórica, aplicado inicialmente, acompanha o texto ao longo de seu desenvolvimento. A reportagem aponta que a profissão de doméstica é uma característica de países subdesenvolvidos, nos quais 44,5% da população começam a trabalhar entre os 10 e 16 anos de idade. Uma realidade diferente da de países industrializados nos quais apenas uma pequena elite pode manter estas profissionais que possuem amparo legislativo humanizado e melhores salários (DOMÉSTICAS..., 1977).

Em consonância com esta construção narrativa, a reportagem também se utiliza da fala de uma fonte, empregada doméstica, que se apresenta como um complemento humano da

exposição de dados e de referências históricas construída pelo texto. A fala de Maria da Hora, da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, faz referências a suas colegas e à falta de oportunidades que leva mulheres ao emprego doméstico:

Quem é doméstica não escolheu a profissão. Está sempre desejando trocá-la por outra, diz Maria da Hora, da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro <<São mulheres que precisam trabalhar e não tendo profissão, empregam-se em casas de famílias de onde pretendem sair tão logo conseguirem aprender outra coisa qualquer>> (DOMÉSTICAS..., 1977, p. 9).

Traçando esta observação geral sobre a situação do emprego doméstico no Brasil, a reportagem encaminha seu enfoque para a movimentação dos sindicatos de empregados domésticos como uma forma de tornar a classe mais unida e diminuir a solidão de trabalhadoras, que passam muito tempo isoladas nas casas de seus patrões (DOMÉSTICAS..., 1977), bem como discorre sobre as deficiências da lei instituída em 1972 que regulamenta a profissão.

Embora o emprego doméstico tenha deixado de ser considerado um subemprego com a lei de 1972, lacunas como fixação de salário base e de jornada máxima de trabalho fizeram com que a classe reivindicasse alterações legislativas. Estes requerimentos se tornaram uma defesa editorial do BM que, como no trecho 5 do quadro 10 – referente a perspectiva de patrões e patroas sobre seus empregados e empregadas –, se uniu à luta por melhores condições de trabalhos para a classe doméstica.

Comparando a situação da doméstica com a do trabalhador, acham justo descontar do salário a importância destas <<vantagens>> (apenas 25,8% das domésticas moram com a família). No entanto, ninguém parece notar que a empregada que mora no emprego trabalha muito mais horas, sem a pausa necessária para as refeições ou lazer noturno (48,5% fazem TODO o serviço e 23,9% têm apenas UMA folga por mês) (DOMÉSTICAS..., 1977, p. 9).

As características dessa reportagem, assim como as presentes em *“Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?”* e as produzidas pelo *Nós Mulheres* vão ao encontro da prioridade temática presente nos anos 1970. O contexto de publicação reforçava, muitas vezes, a luta de classe e o protagonismo dos movimentos de esquerda durante esta década, entretanto, com vieses que se aproximavam da realidade das mulheres brasileiras e de suas necessidades específicas.

A década de 1980, embora desse protagonismo a debates envolvendo a liberdade sexual e o direito ao corpo, não ignorou as questões trabalhistas ligadas às mulheres, como é possível observar no *Mulherio*. Para a capa de sua sétima edição, publicada em maio/julho de 1982, o jornal produziu a reportagem *“O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dig-*

nifica?", escrita por Maria Otília Bochini, uma matéria de duas páginas ilustrada por duas charges do cartunista Henfil.

O texto trata, de forma principal, da dupla jornada de trabalho exercida pela mulher brasileira, a ausência de direitos trabalhistas para sua condição, disparidades salariais entre homens e mulheres no exercício da mesma função e a discriminação que o gênero feminino sofre no mercado de trabalho.

O título da matéria aparece como primeiro indicativo do posicionamento crítico da reportagem quanto às condições femininas de trabalho e a sobrecarga sofrida pela classe trabalhadora das mulheres, responsáveis, em sua grande maioria, pelos serviços domésticos, posicionamento editorial que permanece ao longo da construção de argumentos discursivos que pretendem compor o cenário de ausência de dignidade na atividade laboral.

Ao longo do texto é possível observar críticas pontuais, embasadas pela perspectiva da linha editorial do veículo, à ausência de oportunidades que as mulheres possuem de conseguir melhor qualificação para, então, alcançar cargos mais altos e mais bem remunerados, bem como a discrepância salarial entre homens e mulheres para o exercício da mesma função, como é possível observar no trecho 4 do quadro 11.

Entre 1950 e 1970, diminuiu a participação das mulheres na indústria. Com a utilização de uma tecnologia sofisticada, houve pouco aumento de novas oportunidades de emprego e exigência de mãos-de-obra mais qualificada. Esse requisito a mulher quase nunca pode satisfazer, porque tem sempre menos oportunidades do que os homens de receber formação profissional (BOCHINI, 1982, p. 4).

A apuração do texto se concentra numa série de pesquisas e dados científicos que fundamentam a base de argumentos que sustenta o posicionamento crítico da reportagem. Como é possível observar no trecho abaixo (quadro 11, trecho 3), em que há destaque para a discrepância entre a carga de trabalho exercida por mulheres que possuem responsabilidades no âmbito familiar e homens:

[...] trabalhadoras com responsabilidades familiares em geral trabalham mais que os homens e chegam a realizar 70 a 80 horas semanais de trabalho, segundo um estudo recente publicado pela Organização Internacional do Trabalho (BOCHINI, 1982, p. 4).

Utilizando dados oficiais a matéria procura destacar a desqualificação pela qual o trabalho doméstico é submetido. Embora seja uma atividade que requer dedicação diária e que possui função social, organizações econômicas não reconhecem este trabalho como uma ocupa-

ção oficial devido à ausência de remuneração, o que, erroneamente, coloca uma parcela alta das mulheres brasileiras como “inativas”, como aponta o trecho 2 do quadro 11:

No mundo das estatísticas, o trabalho doméstico não remunerado é confundido com inatividade - dessa forma, as cifras representadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Educacionais por amostras de Domicílios (PNADs) indicam que, em 1980, apenas 26,9% das mulheres brasileiras de mais de 10 anos trabalhavam, eram economicamente ativas (BOCHINI, 1982, p. 4).

A reportagem se utiliza da personagem Maria, uma mulher trabalhadora brasileira comum que tenta conciliar as atividades domésticas com seu emprego em uma fábrica, como um recurso narrativo para retratar esta classe de trabalhadoras, entretanto, não apresenta falas diretas de fontes entrevistadas. Esta característica está diretamente ligada à observação feita pelo próprio *Mulherio* no rodapé da reportagem, em que se afirma que a matéria é oriunda de um capítulo elaborado para o relatório “*Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*”, produzido pela Fundação Carlos Chagas sob encomenda do UNICEF.

Esta prática é recorrente, em especial dentro do *Mulherio*, uma vez que este jornal estava diretamente ligado à instituição acadêmica e era em si produzido por mulheres que trabalhavam neste meio. A característica jornalística do texto, entretanto, não se perde, uma vez que o exercício de apuração continua protagonista no trabalho e fomenta a construção do texto em uma narrativa diferente da utilizada no universo acadêmico.

O estilo argumentativo aparece de forma semelhante na reportagem “*Solução miserável para um país pobre*”, escrita por Fúlvvia Rosemberg e Adélia Borges e publicada na 11ª edição do *Mulherio* em janeiro/fevereiro de 1983. O texto apresenta uma fotografia que retrata uma mãe-crecheira com três crianças pequenas de idades próximas. Trata de um dos principais problemas levantados pelas mulheres trabalhadoras e registrado pelos jornais feministas alternativos: a falta de creches.

A reportagem traz um retrato das creches-lar ou mães-crecheiras, uma solução paliativa encontrada por mães trabalhadoras em comunidades carentes que, sem a possibilidade de matricular seus filhos em creches convencionais, deixam as crianças com outras mulheres que moram próximas a suas casas em troca de uma contribuição simbólica. O texto discute a tentativa governamental de tornar esta prática um padrão brasileiro e defende, como aponta o título, que esta seria uma solução miserável para um país pobre.

Utilizando declarações oficiais de representantes do governo, como a do arquiteto Jorge Wilhelm, apontado como provável futuro prefeito de São Paulo de acordo com a reportagem, o texto expõe as razões pelas quais instituições e governantes pretendem tornar o modelo de

mãe-crecheira oficial em todo o país, o motivo principal seria que esta forma de atender a demanda seria mais barata do que a construção de creches consideradas tradicionais, como descreve o trecho 1 do quadro 12.

[...] o arquiteto Jorge Wilhelm, um dos nomes que vêm sendo apontados insistentemente pela imprensa como provável prefeito de São Paulo na gestão Montoso, também defende o incentivo ao programa de creche familiar. Em seu livro *Um projeto para São Paulo*, lançado há pouco, ele diz que "a construção e operação das 504 creches que se estima deveriam atender à demanda atual (em São Paulo) constituiriam um custo mensal muito elevado, delongando a sua implantação em virtude da concorrência com outras prioridades (ROSEMBERG; BORGES, 1983, p. 6).

O intuito da reportagem, entretanto, é a desconstrução dos argumentos expostos por representantes do governo e por instituições que tentam implementar este modelo de creche como padrão para o Estado. Através de uma exposição argumentativa, oriunda do exercício de apuração que deu prioridade à pesquisa sobre movimentações de projetos de governo e instituições, o texto derruba a alegação de que as creches-lar seriam mais baratas que as creches tradicionais.

Todos os programas que tentaram contornar esses problemas - registrando e treinando as crecheiras, fornecendo adequado material pedagógico e de consumo ou possibilitando a frequência das crianças a atividades dirigidas num local próximo durante algumas horas do dia - tiveram um custo igual ao de uma creche 'tradicional' (ROSEMBERG; BORGES, 1983, p. 6).

Com o objetivo de fortalecer a defesa de que esta opção paliativa não resolve os problemas das mulheres trabalhadoras e de seus filhos, a reportagem elenca uma série de problemas que as creches-lar possuem como, por exemplo, precariedade do atendimento às crianças. É possível observar este aspecto no trecho 3 do quadro 12:

Um documento recente do Ministério da Previdência Social ("Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade", editado no final de 82 em convênio Unicef/MPAS) traz a seguinte avaliação das creches-lar visitadas pelas autoras: Aspectos das crianças - Na sua maioria as crianças tinham aspecto saudável. Encontramos algumas alegres brincando e outras paradas, tristonhas. As guardadeiras informam que todas estão em dia com vacinação porque as mães levam ao Posto de Saúde. Mas também encontramos situações assim: três irmãos com coqueluche, na mesma cama de casal, junto com outra criança que parecia sadia, que pelo menos não tossia. A guardadeira não conseguiu que a mãe faltasse ao trabalho para levar as crianças ao médico (ROSEMBERG; BORGES, 1983, p. 6).

Outra deficiência deste sistema, como defende criticamente a reportagem, seria a ausência de reconhecimento empregatício das mulheres que trabalham como mães-crecheiras.

Como aponta o trecho 7 do quadro 12, estas pessoas ficam em uma situação “típica da trabalhadora a domicílio, colocada na encruzilhada entre o trabalho doméstico e o profissional, o que leva a uma falta de clareza na percepção de seu papel e uma grande insatisfação no trabalho” (ROSEMBERG; BORGES, 1983, p. 6).

Estas críticas assertivas quanto ao posicionamento do Estado com relação à oficialização das creches-lar como modelo nacional de creches para crianças de 0 a 6 anos são embasadas diretamente pela linha editorial do *Mulherio*. A utilização de poucas fontes e falas diretas, a priorização da pesquisa, da observação, e a referência a documentos oficiais tornam a narrativa primordialmente argumentativa, característica que remete, mais uma vez, às origens acadêmicas do jornal.

De forma geral, as reportagens da categoria ‘direitos trabalhistas’ discutem uma quantidade mais diversa de temáticas do que observado no caso da categoria que trata de saúde da mulher. Mão de obra feminina, emprego doméstico, trabalho noturno, subemprego e a ausência de creches, assuntos tratados nas reportagens apresentadas, apareciam com maior frequência nos jornais alternativos feministas.

Durante as décadas de 1970 e de 1980 a relação das mulheres brasileiras com o universo do trabalho foi debatida pelos veículos através de reportagens que possuíam o intuito de retratar as diversas facetas que esta dinâmica apresenta. Os textos se preocupam com a apresentação dos aspectos que tornam a mão de obra feminina desvalorizada socialmente e com as dificuldades enfrentadas por mulheres para conciliar funções domésticas e trabalho que proporcione renda.

Para elaborar estes cenários narrativos, as reportagens utilizaram fontes individuais, em maioria, de trabalhadoras que descrevem suas rotinas no ambiente empregatício e no doméstico, o que proporciona aos textos caráter humanizado. Este recurso é explorado com o objetivo de aproximar leitores e leitoras das realidades de mulheres proletárias e reforçar, através destes relatos, os dados e informações documentais apresentados.

Além deste tipo de fonte, também há a ocorrência de falas oficiais, especializadas e institucionais, declarações que vão ao encontro da característica de observatório social e político apresentada pelos veículos. Essas participações nas reportagens reforçam o acompanhamento frequente realizado por estas jornalistas dos acontecimentos públicos e da preocupação em trazer esses debates para os textos.

Considerando este aspecto, é possível observar esforço de apuração, dentre pesquisa documental, histórica e participação em debates públicos, em especial nas reportagens “*Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?*” (quadro 9) e “*Domés-*

ticas: “*Queremos ser vistas como trabalhadoras*” (quadro 10), nas quais pesquisas estatais e institucionais aparecem como protagonistas que embasam a discussão em torno das determinadas pautas.

A larga utilização de dados é acompanhada de recursos comparativos, como a equivalência de valores, para enriquecer a construção narrativa. Esta prática é uma marca comum aos jornais, dentro desta categoria de análise, à medida que os textos produzidos apresentam a intenção de fornecer material para que leitores e leitoras possam elaborar a própria construção de interpretação sobre os temas em debate.

Neste sentido, as linhas editoriais colocam seu posicionamento com relação a aspectos objetivos. Fazem críticas diretas à CLT, à discriminação feminina sofrida no mercado de trabalho, à ausência de direitos básicos – especialmente creches – e à dupla jornada de trabalho com respaldo em relatos fidedignos. Os discursos se voltam para a defesa da classe de mulheres trabalhadoras através da interpretação da realidade sob a qual as temáticas debatem.

A categoria ‘direitos trabalhistas’, em geral, se volta para a construção de uma narrativa jornalística com maior utilização dos relatos pessoais, relacionando situações particulares com o panorama de classe. Novamente, a militância é uma marca presente que acompanha o desenvolvimento das reportagens e é fator essencial para determinar o processo de construção de cada texto.

4.3 CATEGORIA DIREITOS CIVIS

Assim como as temáticas ‘saúde da mulher’ e ‘direitos trabalhistas’, a luta por direitos civis também fez parte do universo de questões discutidas pelos jornais feministas alternativos de 1980 e 1970. Em períodos de suspensão da democracia e posterior reimplantação, estas discussões acompanhavam o contexto de forte tensão política instaurado no Brasil e entrelaçavam essas temáticas com as reivindicações feministas por liberdade e autonomia para as mulheres.

A reportagem “*Direito Civil: quem decide é o homem*”, produzida pelo *Brasil Mulher* e publicada em sua segunda edição, em 1976, realiza uma reflexão neste âmbito. O texto, sem autoria, apresenta centralizada a fotografia de uma manequim enrolada por cordas para ilustrar, de forma metafórica, as amarrações sociais impostas ao indivíduo feminino reforçadas pelas normas legais.

A pauta aborda o trecho do Código Civil que se refere ao exercício do pátrio poder, conjunto de deveres e direitos que tornava o homem chefe da instituição conjugal, colocando

a mulher em posição de subserviência. Embora atualmente não se encontre mais em vigor, esta determinação, durante décadas, podou a autonomia das mulheres que, primeiro, eram tuteladas pelos pais e depois, caso se casassem, pelos esposos.

Segundo a norma legal, todas as decisões familiares eram responsabilidade do pai/marido, mesmo com o acréscimo feito em 1962 que declarou a mulher colaboradora do homem na função de chefe da sociedade conjugal. Para debater as inequidades entre os gêneros nesta lei, a reportagem utilizou fontes especializadas do âmbito jurídico, com o intuito de tornar inteligíveis a leitores e leitoras leigos o que esta legislação significava de forma prática, como é possível observar no trecho 1 do quadro 13.

Marly Cardone, advogada e professora da Universidade de São Paulo, Relatora do Tema "A Mulher e o Direito" explica: "Diz a nossa Constituição, no artigo 153: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo... "É verdade que na interpretação desse dispositivo leva-se em conta que as pessoas devem ser tratadas desigualmente, na medida em que elas foram desiguais, isto é: estando em situações diversas, devem receber tratamento diverso, justamente para atender a esse princípio de igualdade (DIREITO..., 1976, p. 6).

O exercício apurativo procura, assim como a utilização das fontes, aproximar termos legislativos do cotidiano através da narrativa jornalística, centrada no aspecto informativo, com o objetivo de proporcionar material que possibilite a interpretação de leitores e leitoras a respeito da temática tratada no texto. O trecho 5 do quadro 13, em que a reportagem desenvolve uma explicação didática sobre mudanças no texto legislativo ocorridas a partir de 1962, proporciona essa compreensão:

[...] procura-se melhorar as condições da mulher na sociedade conjugal tratadas ainda superficialmente no Estatuto de 1962, apesar dele ter trazido várias vantagens, tais como a que se refere à defesa do patrimônio: se o marido assina uma letra de câmbio, notas promissórias ou dá aval num título de crédito, a cobertura será feita pelos bens de um só dos cônjuges, o que assinou, ou pelos bens comuns mas até a metade - se o credor for cobrar em juízo a mulher terá a garantia de que a sua metade não será responsável (DIREITO..., 1976, p. 6).

A sequência de explicações didáticas sobre o funcionamento das leis e o impacto que apresentam na vida civil das mulheres funciona como gancho para a apresentação de manifestos organizados através da Fundação Carlos Chagas para alterações no Código Civil, encaminhado por advogadas e pela instituição para o senado e para a câmara de deputados federais.

A defesa dessas sugestões de alterações vai ao encontro do posicionamento da linha editorial do jornal. A partir deste fato, a reportagem indica o caráter discriminatório da sociedade conjugal e como alterações nas normas civis devem ser realizadas para que as mulheres

brasileiras saiam da posição de submissão e possuam autonomia com relação às próprias vidas. O trecho 8 do quadro 13 apresenta esta perspectiva defendida pelo texto a partir das referências utilizadas para elaboração narrativa.

Do "Diagnóstico da Mulher", além da constatação de que a discriminação é grande, há a conclusão ainda de que somente o exercício da mulher, conscientemente, de seus direitos conquistados e a luta pelos ainda não conquistados, é que poderá eliminar as discriminações (DIREITOS..., 1976, p. 6).

É possível concluir, portanto, que a construção da reportagem está voltada para a elaboração de um texto que proporcione a pessoas comuns conhecimento que, embora atinja o âmbito público, é considerado de uma área específica e pouco difundido entre a população. Através deste exercício, a narrativa elabora sua interpretação sobre a temática discutida e a coloca a serviço da formação civil de leitores e leitoras.

Com propósito similar, a reportagem “*Eleições 76*”, publicada pelo *Nós Mulheres* sem autoria, em sua terceira edição, em novembro/dezembro de 1976, trata dos trâmites que envolvem a disputa eleitoral durante o período de ditadura militar. Publicada em duas páginas casadas, a primeira parte da reportagem se preocupa em descrever como funcionam as eleições brasileiras considerando as normas estabelecidas pelo governo totalitarista, responsável por uma série de indicações a cargos públicos que sobrepõem a decisão popular.

A apuração se concentrou em pesquisar o sistema que determina quem irá ocupar os cargos de prefeitura e os critérios utilizados para esta definição. Através de uma revisão de Atos Institucionais e leis estabelecidas a partir de 1964, implantação da ditadura no Brasil, a reportagem traça o funcionamento desta dinâmica política de forma didática, dando destaque para o fortalecimento do partido governamental e as consequências antidemocráticas desta vigência, como é possível observar no trecho 10 do quadro 14:

O fato de inúmeros prefeitos serem escolhidos pelo governador favorece, indiscutivelmente, o partido governamentista, Arena. Além disso, o partido oposicionista - MDB - não conseguiu organizar diretórios em mais de 100 municípios do interior paulista, logo, não poderá apresentar candidatos (pois só poderão ser candidatos as pessoas regularmente inscritas nos diretórios dos 2 partidos existentes, não sendo possível uma candidatura isolada). Isso, mais uma vez, favorece o partido governista (ELEIÇÕES..., 1976, p. 8).

A presença de fontes, em sua maioria individuais, busca registrar a opinião de pessoas comuns a respeito da importância de participar ativamente das eleições. É importante notar, entretanto, que o texto dá preferência para a fala de mulheres. Essa característica as coloca como cidadãs que estão presentes nas dinâmicas sociais e políticas de seus municípios cujas

opiniões merecem ser levadas em consideração, como é possível observar nos trechos 3 e 4 do quadro 14:

Julieta, 19 anos, balconista: <<Quero decidir por mim mesma. Não quero votar nem no candidato da minha mãe, nem do meu pai. Eu quero defender a pessoa que eu acho que merece. As eleições têm importância porque a gente votando procura conhecer os candidatos. E conhecendo-os e vendo que estão do nosso lado, a gente os apoia>>. Para Lúcia, costureira de 32 anos, a questão se resolveu de forma mais decisiva desde que em sua Vila foi o próprio povo quem escolheu o candidato. <<É uma pessoa que se for eleita vai defender aquilo que a gente quer e não o que ele bem entender. Em junho, a gente discutiu o programa dele: o problema do saneamento, da creche, do parque infantil, das liberdades democráticas e muitos outros. Acredito que se ele ganhar, ele vai cumprir o programa porque nós todos da vila vamos lutar por sua realização>> (ELEIÇÕES..., 1976, p. 8).

Embora o texto inicie com um panorama geral sobre o cenário das eleições de 1976, a reportagem dedica sua segunda página especificamente para tratar da participação das mulheres na política enquanto candidatas, suas plataformas e posicionamentos dentro da disputa eleitoral, bem como se apresentam ou não propostas que defendam os direitos das mulheres e melhorias em sua qualidade de vida.

Neste momento, expõe a fala de três candidatas, sendo duas do MDB – Sônia Maria Rainha Gonçalves e Nodeci Nogueira, e uma do Arena – Almira Botelho Carneiro. As três fontes relatam o porquê de suas decisões de associarem-se a cada partido e comentam seus posicionamentos e projetos caso sejam eleitas.

É interessante destacar o espaço que o jornal destina a fala de uma candidata do partido do governo em vigência. Em sua declaração, integral no trecho 6 do quadro 14, Almira Botelho Carneiro defende a implementação do AI-5, o qual define como “uma garantia da democracia” (ELEIÇÕES..., 1976, p. 9). Para a candidata, “o nosso povo não pode ter muita liberdade. Abusa. O AI-5 só tira direito pra quem quer fazer anarquia” (ELEIÇÕES..., 1976, p. 8).

Na sequência, entretanto, a reportagem inclui uma entrevista *ping pong* com a primeira candidata a vereadora da cidade de São Carlos, interior paulista, Miriam Schiel, o que contrasta os posicionamentos políticos das candidatas que, embora sejam ambas mulheres, apresentam plataformas opostas. A apresentação da entrevista também se coloca como recurso utilizado para valorizar o fato histórico através de perguntas que se concentram em explorar as plataformas eleitorais de Miriam e questionar suas experiências pessoais na política enquanto mulher.

É possível constatar, através dos elementos jornalísticos que compõem a reportagem, o intuito de expor criticamente a ausência de direitos democráticos em um processo político

cujo resultado deveria ser determinado de acordo com a decisão da maioria, perspectiva respaldada pelo posicionamento da linha editorial do veículo – diretamente ligado com os movimentos em prol da redemocratização do país e da liberdade individual e coletiva, como aponta o trecho 12 do quadro 14.

A verdadeira democracia pressupõe a existência de formas de organização autônomas e independentes na base da sociedade. É fundamental a mobilização de associações de donas de casa, associações de pais e mestres, clubes de mães, sindicatos, em torno de seus interesses específicos. E mais do que isso, é necessário que estes grupos tenham o direito a defender estes interesses no cotidiano da prática democrática (ELEIÇÕES..., 1976, p. 8).

Com o objetivo de explorar as consequências de uma disputa eleitoral durante a ditadura militar brasileira, a reportagem do NM traz um debate que envolve todos os setores da sociedade, inicialmente, e o entrelaça com o universo de singularidades das demandas das mulheres brasileiras, aplicando, desta forma, perspectiva de gênero a uma pauta que pode ser considerada ampla.

Este movimento narrativo que coloca os direitos civis sob um recorte de gênero continuou relevante para o movimento feminista brasileiro na década seguinte à dos veículos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, entretanto, as diferenças entre os cenários políticos aparecem de forma clara. A maior quantidade de partidos e a abertura política são fatores que influenciam diretamente a narrativa das reportagens produzidas a partir da década de 1980.

Estas discrepâncias são observáveis no número onze do *Mulherio*, publicado em janeiro/fevereiro de 1983, edição que pautou as discussões sobre a participação feminina na política a partir dos resultados das eleições de 1982. "*O que ganhamos, o que perdemos*", reportagem de Hermínia Brandão, apresentava em duas páginas – ilustradas por desenhos que retratam uma mulher envolta em um manto com as faces de várias outras mulheres, carregando cartazes e bandeiras com símbolos feministas e palavras de ordem –, as candidatas eleitas para o exercício de cargos na Câmara Municipal de São Paulo, na Assembleia Legislativa do estado e na Câmara dos Deputados em Brasília.

O cerne da reportagem está em relatar um breve perfil das mulheres eleitas para os diferentes cargos, suas propostas para o exercício de seus mandatos, bem como realizar uma avaliação geral do que estas eleições significam – positiva ou negativamente – para o movimento de mulheres.

A construção do texto jornalístico é feita primordialmente a partir de entrevistas com as fontes, candidatas eleitas. As falas destas mulheres, com relação aos seus posicionamentos

peçoais dentro da política e a suas interpretações a respeito do resultado das eleições, recebem destaque e formam, ao longo da reportagem, uma colcha de retalhos que ilustra a diversidade de perspectivas presente no contexto político representado pelas candidatas eleitas.

É possível observar a divergência de opiniões a partir do trecho 1 do quadro 15, por exemplo. A fala da vereadora Tereza Cristina Lajoto, do PT, eleita com 26.076 votos, defende que a participação nos movimentos populares como um todo é a principal responsável por sua eleição e que “a questão da mulher não pode ser dissociada do processo de transformação da sociedade como um todo” (BRANDÃO, 1983, p. 4).

O posicionamento de Irede Cardoso, eleita vereadora com 25.258 votos, também do PT, por outro lado, está mais voltado para a causa feminista. Foi membro da Frente de Mulheres Feministas, editora da TV Mulher e autora de uma coluna semanal na Folha de S. Paulo sobre feminismo, além de ter desenvolvido toda sua campanha em torno das questões das mulheres (BRANDÃO, 1983).

O texto se preocupa em trazer ainda candidatas que não foram eleitas na disputa de 1982, mas que realizam avaliações positivas quanto ao resultado das eleições. É o caso de Clara Charf, que se candidatou pelo PT a deputada estadual. Em sua fala, a fonte defende que esta foi uma oportunidade de dar visibilidade ao movimento de mulheres, no qual militou desde 1945:

Fui convidada a falar em lugares onde nunca tinha estado e onde não conhecia ninguém. Pessoas que procuravam e continuam me procurando com um grande interesse. O avanço das mulheres nessas eleições, pra mim, vem justamente daí, de termos expandido as fronteiras das nossas discussões (BRANDÃO, 1983, p. 5).

O trabalho de apuração desenvolvido aparece com o intuito de complementar o cenário descrito através das falas das fontes, se concentrando em, através de um panorama quantitativo, relacionar o número de cadeiras disponíveis em cada setor do governo com a quantidade de candidatas a ocupá-las. Estes apontamentos, entretanto, servem como referência para os elementos interpretativos da reportagem com relação aos resultados das eleições.

A reportagem destaca que, embora poucas mulheres tenham sido eleitas, a presença de plataformas que se preocupam com as questões femininas fomenta um avanço qualitativo na participação política. A marca militante presente na narrativa, apoiada pela linha editorial do *Mulherio*, portanto, aponta que avanços reais surgem para o movimento de mulheres a partir desta disputa eleitoral, como é possível observar no trecho 9 do quadro 15:

Embora o Estado tenha fechado as eleições com três vereadoras, sete prefeitas, uma deputada estadual e três deputadas federais, o grande passo do movimento de mulheres foi dado muito mais em função do espaço ocupado durante a campanha. Essa afirmação parte basicamente das candidatas derrotadas, que acreditam terem ganho mais respeito e representatividade, inclusive dentro de seus próprios partidos (BRANDÃO, 1983, p. 5).

Da mesma forma que a participação política recebeu uma abordagem específica através da aplicação da perspectiva de gênero na reportagem “*O que ganhamos, o que perdemos*”, o *Mulherio* realizou um exercício semelhante ao cobrir as passeatas do Diretas Já, movimento popular em favor das eleições diretas para o cargo de presidência da república.

“*Direitos, já. Como as diretas*” foi publicada na décima sexta edição do *Mulherio*, em maio/junho de 1984. Escrita por Ethel Leon, a matéria de capa apresenta, em duas páginas, um relato sobre a participação feminina nas manifestações públicas pelas eleições diretas e pela instituição de outros direitos civis, além de quatro fotografias que registram momentos das passeatas.

A reportagem coloca em questão o conflito de opiniões presente no contexto do movimento pelas Diretas, no qual alguns acreditavam não haver espaço para reivindicações consideradas específicas, como o direito ao aborto, por exemplo, e outros defendiam ser o momento de exigir todos os direitos negados à população.

A narrativa é marcada pelas impressões pessoais de Ethel, o que torna a reportagem mais descritiva em comparação a outros textos publicados pelo jornal que, em geral, dão destaque para dados científicos e pesquisas acadêmicas. É possível observar essa característica em passagens como o trecho 3 do quadro 16, onde a jornalista descreve a passeata de 24 de fevereiro, realizada em São Paulo, em comemoração aos 52 anos de conquista do voto feminino no Brasil, organizada como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março.

Foi linda, alegre e emocionante a passeata. Ouso dizer que a precariedade do som e a incapacidade que o comando teve de inscrever todas as oradoras potenciais muito contribuiu para o seu sucesso. As palavras de ordem, as faixas, falavam desde contra o programa nuclear à legalização do aborto (LEON, 1984, p. 4).

O texto mantém uma sucessão de relatos sobre diversas outras passeatas ligadas às Diretas, como a ocorrida em 17 de abril em Brasília, apontada pela autora como “a primeira manifestação massiva de mulheres a nível nacional desde 64” (LEON, 1984, p. 4). Nas descrições, a reportagem aponta ainda que, após um período de separação de três anos – desde o

III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, a campanha pelas diretas reuniu novamente entidades e grupos de mulheres de São Paulo para a realização de ações unitárias.

Complementando o cenário de revolução descrito por Ethel, falas de companheiras de militância ilustram a descrição minuciosa e emotiva do texto, como a de Fulvia Rosemberg, uma das editoras do *Mulherio*: “Pode parecer onipotência, mas acho que esse colorido todo foi uma contribuição nossa, das mulheres” (LEON, 1984, p. 4), e a de Amelinha Telles, uma das fundadoras do *Brasil Mulher* e representante da União de Mulheres de São Paulo: “Pobres de espírito aqueles que responsabilizaram as mulheres pelo estado de emergência” (LEON, 1984, p. 4).

O estilo narrativo empregado em “*Direitos, já. Como as diretas*”, diversificado das abordagens mais comumente usadas no *Mulherio*, indicam o momento de grande envolvimento do veículo com os movimentos populares, a preocupação com o registro desse entrelaçamento, e a intensão de envolver leitores e leitoras nesta relação de forma direta, através, especialmente, de declarações como o trecho 8 do quadro 16:

Nosso anseio amplo das diretas deve-se traduzir em propostas que nos digam respeito, não importa quem seja o presidente, não importa se nos separamos partidariamente na campanha (LEON, 1984, p. 5).

A reportagem se coloca, através de seus elementos narrativos, como um registro de um momento histórico determinante para a sociedade brasileira. Com o objetivo de retratar o significado dessas manifestações organizadas tanto para a sociedade quanto para os movimentos feministas, Ethel Leon e o *Mulherio* não possuem a preocupação de adotar uma postura que oculte a participação ativa da jornalista nas passeatas e nos encontros de grupos organizados.

A partir das análises individuais de cada reportagem, é necessário, neste momento, realizar uma compreensão unificada da categoria ‘direitos civis’. A temática foi observada pelos três veículos que compõem esta pesquisa por vieses diferentes, influenciadas, em principal, pelos momentos políticos diversos pelos quais passaram. Há características, entretanto, que permanecem em diferentes textos devido à natureza da temática.

Observa-se uma preocupação comum entre os veículos envolvendo o debate sobre participação política feminina, seja como cidadãs que querem exercer seus direitos seja como candidatas a cargos governamentais. Neste quesito, há a colaboração direta de fontes oficiais e individuais que, através de suas falas, colocam as diferentes perspectivas de mulheres sobre o universo da política nacional, estatal e municipal.

Para tratar de debates envolvendo definições jurídicas – recorrente nesta categoria –, é interessante registrar a utilização de fontes especializadas mulheres, o que colabora para o reconhecimento de profissionais que se encontram em ambientes nos quais a invisibilização de seu trabalho é recorrente. O mesmo ocorre quando se trata do foco destinado a mulheres ocupando cargos políticos, o que, neste caso, acompanha a preocupação dos veículos em debater a participação feminina nos diversos âmbitos da gestão do Estado.

Faz-se necessário, ainda, reconhecer a força das linhas editoriais dos jornais presente nos textos desta categoria de análise. Em especial as reportagens “*Direito Civil: quem decide é o homem*”, “*O que ganhamos, o que perdemos*” e “*Direitos, já. Como as diretas*” colocam em destaque declarações que trazem posicionamentos políticos em defesa da ampliação e retomada de direitos e da redemocratização do país, sempre considerando as particularidades que envolvem as demandas feministas.

Embora os textos apresentem amplas marcas de militância, estas não diminuem os aspectos jornalísticos aplicados. Os processos de apuração envolvendo pesquisas quantitativas, a ampla utilização de falas oficiais e especializadas em combinação com testemunhos individuais, compõem cenários nas reportagens que correspondem à diversidade do contexto político e social no qual os jornais estavam inseridos, além de aproximar do cotidiano de leitores e leitoras debates que o Estado afastava da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa se concentrou em observar reportagens relacionadas à temática de políticas públicas para mulheres produzidas por três emblemáticos jornais alternativos feministas produzidos durante as décadas de 1970 e 1980. O *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio* se tornaram símbolos no campo do jornalismo e da militância feminista brasileira ao retratar em suas páginas demandas da maior parte da população.

Primeiro a ser produzido e a circular, o *Brasil Mulher* a princípio não se declarava feminista, estava arraigado às lutas contra a ditadura militar brasileira e a outros movimentos de esquerda. Entretanto, não deixou, desde sua primeira edição, de proporcionar protagonismo às mulheres das classes subalternas que discorriam relatos pessoais e opiniões sobre diferentes temáticas em suas páginas e ilustravam suas capas em icônicas fotografias. Era um jornal com um projeto, elaborado por jornalistas profissionais que possuíam em comum, além da amizade, a militância em favor da anistia (TAMIÃO, 2014).

Com a vida mais curta, porém não menos significativo, o *Nós Mulheres* surgiu demonstrando a heterogeneidade dos movimentos feministas da década de 1970. Mais independente das movimentações de esquerda tão ligadas ao BM e assumindo a bandeira do movimento feminista desde seu surgimento, o jornal era composto, em sua grande maioria, por estudantes e sociólogas, tendo apenas Joana Lopes como jornalista. A composição de seu corpo editorial atribuiu ao periódico ares de militância mais evidenciados e não priorizou a utilização de preceitos da produção jornalística (TAMIÃO, 2014).

Jornal com maior tempo de produção e circulação, o *Mulherio* foi o único periódico analisado nesta pesquisa que contou com financiamento de agências. Era formado primordialmente por professoras, jornalistas e pesquisadoras que se voltavam para o movimento feminista – o que atribuiu ao periódico suas características acadêmicas intrínsecas (TAMIÃO, 2014). O destaque para a utilização de embasamentos científicos e documentais na construção textual, entretanto, não o desqualifica como um jornal e nem como um veículo feminista alternativo, haja vista a presença dos traços militantes em diversos dos trechos observados.

Temas que marcaram o período de produção destes jornais como a anistia, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, questões de saúde pública, luta pelos direitos civis e pela redemocratização, a participação política, a luta contra a carestia e outras reivindicações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das classes subalternas foram protagonistas nas páginas destes veículos enquanto suas circulações resistiram aos diversos entraves colocados em seus caminhos.

Entretanto, para além de periódicos que refletiram os debates centrais de seu contexto político e social, estes jornais se dedicaram ao esforço de tornar públicas questões consideradas específicas dos movimentos de mulheres e feministas. Temas como saúde da mulher, gestação, amamentação, direitos sexuais e reprodutivos, uso da pílula anticoncepcional, luta pela descriminalização e legalização do aborto, direitos trabalhistas femininos, dupla jornada de trabalho, disparidade salarial, luta pelo direito a creche – , dentre tantos outros antes explorados superficialmente por outros veículos se tornaram protagonistas dos periódicos alternativos feministas.

Acompanhando a singularidade das temáticas, as características produtivas também se davam de formas específicas. Através da leitura das matérias elaboradas pelos veículos é possível perceber a participação ativa das jornalistas produtoras ao apontarem presença direta em assembleias públicas, passeatas, palestras, encontros nacionais, regionais e municipais de organizações do Estado, ONGS ou instituições privadas, reuniões sindicais e de movimentos sociais, aulas, debates e outros acontecimentos que envolviam a sociedade civil.

Neste sentido, o processo de apuração se entrelaçava com o exercício da militância. Repórteres realizavam entrevistas com fontes pouco relevantes para o âmbito do jornalismo hegemônico – mulheres de diversas etnias, idades, profissões e classes sociais – e as tornavam personagens centrais para a construção do cenário que envolve a pauta explorada. Valorizavam suas falas através de citações diretas que, propositalmente, não apresentavam correções gramaticais arrogantes que pudessem menosprezar as afirmações declaradas pelas fontes.

Visando ao mesmo enaltecimento, recorreram a profissionais do gênero feminino, seus conhecimentos específicos, seus trabalhos e suas pesquisas para assumirem a função de fontes especializadas – posição em geral atribuída a homens de diferentes áreas das ciências e do mercado de trabalho, os quais possuem sua autoridade reconhecida com maior facilidade – fator que contribui para uma construção textual de perspectivas que valorizam a diversidade.

Interpretavam os dados das pesquisas apurativas que realizavam de modo a construir um raciocínio crítico sobre qualquer que fosse a temática explorada, com o objetivo central de realizar debates informativos e educativos com mulheres nas mais diversas comunidades. Desta forma, apresentavam a capacidade de apropriar-se de informações das mais diversas naturezas, conectá-las a suas experiências enquanto jornalistas e militantes e transmitir esse contexto produtivo para as reportagens veiculadas em seus jornais.

A influência dessas vivências proporcionou a todas as matérias analisadas um grau maior ou menor de opinião, que aparece de forma mais implícita ou explícita de acordo com a visibilidade dada para o texto dentro dos jornais, tornando estas reportagens conteúdos ímpa-

res tanto para o âmbito do jornalismo como para o da história enquanto fragmentos que registram contextos sociais e políticos específicos sob o olhar de agentes ativas destes cenários.

Os periódicos realizaram ainda de forma simultânea um segundo e não menos importante exercício: a aplicação da perspectiva de gênero a temáticas consideradas gerais. Mesmo que a terminologia “gênero” e a complexa conceituação que a envolve estivesse engatinhando durante a produção do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*, e tenha proporcionado debates acirrados durante o período de circulação do *Mulherio*, é possível considerar que os três periódicos, em momentos diversos, aplicaram este olhar transversal sobre uma multiplicidade de temas.

Abordando como as relações de gênero se dão em espaços predominantemente masculinos como, por exemplo, reuniões sindicais e eleições, explorando as diferenças nas participações em âmbitos como o do trabalho e dos estudos, destacando influências diretas de decisões estatais para a população feminina, deixando de reproduzir estereótipos de gênero e explorando linguagens menos centradas no padrão masculino gramatical, estes textos aplicaram, ainda que possam não utilizar esta nomenclatura, perspectiva de gênero às suas produções jornalísticas.

Esta pesquisa, que se concentrou em reportagens voltadas para a temática de políticas públicas, mostrou que os periódicos analisados tinham preocupação com relação a proporcionar destaque àquelas voltadas para mulheres. Considerando ainda uma necessidade geral de políticas sociais, reforça a aplicação desta perspectiva à construção narrativa jornalística, mantendo como eixo principal a quebra de preconceitos de gênero em sua estrutura discursiva.

A existência das categorias ‘saúde da mulher’, ‘direitos trabalhistas’ e ‘direitos civis’, apontadas nesta pesquisa, indicam como a exploração da temática se desdobrava em subtópicos. Cada categoria apresenta de forma detalhada características jornalísticas aplicadas aos textos de forma que, ainda que suas marcas de militância estivessem presentes, as marcas intrínsecas ao texto de cada reportagem se mantivessem.

As reivindicações de PPM realizadas pelo BM, NM e *Mulherio* lançam luz sobre a necessidade de se compreender as mulheres enquanto um setor com demandas específicas. A aplicação de perspectiva de gênero em reportagens que exploram essas questões funciona como catalizador dessas demandas coletivas e registros essenciais de construções narrativas que não reproduzem estereótipos ligados a gêneros.

Para além de quebrar paradigmas estruturais da sociedade, ao tornar centrais discussões consideradas pouco relevantes para o patriarcado e seu jornalismo conservador, e mesmo

secundárias por outros movimentos sociais, os jornais feministas alternativos vão contra perspectivas hegemônicas do campo jornalístico.

Retomando a noção de que as notícias são responsáveis por colaborar para a orientação do ser humano e da sociedade no mundo real (PARK, 2008), ao produzir materiais desta natureza que destacam pautas específicas do movimento feminista ou que aplicam perspectiva de gênero a temáticas mais amplas, estes periódicos realizam um importante movimento contestatório.

Como mencionaram Molotch e Lester (1999) é imprescindível que se considere o trabalho político por trás dos acontecimentos, influência exercida por um pequeno grupo de indivíduos poderosos capazes de determinar o que é ou não relevante. No contexto do jornalismo alternativo, ainda que esteja presente a intervenção política e ideológica, existe uma abertura considerável para a difusão de uma diversidade muito maior de posicionamentos.

O jornalismo alternativo feminista e sua declarada militância, neste sentido, se coloca como um espaço no qual é possível apresentar como relevantes socialmente uma série de acontecimentos desconsiderados por outras produções informativas, colaborando para a produção de uma gama mais diversificada de fatos públicos que contribuem para o processo de construção de percepção da realidade dos indivíduos.

Sua relação direta com o movimento social em prol dos direitos das mulheres é, portanto, essencial. A parceria entre o jornalismo alternativo e os grupos organizados da sociedade civil é responsável por tornar o cenário da comunicação mais diversificado e enriquecedor na medida que, através da publicação de suas perspectivas não hegemônicas, apresenta ao público ideologias que contrapõem os princípios do jornalismo comercial.

Contudo, é possível compreender este enlace para além de uma utilização do jornalismo como ferramenta. As produções do jornalismo alternativo feminista analisadas nesta pesquisa se apresentam como a reivindicação de um segmento da sociedade por um espaço próprio dentro do âmbito jornalístico para que possuíssem a liberdade de tratar do que consideravam pertinente.

Como descreve Farah (2004) a história deste movimento social é também a história da construção das mulheres enquanto sujeitos coletivos que deixaram a esfera privada e passaram a atuar no território público. Tornaram, neste movimento, públicos os temas até então acorrentados à esfera privada, e o fizeram, dentre outras formas, através da produção de seu jornalismo.

Através do discurso das reportagens, as produtoras do *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Brazil Mulher* não somente questionaram os modelos sociais reacionários como o próprio reacio-

narismo intrínseco ao jornalismo. Aplicar perspectiva de gênero ao âmbito jornalístico é reelaborar uma estrutura que reproduz e reforça os estereótipos patriarcais e heteronormativos, assim, conseqüentemente, contribuindo para a evolução da sociedade na busca pela equidade de gênero e pela efetivação dos direitos humanos.

Estas produções específicas nos mostram que, ao tratar das mulheres, estamos tratando da sociedade como um todo. Compreender a mulher como parte integral e essencial da sociedade, proporcionando o espaço necessário para o debate de suas questões, realizando a defesa de seus direitos e reconhecendo-os como parte dos direitos humanos é um trabalho que foi realizado através destas reportagens e que deve servir de referência para a execução de um jornalismo que integre e debata as questões dos indivíduos em suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L; CUNHA, M. C. Cresce a campanha pela legalização do aborto. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-16, julho/agosto de 1982.

ATHAYDE, M. C. O. **Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre os periódicos feministas de Brasil e Argentina (1974-1985)**. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93613>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ATTON, C.; HAMILTON, J. **Alternative journalism**. Londres: Sage, 2008. Arquivo Kindle.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 189-217.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOCHINI, M. O. O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-24, maio/junho de 1982.

BRANDÃO, H. O que ganhamos, o que perdemos. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-22N, janeiro/fevereiro de 1983.

CABRERA, A. Missão Paz em Timor: percurso de um pseudo-acontecimento. In: **O Jornalismo português em análise de casos**. Lisboa, Ed. Caminho, 2001.

CAPARELLI, S. A imprensa alternativa revisitada. **Revista Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, 3; 7-16 jan./dez. 1988. Disponível em: <<https://cedap.ufrgs.br/jspui/bitstream/2050011959/132/2/v3a1.pdf>>. Acesso em 9 fev. 2019.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (N.E.): 264, setembro-dezembro, 2004.

CARVALHO, G.; BRONOSKY, M. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.21 -39, Jan/Jun 2017.

CRECHE: com quem deixar nossos filhos?. **Nós Mulheres**, São Paulo, p. 2 a 16, setembro/outubro de 1976.

DEBÉRTOLIS, K. S. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002. 140f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3505>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

DIREITO Civil: quem decide é o homem. **Brasil Mulher**, São Paulo, p. 2-16, 1976.

DOMÉSTICAS: “Queremos ser vistas como trabalhadoras”. **Brasil Mulher**, São Paulo, p. 2-14, agosto de 1977.

DOWNING, J. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

ELEIÇÕES 76. **Nós Mulheres**, São Paulo, p. 2-16, novembro/dezembro de 1976.

FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FELDMANN, A. F. **Feminismo em pauta: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo**. 2018. 151f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-27122018-101749/pt-br.php>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

FONSECA, M. F.; WOITOWICZ, K. J. Mídia alternativa e direitos das mulheres: A pauta do trabalho doméstico na imprensa feminista nos anos 1970 no Brasil. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 17., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1836-1.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

FREITAS, V. G. **De qual feminismo estamos falando?: desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. 2017. 198f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5744955>. Acesso em: 5 fev. 2019.

FREITAS, V. G. O Jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, p. 149-166, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/11436>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulherio**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1. Disponível em: <<http://www.rabaneda.adv.br/download/Ciencias%20Pol%EDticas/Gramsci-Cadernos-Do-Carcere-Vol-I.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In.: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1999, 2ed. p. 224-248.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EccentricDuo, 2001. Disponível em: <http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.

LEON, E. Aborto: alto risco na Constituinte. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-24, janeiro/fevereiro de 1986.

LEON, E. Direitos, já. Como as diretas. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-22, maio/junho de 1984.

LIMA, S. L. L. Imprensa Feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2219/1320>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, mai./ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MELO, J. Publicar é uma ação política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 298-301, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100022>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001. p.29-69; 70-94; 124-148

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Imprensa alternativa**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/index.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Vega, 1999.

MORAES, D. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em 3 jul. 2018.

MOSQUEIRA, D. S. B. **“O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar”**: as múltiplas faces feministas nas páginas do **Mulherio (1981-1987)**”. 105f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016. Disponível em: < <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Texto-2016.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MOSQUEIRA, D. S. B.; TEDESCHI, L. A. Mulherio (1981-1987) e o 'novo' discurso sobre a mulher na imprensa feminista. In: IV Congresso Internacional de História Cultura, Sociedade e Poder, 4, 2014, Jataí. **Anais** [...] Jataí: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 2014. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(52\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(52).pdf)>. Acesso em 3 jul. 2018.

MULHERES trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite? **Brasil Mulher**, São Paulo, p. 2-16, 1976.

NASCIMENTO, J. X. Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência. **Mediações**. Londrina, vol. 21, n. 4, p. 317-337, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20885>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

NO BRASIL o aborto é proibido. Mas acontece. **Brasil Mulher**, São Paulo, p. 2-15, julho de 1978.

PARK, R. E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**, vol 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PEREIRA, R. R. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa! In: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. (Org.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1986. p. 53-79.

PÍLULAS para milhões. **Nós Mulheres**, São Paulo, p. 2-16, agosto/setembro de 1977.

PÍLULAS... Ora Pílulas. **Brasil Mulher**, São Paulo, p. 2-17, dezembro de 1975.

PINTO, C. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: Avanços, Conquistas e Desafios Contemporâneos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_arti_gomundodasmulheres.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/.../cadernos_a.../article/view/151>. Acesso em: 3 jul. 2018.

ROCHA, P. M.; DANCOSKY, A. K. A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. **Texto (UFRGS. Online)**, v. 35, p. 119-136, 2016. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/49651/33941>. Acesso em: 3 jul. 2018.

ROSEMBERG, F.; BORGES, A. Solução miserável para um país pobre. **Mulherio**, São Paulo, p. 2-22, janeiro/fevereiro de 1983.

RUMO ao planejamento familiar. **Nós Mulheres**, São Paulo, p. 2-16, agosto/setembro de 1977.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SCHLINDWEIN, A. F. **Dos periódicos oitocentistas ao ciberfeminismo: a circulação das reivindicações feministas no Brasil**. 140f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270773>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SCHMITZ, A. **A Classificação das fontes de notícias**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, (2013) Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.15, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, M. V. **Masculino, o Gênero do Jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010, 250 f. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

SOUSA, J. P. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto: BOCC, 2001.

TAMIÃO, J. S. **Escritas Feministas**: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação. Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13170>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

UM DINHEIRINHO pingado. **Nós Mulheres**, São Paulo, p. 2-20, julho de 1976.

VALA, J. Análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos Silva; PINTO, José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2001. 11ª ed. Pp: 101-128.

WOITOWICZ, K. J. Agendar a mídia e/ou fazer a própria mídia: Impasses e desafios na trajetória histórica no movimento feminista. X Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: X Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/agendar-a-midia-e-ou-fazer-a-propria-midia-impasses-e-desafios-na-trajetoria-historica-no-movimento-feminista/view>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

WOITOWICZ, K. J. Páginas que resistem - A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói/RJ. **Anais** [...] Niterói: VI Congresso Nacional de História da Mídia - 200 anos de mídia no Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. Estudos de Gênero no Jornalismo: Perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações femininas. In: WOITOWICZ, K. J.; ROCHA, P. M. **Marcas e Discursos de Gênero: Produções Jornalísticas, Representações Femininas e Outros Olhares**. 1ª ed. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2014, p. 131-150. Disponível em: <<http://www.isthmus.com.br/eduepg/ebook.aspx?p=240>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

APÊNDICE A – MEMORIAL

A proposta deste trabalho surgiu da trajetória de pesquisa de iniciação científica que realizei durante a graduação. Como membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero participei de eventos científicos, desenvolvi trabalhos que envolveram a imprensa alternativa feminista brasileira do período da ditadura e apliquei a perspectiva de gênero ao campo do jornalismo em meu trabalho de conclusão de curso, que envolveu a produção de um livro-reportagem com perfis de cinco empregadas domésticas de Ponta Grossa.

O pré-projeto submetido a avaliação para ingresso no programa de Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa utilizou artigos produzidos entre 2013 e 2016 como inspiração e resgatou a temática dos jornais feministas produzidos entre as décadas de 1970 e 1980 com o intuito, a princípio, de observar a pauta do trabalho feminino retratada nas páginas dos veículos selecionados assim como, em momentos anteriores, já havia realizado.

A seleção dos três jornais que compõem o *corpus* empírico da pesquisa se deu, da mesma forma, a partir de estudos prévios que já havia realizado com os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. A inclusão do *Mulherio* ocorreu, em seguida, considerando a importância deste jornal para o período no qual circulou e a possibilidade que estes três periódicos, em conjunto, apresentavam de proporcionar uma observação panorâmica sobre o período de transição da ditadura brasileira para a redemocratização.

Com a entrada no Programa e a participação nas disciplinas, entretanto, a proposta sofreu mutações. No primeiro semestre de 2017 acompanhei quatro matérias oferecidas pelo Mestrado, sendo três obrigatórias e uma optativa. Todas as discussões levantadas pelos professores durante os encontros foram enriquecedoras e afetaram em maior ou menor medida a elaboração desta pesquisa.

Em especial as disciplinas de Teorias do Jornalismo, Metodologia da Pesquisa em Jornalismo e Seminário Temático – Jornalismo e Gênero, foram cruciais para direcionar as alterações realizadas nesta pesquisa do pré-projeto para o trabalho final. Em Teorias do Jornalismo, perpassamos teóricos e discussões fundamentais para o campo de forma mais profunda e reflexiva do que é apresentado na graduação, o que contribuiu para o redirecionamento do projeto em medida que colocou em evidência o debate que envolve a percepção do campo do jornalismo como uma área que produz conhecimento específico.

Da mesma forma, a disciplina de metodologia foi fundamental para que a decisão de se aplicar análise de conteúdo a este trabalho se tornasse definitiva em medida que colocou à disposição dos acadêmicos e acadêmicas várias possibilidades de abordagem aplicáveis as pesquisas em desenvolvimento. A organização das aulas destacou a necessidade de se manter

em perspectiva que os trabalhos estão sendo realizados na área de jornalismo e, como tais, devem considerar suas características específicas inclusive no âmbito metodológico.

Já em Seminário Temático houve a feliz coincidência de se pautar especificamente uma das bases deste trabalho: as discussões de gênero. Perpassando desde as origens teóricas deste campo até as produções de imprensa feminista alternativa e debates sobre os encontros entre o jornalismo e os estudos de gênero foi possível criar conexões diretas com esta pesquisa e enriquecer as perspectivas nas quais este trabalho se sustenta.

Da mesma forma que no primeiro, no segundo semestre de 2017 as disciplinas de Agendamento, Opinião Pública e Seminário Metodológico influenciaram mudanças na proposta. As duas primeiras colaboraram primordialmente para a elaboração de reflexões teóricas quanto às funções do jornalismo dentro da sociedade e permearam debates sobre conceitos essenciais como democracia e hegemonia.

Seminário Metodológico, mais especificamente, foi pensada com o intuito de promover o pontapé inicial para a elaboração do texto de qualificação com uma sistemática de avaliação que exigiu produções frequentes de materiais que, posteriormente, serviram de base para o presente trabalho. A frequência e organização deste material foi fundamental para que, no processo de escrita do documento final de qualificação fosse possível uma reflexão sobre o trajeto da pesquisa em seu primeiro ano de desenvolvimento.

Outro acontecimento relevante foi a participação no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom Nacional, na cidade de São Paulo. O evento teve como temática central “Comunicação, Memórias e Historicidades”. Tive a oportunidade de apresentar resultados parciais da presente pesquisa e participar de palestras e seminários enriquecedores voltados para a história da mídia e da imprensa alternativa.

A partir destes distintos momentos no primeiro e no segundo semestres de 2017, de forma processual e progressiva, passou-se a considerar importante tornar o foco principal desta pesquisa o entendimento de que as produções de jornalismo alternativo feminista, ainda que militantes e diferentes de veículos tradicionais, se caracterizam como uma forma de produção jornalística legítima e pertencem a este campo do conhecimento.

A ideia de alterar o enfoque foi trabalhada durante todo o primeiro semestre de 2018 até que se tornasse concreta. A intenção desta alteração não foi, em nenhuma medida, desvalorizar a importância da pauta do trabalho feminino, inicialmente considerada como elemento central, mas tornar a pesquisa mais voltada para considerações sobre produção jornalística alternativa do que para um resgate histórico quanto à trajetória desta temática e dos próprios jornais, ainda que estes aspectos apareçam em segundo plano.

A proposta inicial de analisar a pauta do trabalho feminino nos três jornais alternativos da imprensa feminista brasileira *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* foi então substituída pela de observar reportagens produzidas por estes veículos, valorizando o gênero textual jornalístico e suas características específicas, tornando central a defesa destes jornais enquanto espaços no qual eram realizadas discussões de interesse público e diretamente relacionadas ao contexto da época em que foram produzidas.

Após esta alteração, decidiu-se ainda por fazer um recorte mais específico com relação à pauta como estratégia metodológica em razão do grande volume de material disponível para análise. A partir de observações anteriores foi possível perceber que a demanda por políticas públicas era uma temática abordada com frequência pelos movimentos sociais do período em questão e também era um assunto sobre a qual os veículos produzidos refletiam. Este aspecto se tornou um direcionamento para realizar um recorte no material empírico que, simultaneamente, permitisse uma seleção mais bem feita e tornasse representativo o *corpus* de análise.

Tomar esta temática como ponto norteador para seleção permitiu uma leitura direcionada dos jornais. A grande quantidade de conteúdos veiculada em cada edição de cada periódico pode facilmente fazer com que o leitor ou leitora se perca em um oceano de temáticas e debates relevantes. Portanto, ter em mente a questão das políticas públicas como referência para seleção é, ainda neste momento, essencial.

Tendo em mente estes direcionamentos o contato com os jornais, que já havia acontecido anteriormente, porém com caráter puramente exploratório, se tornou concreto e passou a possuir critérios. As leituras foram realizadas nas versões digitalizadas das edições dos jornais, sendo que do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* as fotografias foram disponibilizadas pela Prof^a. Dr^a. Karina Janz Woitowicz e em relação ao *Mulherio* acessamos os PDFs do acervo online da Fundação Carlos Chagas.

A ausência de possibilidade de consultar as versões físicas dos jornais foi um entrave que impediu a leitura de algumas matérias e dificultou a visibilidade de imagens devido à má qualidade das fotografias tiradas dos jornais, especialmente do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres*. O *Mulherio* também apresenta alguns problemas de digitalização, porém o formato PDF permite uma maior aproximação e em muitas vezes foi possível realizar leituras mais difíceis.

A partir da consulta a estes exemplares foi possível a elaboração do quadro que deu origem aos dados gerais. Elementos importantes para a identificação do material foram elencados, dentre eles: título da reportagem, edição e ano de publicação, sessão e página na qual se encontram, se possui autor ou autora e quem seria esse produtor ou produtora do texto,

quantas laudas o material apresenta, se possui imagens ou fotos, uma breve descrição do texto, categoria na qual se encaixava a pauta e se havia referência quanto a esta reportagem na capa da edição.

As categorias de divisão na qual as reportagens foram encaixadas surgiram a partir dos indicativos dos próprios textos quanto às temáticas mais frequentes e consideradas mais relevantes pelos veículos a partir dos destaques que recebiam. Foi perceptível que uma quantidade de pautas aparecia com maior protagonismo e diálogos mais reforçados do que outras, além da articulação que apresentavam com demandas do contexto político da época à qual pertencem.

Entretanto, grande parte das vezes encaixar uma reportagem em uma categoria não era tarefa simples. A maioria dos textos apresentava em seu discurso casos ou reivindicações de diferentes naturezas, mesclando demandas do universo feminista em si e de âmbitos de outros movimentos sociais. A solução para este entrave foi concentrar-se no que a pauta trazia de principal e procurar compreender a intenção do discurso dentro do jornal.

Mesmo com estas dificuldades era perceptível o destaque dado para as temáticas voltadas aos direitos trabalhistas, aos direitos civis, à saúde e à violência contra as mulheres, reflexo da ausência de políticas governamentais que atendessem as necessidades básicas da população feminina e da indignação das militantes feministas envolvidas com a produção dos jornais de imprensa alternativa que possuíam caráter crítico e contestador.

Em um segundo momento, após a finalização da seleção de todas as reportagens, iniciou-se o refinamento de escolhas com o objetivo de indicar um conjunto reduzido e representativo de reportagens, passíveis de análise em profundidade. Algumas temáticas como a luta pela descriminalização do aborto e o trabalho noturno feminino se destacaram em suas categorias de análise e serviram de referência para que, ao final, 16 textos passassem pelo processo de seleção de trechos e interpretação.

A seleção de passagens se deu de forma muito intuitiva. Determinadas construções frasais chamam a atenção por seu grau opinativo. Outras demarcavam referências diretas a falas de fontes e utilizavam dados de pesquisas mundiais e nacionais para traçar panoramas referentes às pautas tratadas. Estes diversos trechos foram retirados um a um e enquadrados de acordo com a unidade de análise apropriada: linha editorial, fontes ou apuração.

A partir dos trechos retirados deste grupo de reportagens foi possível compreender o tratamento utilizado pelos jornais para abordar diferentes temáticas ligadas às políticas públicas para mulheres. A riqueza dos processos jornalísticos de apuração transparece nas constru-

ções narrativas e o caráter de militância aplicado pelas linhas editoriais torna estas reportagens materiais de estudo singulares.

Pessoalmente, a experiência de conhecer em profundidade estes trabalhos realizados em um período no qual era necessária demasiada coragem para se realizar bom jornalismo é um privilégio. Este trabalho procurou transmitir este sentimento inspirador, pelo fato de ter exigido um debruçar sobre estes periódicos que, embora tenham interrompido sua circulação, mantêm vida em suas páginas.

**APÊNDICE B – QUADROS COM REPORTAGENS SELECIONADAS DE CADA
VEÍCULO QUE COMPÕEM O OBJETO EMPÍRICO**

Quadro 1 – Brasil Mulher

(continua)

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Pílulas... Ora pílu- las”	Nº 1 – dezembro de 1975	Ciência, p. 6	Não	2	Discussão sobre a responsabilidade governamental sobre a distribuição de anti-concepcionais no nordeste do Brasil e o acompanhamento do Ministério da Saúde do uso das pílulas pelas mulheres brasileira. Depoimentos de mulheres que utilizam o método contraceptivo e possuem ou não assistência do órgão Benfam de controle de natalidade. Debate científico sobre os malefícios e benefícios do uso da pílula, defesa do descarte.	Saúde da mulher	Sim, cha- mada
“Direito Civil: quem decide é o homem”	Nº 2 – sem mês, 1976	Direito Brasilei- ro, p. 6	Não	1	Ausência de direitos civis para as mulheres brasileiras. Dominação masculina sobre os direitos da mulher (primeiro patriarcal depois conjugal) com relação ao patrimônio, ao exercício do trabalho e a outras questões ligadas ao exercício de cidadania. Sugestões de modificações na constituição e sugestões de leis que permitam a mulher autonomia civil.	Direitos civis	Não
“Eleições um novo Teste”	Nº 3 – sem mês, 1976	p. 3	Não	1	Eleições municipais de 1976 e a representação do voto feminino	Direitos civis	Não
“Pílula: solução ou pro- blema?”	Nº 3 – sem mês, 1976	Natali- dade, p. 6	Não	2	Continuação da discussão sobre pílula anticoncepcional da reportagem “Pílulas... Ora pílu- las”. Consumo do medicamento no Brasil e de camisinha.	Saúde da Mulher	Sim, cha- mada

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					Opinião e consumo de acordo com a classe econômica dos entrevistados. Controle de natalidade e responsabilidade pública.		
“Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?”	Nº 5 – sem mês, 1976	Trabalho brasileiro, p. 11	Não	1	Utilização e obstáculos da mão de obra feminina no mercado brasileiro, propostas de mudanças na CLT para ampliação das possibilidades de trabalho para mulheres	Direitos trabalhistas	Não
“Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai pra trabalhar?”	Nº 5 – sem mês, 1976	Creche, p. 12	Não	1	Ausência de vagas em creches para mulheres trabalhadoras. Descumprimento da lei que obriga empresas a fornecer “berçário”.	Direitos trabalhistas	Sim, chamada
“Dar a luz sem cuidados: risco desnecessário”	Nº 5 – sem mês, 1976	Natalidade, p. 13	Não	1	Reivindicação de políticas públicas para massificar o atendimento pré-natal para gestantes que por motivos socioeconômicos, especialmente, possuem pouco ou nenhum acesso aos cuidados necessários durante a gestação, aumentando os índices de mortalidade infantil.	Saúde da mulher	Não
“O planejamento familiar da miséria”	Nº 7 – junho de 1977	p. 7	Não	1	Planejamento familiar como meio para aumento da qualidade de vida. Programa governamental de controle de natalidade e de prevenção de gravidez de auto risco	Saúde da mulher	Não
“Trabalhar a noite, quem ganha com is-	Nº 7 – junho de 1977	p. 11	Não	1	Reforma da CLT para permissão do trabalho noturno para mulheres. Entrevista ping-pong com operárias. Relato sobre o que prevê as	Direitos trabalhistas	Sim, chamada

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
so?”					mudanças na lei		
“Domésticas: “Queremos ser vistas como trabalhadoras”	Nº 8 – agosto de 1977	p. 9	Não	1	Após instituição da lei de 1972 que regulamenta a profissão de empregada doméstica e garante alguns direitos, os sindicatos de trabalhadoras reivindicam outras normas para o exercício de sua profissão.	Direitos trabalhistas	Não
“CPI da Mulher: fora das fábricas, escolas e cozinhas”	Nº 8 – agosto de 1977	p. 11	Não	½	Dificuldade de articulação e andamento da CPI da mulher no parlamento. Referências as dificuldades de inserção da mulher em determinados setores públicos, de exercício de liberdade e de direitos.	Direitos civis	Não
“Direitos trabalhistas da mulher gestante”	Nº 10 – dezembro de 1977	BM Serviços, p. 14	Não	½	Descrição das normas previstas em lei sobre os direitos da mulher trabalhadora enquanto gestante.	Direitos trabalhistas	Não
“Na mesa, nenhuma mulher”	Nº 11 – março de 1978	Congresso da Mulher Operária, p. 5	Não	1	Debate sobre as dificuldades da mulher metalúrgica no sindicato e no exercício do trabalho. Ressalta sobre a infração das leis trabalhistas que ocorrem dentro da indústria com relação ao trabalho das mulheres e as mudanças nas regras do uso da mão de obra feminina.	Direitos trabalhistas	Sim, capa completa.
“Mulher, patrimônio social do Estado”	Nº 12 – (encarte especial) maio de 1978	p. 15	Não	½	Implantação do programa de Prevenção a Gravidez de Alto Risco. Crítica a esta política e a ausência de assistência médica. Imposição de controle de natalidade por órgãos governamentais.	Saúde da mulher	Sim, chamada

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“A noite da mulher é o lucro do patrão”	Nº 13 – julho de 1978	Pela liberdade sindical, p. 10	Não	2	Crítica a modificações na CLT para ao trabalho feminino noturno.	Direitos trabalhistas	Não
“No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece”	Nº 13 – julho de 1978	p. 4	Não	1	Dados sobre aborto no Brasil. Consequências da ilegalidade para o sistema de saúde público e para as mulheres no país. Projetos de lei para a legalização. Crítica ao Programa Materno-infantil do Ministério da Saúde que trata de infertilidade e assistência a gestante.	Saúde da mulher	Não
“domésticas, reunidas pela terceira vez”	Nº 14 – novembro de 1978	p. 5	Não	½	Congresso Nacional de Empregadas Domésticas. Conquistas de direitos previstos na CLT que não se aplicam a elas.	Direitos trabalhistas	Não
“As domésticas e a CLT”	Nº 16 – setembro de 1979	p. 3	Não	1	Modificações históricas na CLT, expectativa de inclusão das trabalhadoras domésticas na legislação. Inclusão de maiores desvantagens e fomento da exploração já sofrida pelas trabalhadoras através de uma modificação que permitiria a cobrança por alimentação e moradia pela patroa.	Direitos trabalhistas	Sim, chamada
“O verdadeiro risco”	Nº Especial – março de 1979	p. 7	Não	½	Sobre o Programa da Prevenção da Gravidez de Alto Risco que distribui pílulas ao invés de aumentar o acesso aos serviços de pré-natal e proporcionar assistência ginecológica as mulheres. Crítica a ineficácia e ao controle de natalidade governamental sem consentimento da população.	Saúde da mulher	Não

Quadro 2 - Nós Mulheres

(continua)

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“direitos da mulher”	Nº 1 – julho 1976	trabalho, trabalho, trabalho, p. 6	Não	½	Informações objetivas sobre os direitos da mulher garantidos pela CLT, dados sobre a mão de obra feminina brasileira.	Direitos trabalhistas	Não
“Controle de natalidade: ser ou não ser mãe”	Nº 1 – julho de 1976	p. 17	Não	1	Acesso a métodos contraceptivos e direitos reprodutivos. Críticas ao Benfam. Reivindicação de serviços públicos de saúde da mulher.	Saúde da mulher	Não
“Um dinheirinho pingado”	Nº 1 – julho de 1976	p. 6	Não	½	A condição feminina, de responsável pelas atividades domésticas, faz com que mulheres pobres procurem subempregos, ou seja, atividades que possam ser realizadas no ambiente doméstico que possam proporcionar renda extra para suas famílias e complementar o salário do marido.	Direitos trabalhistas	Não
“creche: com quem deixar nossos filhos”	Nº 2 – setembro/outubro 1976	p. 10	Não	1	Crítica as lacunas na CLT sobre as necessidades de mulheres com filhos. Ausência de vagas em creches e estrutura destas para receber as crianças.	Direitos trabalhistas	Sim, chamada
“Eleições 76”	Nº 3 – novembro/dezembro 1976	p. 8 e 9	Não	2	Funcionamento das eleições de 76. Os problemas da disputa eleitoral que, em verdade, é comandada pelo Estado – determinante para quem irá assumir determinados cargos políticos. Participação feminina nas eleições. Entrevista com a vereadora da cidade de São Carlos, interior paulista, Miriam Schiel.	Direitos civis	Sim, chamada “mulheres e política”

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“um plano para gestantes e crianças”	Nº 3 – novembro/dezembro 1976	p. 15	Não	½	Programa da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo para fornecimento Gestal – um produto de nutrientes para gestantes e lactantes, procurando prevenir a desnutrição dos bebês recém-nascidos e das mães.	Saúde da mulher	Não
“queremos creche!”	Nº 3 – novembro/dezembro 1976	p. 16	Não	1	Ausência de políticas de creches para mães empregadas domésticas e trabalhadoras.	Direitos trabalhistas	Não
“mais uma vez: CRECHE!”	Nº 6 – agosto/setembro 1977	p. 11	Não	1	Ausência de creches para as mulheres trabalhadoras e de políticas de assistência para mães. Exigência de políticas da Prefeitura de São Paulo para que se responsabilize pelas más condições	Direitos trabalhistas	Não
“Pílulas para milhões”	Nº 6 – agosto/setembro 1977	p. 12	Não	½	CPI instaurada sobre o Benfam.	Saúde da mulher	Não
“Rumo ao planejamento familiar”	Nº 6 – agosto/setembro 1977	p. 12	Não	½	Programa Materno-Infantil de prevenção a gravidez de risco. Questionamento sobre as reais funções do projeto e controle de natalidade governamental sem autorização.	Saúde da mulher	Não
“Abrindo caminho”	Nº 7 – março de 1978	p. 4 e 5	Não	2	Registro de grupos feministas e femininos organizados que se preocupam em fomentar a luta pela democracia e pelos direitos das mulheres.	Direitos civis	Não

Quadro 3 - Mulherio

(continua)

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Domésticas: as máquinas que servem o lar”	Nº 0 – março/abril de 1981	p. 2	Sônia Pilla	3 colunas de 1/2 página	Cobertura do 4º congresso nacional de empregadas domésticas. Reivindicação de direitos trabalhistas. Destaque para a situação de menores de idade que exercem o emprego doméstico e a organização das trabalhadoras.	Direitos trabalhistas	Não
“Um congresso saudável”	Nº 2 – julho/agosto de 1981	p. 8	Carmen Barroso	1, uma foto	Cobertura sobre o III Congresso Internacional sobre Mulher e Saúde, em Genebra. Debates envolvendo a saúde das mulheres em realidades de diferentes países, incluindo o Brasil	Saúde da Mulher	Não
“Amamentar: um gesto que não depende só da vontade materna”	Nº 2 – julho/agosto de 1981	p. 9	Inês Castilho	1, uma foto	Políticas de incentivo ao aleitamento materno. Dados e críticas a indústria dos leites artificiais e as propagandas veiculadas por ela. A ausência de apoio para que mães em diferentes realidades possam realizar a amamentação natural de forma adequada.	Saúde da mulher	Não
“Licença-maternidade Por que não estender para os pais?”	Nº 3 – setembro/outubro de 1981	p. 6	Não	1/2	Mudanças nas leis trabalhistas com relação a licença maternidade e paternidade	Direitos trabalhistas	Não
“E a democracia doméstica, como vai?”	Nº 3 – setembro/outubro de 1981	p. 7	Não	1, uma ilustração	Projeto de lei para eliminação de artigos discriminatórios do código civil e maior democracia nos ambientes domésticos, eliminando a condição de	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					subalternidade da mulher.		
“O longo caminho da participação política”	Nº 3 – setembro/outubro de 1981	p. 12	Célia Chaim	1, em paisagem, 7 fotos	Debate sobre a participação política das mulheres nos ambientes de debate e maior representatividade	Direitos civis	Sim
“A lei ignora a realidade”	Nº 4 – novembro/dezembro de 1981	p. 4	Maria Carneiro da Cunha	1, em paisagem, 1 ilustração	Análise de caso de pedido judicial para realização de um aborto em uma gravidez decorrente de um estupro. Debate sobre a legalização do aborto	Saúde da mulher	Não
“Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”	Nº 4 – novembro/dezembro de 1981	p. 13	Não	1, 1 foto e 1 box	Relatos sobre a ausência de creches para as trabalhadoras rurais e da indústria.	Direitos trabalhistas	Sim
“A lei existe. Mas, ora, a lei.”	Nº 4 – novembro/dezembro de 1981	p. 12	Não	1/2	Ausência de cumprimento da lei que determina que a empresa que mantém a partir de 30 mulheres é obrigada a possuir uma creche ou ter convênio com creches externas, as falhas, as dificuldades das trabalhadoras e a ausência de penalidades pelo não cumprimento da legislação.	Direitos trabalhistas	Sim
“Uma solução comunitária a partir da estaca zero”	Nº 4 – novembro/dezembro de 1981	p. 14	Não	1, duas fotos	Caso de uma creche comunitária criada pelos moradores de um bairro. Demanda de políticas de creches para mães trabalhadoras.	Direitos trabalhistas	Sim
“O novo Código, já no Congresso”	Nº 5 – janeiro/fevereiro de 1982	p. 8	Não	1/2	Entrega do esboço do Estatuto Civil da Mulher ao poder legislativo com o objetivo de implementar ações que promovam a igualdade entre os gêneros.	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“A discriminação no banco dos réus”	Nº 5 – janeiro/fevereiro de 1982	p. 9	Não	1, uma foto	Instituição do tribunal Bertha Lutz, com o objetivo de “acolher denúncias, depoimentos, casos, em que a discriminação contra a mulher se confirme”.	Direitos Cívicos	Não
“Um debate que se amplia”	Nº 6 – março/abril de 1982	p. 5	Não	1, 3 ilustrações	Curso sobre sexualidade e saúde organizado pela Fundação Carlos Chagas, aberto a comunidade	Saúde da mulher	Não
“Nem santa, nem babá”	Nº 6 – março/abril de 1982	p. 6	Cristina Bruschini	1, 1 foto	A profissão de professora associada as funções femininas de maternidade e a desvalorização econômica desse trabalho.	Direitos trabalhistas	Não
“O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?”	Nº 7 – maio/junho de 1982	p. 4 e 5	Maria Otília Bochini	2, 3 ilustrações	Jornada dupla de trabalho das mulheres brasileiras, direitos trabalhistas, diferenças salariais e discriminação no mercado de trabalho.	Direitos trabalhistas	Sim
“Neste tribunal o réu é a discriminação”	Nº 7 – maio/junho de 1982	p. 6	Leda Cristina Orosco	1 coluna	Tribunal Bertha Lutz – fórum permanente de denúncias de discriminação contra mulheres no âmbito do trabalho	Direitos trabalhistas	Sim
“E o prazer de falar de prazer?”	Nº 7 – maio/junho de 1982	p. 21	Cecília Simonetti	1/2, uma foto	Produção e lançamento do folheto “Prazer é revolucionário”, do grupo Sexualidade e Política de São Paulo, material que trata de temáticas voltadas a sexualidade e saúde.	Saúde da Mulher	Não
“Olha a discriminação! Fora da política dos ‘grandes’”	Nº 7 – maio/junho de 1982	p. 22	Irede Cardoso	Duas colunas em ½ página	Crítica a exclusão política sofrida pelas mulheres no discurso dos candidatos ao governo de São Paulo em debate político	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Profesoras perdem estabilidade”	Nº 7 – maio/junho de 1982	p. 22	Não	½ coluna	Perda de direito a não demissão durante gravidez para professoras de 1º e 2º grau no estado de São Paulo	Direitos trabalhistas	Não
“Inovando na forma e na força”	Nº 8 – julho/agosto de 1982	p. 4 e 5	Adélia Borges	2, 1 foto, 3 ilustrações pequenas	Cobertura do Tribunal Bertha Lutz, organizado por diversos grupos feministas de São Paulo, julgamento de crimes cometidos contra os direitos humanos, com enfoque na discriminação sofrida pelas mulheres no trabalho	Direitos trabalhistas	Não
“As candidatas”	Nº 8 – julho/agosto de 1982	p. 8 a 13	Não	5, 6 fotos, 2 charges, 8 ilustrações pequenas, 6 olhos	Dividida em partes: 1ª “A busca da forma feminina de fazer política” - Entrevista com candidatas ao cargo de deputadas estaduais e federais no Rio de Janeiro, debate sobre a participação feminina na política. 2ª “Tentando participar da gestão do poder” – Dados sobre as candidatas do estado de São Paulo, entrevista com 3 delas, questões sobre o feminismo na política e plataformas de campanha. 3ª “Nos estados, tema é incorporado à campanha” – Pesquisa do jornal sobre a situação das campanhas eleitorais e a candidatura de mulheres, bem como a pauta feminista nas plataformas eleitorais, aparecem os estados de Goiás, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Piauí e Santa Catarina.	Direitos civis	Sim, chama no topo
“Repensando nossas	Nº 8 – julho/agosto	p. 14 a 16	Carmen Barroso e Wanda	2 e 1 coluna, 1 foto, 1	Planejamento familiar, campanhas de esterilização, mudanças na	Saúde da mulher	Sim

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
propos- tas”	de 1982		Nes- tiehner	ilustra- ção, 4 olhos	dinâmica social, o entendimento do corpo feminino como patri- mônio social, liberda- de reprodutiva, méto- dos contraceptivos.		
“Cresce a campanha pela lega- lização do aborto”	Nº 8 – ju- lho/agosto de 1982	p. 16 e 17	Lúcia Araujo e Maria Carneiro da cunha	2 colu- nas de 1 página e ½ pági- na, 1 ilustra- ção	Debate sobre as de- mandas de legalização do aborto a partir da tese de Romi Medeiros da Fonseca, “Justiça Social e aborto”, na OAB	Saúde da mulher	Sim
“Maioria dos abor- tos são de casadas”	Nº 8 – ju- lho/agosto de 1982	p. 17	Não	1/2, uma ilustra- ção	Pesquisa econômica sobre as mulheres que dão entradas em hospi- tais em decorrência de sequelas de um aborto, dados apontam maior incidência entre as mulheres casadas	Saúde da mulher	Sim
“Política feminina”	Nº 9 – setem- bro/outub- ro de 1982	p. 4 a 9	Wanda Nes- tlehner e Juca Mar- tins	6, 12 fotos, 6 olhos	Participação política das mulheres nas elei- ções de 1982, depoi- mentos de mulheres e homens eleitores, en- trevistas com candida- tas, relacionamento entre eleitores e eleito- ras e a escolha de can- didatos e candidatas. Pautas feministas nas plataformas de camp- anha	Direitos civis	Sim
“Extra, extra: cadeias ficarão superlota- das”	Nº 9 – setem- bro/outub- ro de 1982	p. 20	Não	2 colu- nas em 1 pági- na, 1 ilustra- ção	Projeto de lei que pre- tende considerar crime a discriminação moti- vada por preconceito de gênero	Direitos civis	Não
“Repousa, leoa”	Nº 10 – novem- bro/deze- mbro de 1982	p. 6	Wanda Nes- tlehner	1, 1 charge	Debate sobre projeto de lei que discute apo- sentaria para dona de casa, contraste entre o reconhecimento da função como um traba- lho ou de institucion- alização de tarefas que deveriam ser divididas.	Direitos trabalhistas	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Um lugar no governo”	Nº 10 – novembro/dezembro de 1982	p. 8	Não	2, 5 olhos e 4 fotos	Relacionamento entre o movimento feminista e o governo que assume após as eleições de 1982. Representação de demandas internas dentro do âmbito político	Direitos civis	Não
“Antes tarde do que nunca”	Nº 10 – novembro/dezembro de 1982	p. 18	Não	1/2, uma ilustração	Alterações no Código Civil com o objetivo de torná-lo mais igualitário entre os gêneros, especialmente na sociedade conjugal, extinguindo a chefia masculina pré-determinada	Direitos civis	Não
“O que ganhamos, o que perdemos”	Nº 11 – janeiro/fevereiro de 1983	p. 4 e 5	Hermínia Brandão	2, 2 ilustrações	Representatividade política a partir das mulheres eleitas em 1982. Pautas e demandas feministas inseridas nas plataformas de campanha e a relação do movimento com a política parlamentar.	Direitos civis	Sim, chamada
“Solução miserável para um país pobre”	Nº 11 – janeiro/fevereiro de 1983	p. 6	Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges	1, 1 foto e 1 ilustração	O estabelecimento de mães-crecheiras, ou creches em lares, onde uma mulher fica responsável por aprox. 6 crianças e recebe doações das mães dos menores. A institucionalização desta forma de paliativa de resolver o problema da falta de creches por parte de diversos órgãos governamentais. O problema de não reconhecimento empregatício das mulheres que trabalham nesta modalidade.	Direitos trabalhistas	Não
“O que dá para mudar já”	Nº 11 – janeiro/fevereiro de 1983	p. 7	Adélia Borges	1, 2 ilustrações	Documento feito em Goiás pelo grupo feminista Eva de Novo traz um roteiro de propostas concretas que podem ser adotadas pelos governos estaduais em favor da melho-	Direitos trabalhistas	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					ria da condição da mulher em diferentes níveis como educação, saúde e trabalho.		
“O bom leite da mamãe”	Nº 11 – janeiro/fevereiro de 1983	p. 19	Marina Réa	1/2, 3 colunas, 1 ilustração	Propagandas televisivas do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, do Ministério da Saúde e UNICEF, mudança do discurso paternalista e culpabilizante para incentivo e apoio. Incentivo a criação de grupos de mães de apoio ao aleitamento, também atividades do programa.	Saúde da mulher	Não
“Solteira, sim. Casada, não”	Nº 12 – março/abril de 1983	p. 3	Valdeci Verdelho	1, 1 ilustração	Discriminação sofrida pelas mulheres casadas na indústria. Violações da CLT.	Direitos trabalhistas	Não
“Agora nós vamos apelar!”	Nº 12 – março/abril de 1983	p. 22	Adélia Borges	2 colunas de 1 página, 1 ilustração	Aberta de precedente para o caso da empresa que descumprir a norma de creche, devendo pagar indenização a empregada.	Direitos trabalhistas	Não
“Entre sem bater. É a Casa da Mulher”	Nº 13 – maio/junho de 1983	p. 6	Malu Mendes Furia	1, 1 foto	Serviços disponíveis na Casa da Mulher de São Paulo, assistência a assuntos voltados para saúde e sexualidade feminina e masculina.	Saúde da Mulher	Não
“Congresso discutirá o aborto”	Nº 13 – maio/junho de 1983	p. 8	Não	1, 1 foto	Projeto de ampliação para as possibilidades de realização legal de aborto, procurando diminuir a penalização.	Saúde da mulher	Não
“Primavera, início de ação conjunta”	Nº 13 – maio/junho de 1983	p. 9 e 10	Não	1 e 2 colunas	Marcado dia 22 de setembro como Dia Nacional pelo Direito ao Aborto. Movimentações e manifestos pelo país. Crítica as políticas governamen-	Saúde da mulher	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					tais antinatalistas. Planejamento familiar.		
“Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no Poder”	Nº 13 – maio/junho de 1983	p. 12 e 13 (jornal)	Inês Castilho	1 e 1 coluna, 1 charge	Criação do Conselho da Condição Feminina – órgão ligado ao Estado que tem por objetivo combater a discriminação contra a mulher.	Direitos civis	Sim
“Queremos assumir a pobreza, a morenitude, a feminilidade”	Nº 13 – maio/junho de 1983	p. 13 e 14	Solange Padilha	2, 2 ilustrações	Entrevista com o vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro. Debate sobre as demandas femininas e participação das mulheres no governo.	Direitos civis	Não
“Planejamento familiar”	Nº 14 – julho/agosto de 1983	p. 3 e 4	Carmen Barroso	2, 2 ilustrações	Depoimento de Carmen Barroso na CPI do Senado sobre os programas de planejamento familiar. Debate sobre aspectos da contracepção, dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras, esterilização massiva e acesso a informação sobre contracepção.	Saúde da mulher	Não
“Propostas feministas”	Nº 14 – julho/agosto de 1983	p. 5	Inês Castilho	1, 3 ilustrações	Envio de propostas e demandas de grupos feministas para as instâncias governamentais e as primeiras ações do Conselho da Condição Feminina do Estado de São Paulo	Direitos civis	Não
“Aborto”	Nº 15 – setembro/outubro de 1983	p. 3 e 4	Inês Castilho	1 e 1 coluna (box), 1 foto	Debates sobre a descriminalização do aborto, questões morais e tensões envolvendo a progressão de leis que amparem a temática como de saúde pública.	Saúde da mulher	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Direitos, já. Como as diretas.”	Nº 16 – maio/junho de 1984	p. 4 e 5	Ethel Leon	2, 4 fotos	Participação feminina das manifestações públicas pelas diretas e por outros direitos civis.	Direitos civis	Sim, foto
“Aborto”	Nº 16 – maio/junho de 1984	p. 7	Fúlvia Rosemberg	1 lauda, 1 ilustração	Debates e repercussões em torno do projeto de lei que prevê o aumento de possibilidades para a realização de abortos de forma legal.	Saúde da mulher	Não
“Vidas sem saída”	Nº 16 – maio/junho de 1984	p. 12 e 13 (casada, jornal)	Inês Castilho	1, 13 fotos	Mulheres internadas em hospício. Tratamento da saúde mental feminina como forma de repressão e violência de gênero.	Saúde da mulher	Sim, chamada
“O plano de saúde do Ministério”	Nº 16 – maio/junho de 1984	p. 19	Inês Castilho	1 coluna,	Implementado em Goiânia, como projeto piloto, o Plano de Atendimento Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde. Planejamento familiar.	Saúde da mulher	Não
“Contraceção: o drama nosso de cada dia”	Nº 17 – julho/agosto de 1984	p. 6	Ethel Leon	1/2 e 1 coluna, uma ilustração	Lançamento do Programa de Assistência Integral a Mulher, PAISM – interpretado como controladorismo disfarçado do FMI	Saúde da mulher	Não
“Maternidade, um fato político”	Nº 17 – julho/agosto de 1984	p. 6	F.I.	1/2	Proposta oriunda do Estado Maior das Forças Armadas de criação de um Conselho Nacional de Planejamento Familiar com o objetivo de reduzir a natalidade no país e, conseqüentemente, a pobreza. Políticas de esterilização para controle de natalidade.	Saúde da mulher	Não
“Trabalho noturno Agora pode...”	Nº 17 – julho/agosto de 1984	p. 7	Marise Egger	1, uma foto	Aprovação da lei que permite que mulheres trabalhem no período noturno. Debates sobre como esta aprovação não defende os interesses das trabalhadoras e reforça discriminações.	Direitos trabalhistas	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Secundaristas discutem sexualidade”	Nº 18 – setembro/outubro de 1984	p. 14	Ivany Buzzo	1/2, uma foto	Debate sobre sexualidade organizado pelas estudantes secundaristas de São Paulo organiza demandas de políticas públicas para saúde feminina nas escolas.	Saúde da mulher	Não
“O corpo é nosso... eles não acham”	Nº 18 – setembro/outubro de 1984	p. 16	Ethel Leon	1, uma foto	Cobertura sobre a IV Conferência Internacional sobre Mulher e Saúde e o Tribunal sobre Direitos Reprodutivos. Críticas ao discurso do ministro da saúde que defendeu políticas públicas quando o Brasil se encontrava em situação nociva a saúde feminina e com fortes campanhas de esterilização.	Saúde da mulher	Não
“Códigos”	Nº 19 – novembro/dezembro 1984	p. 8	Ethel Leon	1, duas ilustrações	Mudanças no código civil fazem com que o marido deixe de ser o chefe da sociedade conjugal. Já o código penal passa a utilizar o termo “ingênua” para categorizar mulheres e influenciar em decisões judiciais com relação a crimes como estupro e sedução.	Direitos civis	Não
“A invasão das bruxas”	Nº 19 – novembro/dezembro 1984	p. 15	Cecilia Simonetti	1, duas fotos	Resgate de saberes populares e alternativos para saúde da mulher. Experiências realizadas em diferentes locais da rede pública de saúde. Elaboração da Carta de Itapicirica, na qual há a reivindicação da participação de mulheres na elaboração e fiscalização de programas governamentais destinados a saúde feminina e de outro documento em favor da	Saúde da mulher	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					legalização do aborto.		
“Ainda na base da pirâmide”	Nº 21 – maio/junho de 1985	p. 21	Thereza Martinz	1, uma foto e um gráfico	Disparidades salariais entre homens e mulheres. Inserção no mercado e reivindicações de melhores condições de trabalho.	Direitos trabalhistas	Não
“Domésticas, tentando sair da cozinha”	Nº 21 – maio/junho de 1985	p. 22	Não	1/2, um gráfico	Reivindicações de espaços políticos em vista da ausência de conquistas para a categoria das domésticas.	Direitos trabalhistas	Não
“O drama da terra no feminino”	Nº 24 – janeiro/fevereiro de 1986	p. 6	Maristela Mafei	2 e 1/2, três fotos	Direito das trabalhadoras rurais a sindicalização e mobilizações.	Direitos trabalhistas	Não
“Aborto: alto risco na constituinte”	Nº 24 – janeiro/fevereiro de 1986	p. 16	(E.L.)	1 e 1/2	Reivindicação e luta pela inclusão do direito ao aborto na elaboração da nova constituição. Debates sobre o pertencimento da questão a alteração do código penal ou de inclusão no texto constitucional.	Saúde da mulher	Não
“Profissão: Agricultora As “Catarina” saem na frente”	Nº 25 – março/agosto de 1986	p. 9	Maristela Mafei	1, uma foto	Reivindicações das mulheres agricultoras de Santa Catarina junto ao Ministério da Agricultura para que recebam direitos trabalhistas igualitários aos dos homens e que sua profissão seja reconhecida.	Direitos trabalhistas	Não
“A nova constituição em gestação”	Nº 25 – março/agosto de 1986	p. 14	Inês Castilho com a colaboração de Ana Matilde de Mesquita Sampaio, Maria	3, nove fotografias	Participação organizada das mulheres na assembleia constituinte, a importância e a influência de grupos feministas em reivindicações e entrega de demandas selecionadas por ativistas em todo o	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
			Lúcia de Barros Mott e Pérola Paes		país		
“O chá que a gente toma”	Nº 26 – setembro/novembro de 1986	p. 10	Sueli Correia	1, duas fotos	Denúncia de trabalho análogo à escravidão realizado pelas mulheres e crianças que trabalham nos chazais do Vale do Ribeira. Organização sindical para requerimento de direitos trabalhistas e melhora na qualidade de vida.	Direitos trabalhistas	Não
“Organização das mulheres rurais sai fortalecida do I Encontro Nacional”	Nº 27 – dezembro/fevereiro de 1987	p. 9	Verônica Silveira	2, duas fotos	Cobertura sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Rurais. Criação da Comissão Nacional de Mulheres Rurais. Participação sindicalista, organização de protestos e passeatas, bem como de reivindicações relacionadas a Assembleia Constituinte.	Direitos trabalhistas	Não
“A nova cara da constituinte”	Nº 27 – dezembro/fevereiro de 1987	p. 11	Norte: Ana Célia Ossame e Luiza Miranda Álvares Sul: Mariluz Costa, Solange Straube Stecz e Clitia Helena Martins Sudeste: Cristina Serra, Mira Correia, Denise Zandonade, Elaine Victor de Moraes,	7, 19 fotos, 6 tabelas com dados de cada região do país	Grande reportagem dividida pelas regiões brasileiras aponta as 26 mulheres de 559 participantes eleitos que compõem o corpo que elabora a Constituição de 1988.	Direitos civis	Sim

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
			Neide Dantas e Santamaria Silveira Centro- oeste: Maria Vitória, Marisa Rezende e Verônica Silveira Nordeste: Elizabeth Bittencourt Produção: Maria Lúcia de Barros Mott Texto final: Santamaria Silveira				
“Controle de natalidade: a polêmica continua”	Nº 28 – março/abril de 1987	p. 8	Leila Villas	1, duas fotos	Debates sobre a política de controle de natalidade no país a partir do processo de redemocratização. Críticas quanto a instituição de planejamento ou de controle de natalidade. Permanência do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) ou estabelecimento de controle de “metas ideias” de população no país	Saúde da Mulher	Sim
“Constituinte, em compasso de espera”	Nº 28 – março/abril de 1987	p. 11	(S.S.)	1, uma foto e uma ilustração	Saída de Bete Mendes do corpo elaborador da nova constituição e entrada de Benedita da Silva, Bené (PT-RJ). Avanços e entraves da participação e demanda das mulheres na Assembleia.	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Inseminação artificial no Brasil: assunto estéril”	Nº 29 – maio/junho de 1987	p. 7	Lia Carneiro	1, uma ilustração	Crítica a ausência de legislações nacionais que garantam os direitos das mulheres em casos de inseminação artificial e aluguel de útero.	Saúde da mulher	Não
“A constituinte é das mulheres”	Nº 29 – maio/junho de 1987	p. 17	Sem autoria	1, uma foto, um box	Entrega da “Carta das Mulheres”, documento elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) aos parlamentares responsáveis pela elaboração da nova Constituição,	Direitos civis	Sim
“Aborto: momento de decisão”	Nº 30 – julho de 1987	p. 5	Santamaria Silveira	1, uma foto e uma ilustração	Ausência de avanços com relação a luta pela legalização do aborto e o risco de retrocesso das leis envolvendo a temática durante a elaboração da nova constituição.	Saúde da mulher	Sim
“Campanha pelo aborto terapêutico”	Nº 30 – julho de 1987	p. 7	Laurimar Coelho	1, uma ilustração	Grupo de médicos geneticistas em São Paulo realiza campanha pela descriminalização do aborto terapêutico, em casos onde o fato apresente doenças genéticas incuráveis e graves. Produção de abaixo assinado, posteriormente transformado em moção, e encaminhamento para o congresso.	Saúde da mulher	Sim
“Sete anos de reivindicações”	Nº 31 – agosto de 1987	p. 19	Laurimar Coelho	1, uma foto	Os trabalhos realizados pela Rede Mulher no Brasil e em outros países e sua participação como agente organizador de demandas a serem levadas para a Assembleia Constituinte. Realização de abaixo-assinado e apresentação de proposta de emenda à Constituição pelos direitos das mulheres.	Direitos civis	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
“Organi- zação contra velhos precon- ceitos”	Nº 32 – setembro de 1987	p. 10	Lia Car- neiro	1, uma ilustra- ção	Discriminações sofri- das por mulheres que trabalham como secre- tárias. Busca por uma organização da classe, regulamentação da profissão	Direitos trabalhistas	Não
“Trabalho feminino em dis- cussão”	Nº 32 – setembro de 1987	p. 12	Santama- ria Silvei- ra	2, duas fotos e uma monta- gem de 12 fotos	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organiza debates regi- onais antes do encon- tro nacional sobre a mulher e a legislação trabalhista. Discussão de alterações na CLT como o debate envol- vendo a ampliação do trabalho noturno, li- cenças pós aborto, creches e aposentado- ria. Cobertura sobre a primeira mesa de de- bates da I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Con- tra a Discriminação à Mulher e elaboração de documento oficial contendo dados sobre a população feminina brasileira.	Direitos trabalhistas	Não
“Encontro nacional contra a discrimi- nação”	Nº 33 – outubro de 1987	p. 6	Laurimar Coelho	1, três fotos	Cobertura da 1ª Jorna- da do Comitê das Na- ções Unidas Contra a Discriminação à Mu- lher (Cedaw) em Bra- sília e São Paulo. Rei- vindicação do cum- primento da Proclama- ção Universal dos Direitos da Mulher instituída pela ONU e ratificada pelo Brasil.	Direitos civis	Não
“Resulta- do imedi- ato: um comitê de fiscaliza- ção”	Nº 33 – outubro de 1987	p. 7	Não	1, três fotos	Resultado direto da Jornada do Comitê das Nações Unidas Con- tra a Discriminação à Mulher (Cedaw) foi a criação do Comitê Interno de Fiscalização e Divulgação da Con- venção, responsável	Saúde da mulher	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					por monitorar os dados da saúde e da segurança da população feminina brasileira.		
“Visão integral do corpo”	Nº 33 – outubro de 1987	p. 16	Paula Mageste	1, uma foto	O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, composto por oito mulheres, mantém um ambulatório para atendimentos ginecológicos em Pinheiros, São Paulo. A proposta do coletivo é proporcionar as pacientes mais autonomia sobre seu próprio corpo e democratizar o conhecimento ginecológico.	Saúde da mulher	Não
“Pró-mulher: feminismo na comunidade”	Nº 34 – novembro de 1987	p. 19	Paula Mageste	1, uma ilustração	Pró-mulher, também conhecido como Casa da Mulher de São Paulo, localizado no bairro do Bixiga é um projeto que atende mulheres nas áreas jurídica, social, médica e psicológica. Procura novos financiamentos para conseguir elaborar novos projetos.	Saúde da mulher	Não
“SOS – Corpo: o trabalho didático de ensinar feminismo e saúde”	Nº 35 – dezembro de 1987	p. 20	Paula Mageste	1, uma foto	SOS – Corpo, grupo localizado em Recife, discute questões envolvendo a sexualidade e a saúde feminina. Produz, pesquisa e faz a documentação de materiais didáticos, assim como realiza o trabalho de conscientizar profissionais da área da saúde e mulheres, especialmente periféricas, sobre o corpo feminino e seu bem-estar. Assessorou o Ministério da Saúde durante a implementação do Plano de Assistência Integral a Saúde	Saúde da mulher	Não

Título	Edição	Sessão/ página	Autora	Páginas	Descrição do texto	Categoria	Capa
					da Mulher (Paism), embora não tenha conseguido financiamento do Estado para seu funcionamento.		
“União de mulheres: seis anos de trabalho voluntário”	Nº 36 – janeiro de 1988	p. 20	Laurimar Coelho	1, uma ilustração	Grupo União de Mulheres em São Paulo promove encontros em comunidades periféricas da cidade com o objetivo de conscientizar mulheres sobre aspectos do movimento feminista, autonomia, saúde e política com o intuito de fazer com que se empoderem enquanto cidadãs. O projeto recebe doações das associadas e uma pequena porcentagem de repasse da prefeitura.	Direitos civis	Não
“Casa da Mulher Baiana, volta por cima”	Nº 38 – março de 1988	p. 20	Laurimar Coelho	1, uma ilustração	A Casa da Mulher Baiana tem como principal objetivo colaborar para a organização do movimento de mulheres e para o surgimento de novos grupos feministas, além de prover assistência jurídica, psicológica, promover orientação sobre saúde e planejamento familiar, mercado de trabalho, direitos trabalhistas, educação, previdência social, etc, através de seminários, cursos, palestras e materiais didáticos. A entidade paralisou suas atividades em 1984 por problemas financeiros e retomou posteriormente. Recebeu repasse do Estado e dialoga com o Conselho Estadual da Mulher, em Salvador.	Direitos civis	Não

APÊNDICE C – QUADROS COM TRECHOS DAS REPORTAGENS SELECIONADAS PARA ANÁLISE EM PROFUNDIDADE

Neste apêndice encontram-se os quadros produzidos para concentrar os trechos retirados de forma integral das reportagens selecionadas para análise em profundidade. Cada quadro corresponde a uma reportagem e divide os trechos nas mesmas três unidades: fontes, apuração e linha editorial.

Categoria Saúde da Mulher

Quadro 1. “*Aborto: alto risco na Constituinte*”, *Mulherio*, Nº 24, janeiro/fevereiro de 1986.

Unidades de análise	“ <i>Aborto: alto risco na Constituinte</i> ”
Fontes	<p>Trecho 1. "Mas é preciso mexer sim, afirma Rachel Gutiérrez, autora de O Feminismo é um Humanismo, se não tratarmos da questão do aborto nesse período, quando é que vamos tratar? Nunca? De todo jeito acho que é precipitado falar em legalização do aborto. Devemos garantir na Constituição que ele seja despenalizado";</p> <p>Trecho 2. "Não se deve nem levantar a lebre do aborto na Constituição - rebate Florisa Verucci, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada a partir da iniciativa do Presidente Sarney. Acontece que no Brasil ainda não há condições de legalizar o aborto. Esta é uma luta nossa para muito tempo";</p> <p>Trecho 3. "Já o autor do projeto de lei nº 5.456 de 1985 que dispõe sobre a não punição de aborto praticado por médico com o consentimento da gestante, na Câmara dos Deputados, José Genoíno Neto (PT-SP) acredita que "se não for enfrentado o debate político sobre o aborto no momento da Constituinte, ou seja, um momento de ampla discussão nacional de todos os temas, não se abrirá, sequer, a possibilidade de alterar o Código Penal";</p>
Apuração	Trecho 4. "[...] o aborto hoje é matéria do Código Penal. Nada existe na Constituição brasileira que recrimine sua prática. Ou seja, bastaria mexer no Código Penal para legalizar o aborto, se mexer numa só linha da atual Constituição";
Linha editorial	<p>Trecho 5. "Reconhecidas as dificuldades de acesso à contracepção e sua falibilidade, considera-se o aborto um mal necessário para interromper gravidez não desejada. Uma questão de saúde, uma vez que o objetivo de legalizar a prática do aborto não se desvincula de uma política global de direitos reprodutivos, onde o que se quer é exatamente reduzir o número de abortos praticados";</p> <p>Trecho 6. "Fechando os olhos ao número escandaloso de sequelas e mesmo morte por abortos praticados na ilegalidade, forças de direita em geral (mas também de esquerda) e sobretudo a Igreja Católica vêm promovendo uma campanha contrária à legalização do aborto ou mesmo à regulamentação dos casos permitidos por lei (estupro e perigo de vida para mãe)".</p>

Quadro 2. “*No Brasil o aborto é proibido. Mas acontece*”, *Brasil Mulher*, Nº 13, julho de 1978.

Unidades de análise	“ <i>No Brasil o aborto é proibido. Mas acontece</i> ”
Fontes	Trecho 1. "De acordo com o ex-ministro e ex-governador de Minas Gerais Clóvis Salgado, foram feitos 1,5 milhão de abortos no Brasil só em 1976";

Apuração	<p>Trecho 2. "A falta de informação sobre os métodos anticoncepcionais mais seguros e eficazes é um fator importante sobre os números de abortos provocados, segundo foi comprovado por uma pesquisa realizada nos centros de saúde da periferia de Osasco envolvendo 124 mulheres. Mais de 10% por cento das entrevistadas praticam o aborto como forma de interromper a gravidez não desejada";</p> <p>Trecho 3. "25% dos leitos de toda rede hospitalar são ocupados com casos de abortos em que houve complicações. Para cada 100 crianças concebidas, 40 deixam de nascer; a cada 10 minutos, 29 abortos são praticados; de cada 100 mulheres que abortam, 56 são casadas, 41 solteiras e o restante, desquitadas e viúvas. 80 delas sofreram sérias consequências físicas que resultaram na morte de pelo menos 20";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 4. "[...] a prática ilegal e muitas vezes criminosa do aborto continua a ser em nosso país uma indústria muito lucrativa, ocorrendo casos em que os próprios hospitais aumentam sua rentabilidade através dessas "cirurgias", embora não seja possível provar isso, pois, oficialmente, outros diagnósticos são fornecidos";</p> <p>Trecho 5. "Na verdade, o problema está diretamente ligado às péssimas condições de vida da mulher trabalhadora brasileira, ou seja, não lhe é dado o direito de optar entre ter ou não filhos, por ela sabe que na maioria das vezes é rejeitada num emprego pelo fato de ser mãe ou estar grávida";</p> <p>Trecho 6. "[...] verificou-se o aumento dramático na ocupação de leitos hospitalares por abortamento, em 1974, em todo o Brasil, quando uma portaria do Ministério da Saúde tornou obrigatória a apresentação de receita médica para a venda de anticoncepcionais, ou seja, é a prática de uma medicina elitista, pois apenas uma reduzida camada social das mulheres pode se submeter regularmente aos exames ginecológicos".</p>

Quadro 3. "Cresce a campanha pela legalização do aborto", *Mulherio*, Nº 8, julho/agosto de 1982.

Unidades de análise	<i>"Cresce a campanha pela legalização do aborto"</i>
Fontes	<p>Trecho 1. "O adiantamento da votação na plenária não fechou a discussão sobre a despenalização do aborto dentro da OAB" diz a advogada carioca Leonor Paiva. "Ao contrário, agora as seccionais devem discutir a questão. E é bom lembrar que em conferências passadas foi exatamente isso que ocorreu com a discussão sobre o divórcio. Por isso, nós consideramos que o que aconteceu na Conferência foi um avanço na luta pela legalização do aborto";</p> <p>Trecho 2. "E exatamente aí reside o motivo para tanta animosidade na reação de alguns juristas, segundo a advogada criminalista Zulaiê Cobra Ribeiro, de São Paulo, que também participou da Conferência. Ela diz: "Enquanto se discutiam teses sobre Lei de Segurança Nacional, Constituinte, justiça agrária, direitos trabalhistas, havia consenso. Mas quando chega a hora de falar em igualdade legal entre os sexos, um tema de grande ressonância política, econômica e social, a conversa muda de tom e se fala de proteção à vida do feto, mas não se leva em conta as milhares de mulheres que morrem ou ficam mutiladas em consequência do aborto clandestino que vem ocorrendo em larga escala";</p>
Apuração	<p>Trecho 3. "No II Congresso Médico da Faculdade Santo Amaro, em São Paulo, cerca de 80% dos estudantes presentes manifestaram-se favoráveis à legalização. No Rio, participantes de vários grupos feministas realizam constantes panfletagens em feiras livres e encontram grande receptividade";</p>

	Trecho 4. "Todas as teses são inicialmente discutidas em comissões e, somente em caso de aprovação nesta instância, são levadas à plenária final, onde só têm direito a voto os presidentes das seccionais da OAB. Na comissão, inscreveu-se um número enorme de oradores (36), e a tese foi finalmente aprovada por larga maioria";
Linha editorial	<p>Trecho 5. "Os partidos são instados a tomarem posição diante do problema e, embora nenhum vença a barreira da timidez para deixar claro ao eleitorado o que pretende fazer pela causa, alguns já demonstram maior preocupação e consciência em relação ao tema";</p> <p>Trecho 6. "A tese de Romi, preparada com o auxílio de feministas cariocas, desbaratou os limites do previsível dentro da Conferência por concluir, depois do exame de todas as questões médicas, morais, legais e históricas, que a descriminalização do aborto é uma necessidade premente para a proteção dos direitos e da vida da mulher".</p>

Quadro 4. "Pílulas para milhões", *Nós Mulheres*, Nº 6 agosto/setembro de 1977.

Unidades de análise	"Pílulas para milhões"
Fontes	<p>Trecho 1. "Hoje, o Bemfam possui 75 clínicas espalhadas pelo País e mantém convênios com Secretarias de Saúde e programas próprios em 12 Estados. Segundo o porta-voz oficial da entidade, Márcio Ruiz Schiavo, atende anualmente cerca de 300 mil mulheres"</p> <p>Trecho 2. "[...] os países poderosos visam o lucro que o comércio de pílulas anticoncepcionais traz. Segundo Ricardo Tavares, demógrafo do Instituto de Medicina da Universidade do Rio, o Brasil representa um bom mercado: <<tem 100 milhões de habitantes, dos quais 50 milhões são mulheres e, entre elas, 25 milhões em idade fértil"</p> <p>Trecho 3. "[...] conforme denúncia feita pelo Jornal do Brasil (1/6/77): A Bemfam está distribuindo anticoncepcionais da marca Anacyclin, proibido nos Estados Unidos (...). A secretária da Bemfam (...) confirmou que há três anos a Bemfam desta capital (Curitiba) não oferece os serviços de assistência social ou orientação, pois simplesmente não temos".</p>
Apuração	<p>Trecho 4. "Um programa com base na pílula anticoncepcional, que é fabricada por indústrias estrangeiras, representaria um faturamento bruto de Cr\$ 250 milhões a Cr\$ 300 milhões. Ou seja, o salário mínimo somado de 300 mil pessoas, uma população equivalente à de uma cidade do porte de Santo André"</p> <p>Trecho 5. "Sabe-se também, através de técnicos do Ministério da Saúde, que em 1972 a Bemfam colocou indiscriminadamente DIUs em mulheres nordestinas sem o conhecimento delas"</p>
Linha editorial	<p>Trecho 6. "Desde 1965, embora não houvesse um programa oficial definido, a Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar (Bemfan) vem desenvolvendo uma política de controle de natalidade, limitando-se, na prática, a distribuir, sem nenhuma orientação, milhões de pílulas anticoncepcionais"</p> <p>Trecho 7. "O que leva os países ricos a financiarem tão <<generosamente>> uma política de controle de natalidade? Porque estes países se interessam em que as famílias no Brasil (não só aqui, mas também em outros países subdesenvolvidos) tenham poucos filhos?"</p> <p>Trecho 8. "Em 1968 uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou denúncias segundo as quais a Bemfam teria esterilizado três mil mulheres na</p>

	<p>região da estrada Belém-Brasília e estaria distribuindo anticoncepcionais em massa. Mas, como acontece como toda CPI, nada ficou provado"</p> <p>Trecho 9. "Junto com os anticoncepcionais, as mulheres recebem um folheto que não traz uma única palavra sobre os perigos das pílulas. Em lugar disso, apenas recomendações que não merecem confiança"</p>
--	--

Quadro 5. “Pílulas... Ora Pílulas”, *Brasil Mulher*, Nº 1, dezembro de 1975.

Unidades de análise	“Pílulas... Ora Pílulas”
Fontes	<p>Trecho 1. "J. C.C. tem 24 anos e vive há dois anos com um viúvo que já tinha 4 filhos. Depois de casados ela teve um filho: Ai, eram 5 bocas para dar de comer";</p> <p>Trecho 2. "Do pequeno salário de seu marido (menos de mil cruzeiros), a distribuição feita já era rigorosa. Por isso, a única saída para a contenção dos gastos, vislumbrada por ela, era o controle de natalidade: "Tomei a pílula dois anos sem parar. Um médico lá do Benfam me fez um exame e disse que eu devia tomar Evamor";</p> <p>Trecho 3. “Uma universitária de 29 anos, casa há cinco, mãe de dois filhos (que não recorre à Benfam, embora ela exista na cidade com um posto central), apresenta seus motivos de consumidora: "Atualmente a gente é obrigada a controlar o número de filhos por falta de tempo, para dar-lhes melhor educação";</p>
Apuração	<p>Trecho 4. "Para o arcebispo, "A Benfam é um órgão nocivo à sociedade, principalmente pela maneira compulsória com que age em todos os municípios do Estado" ("O São Paulo" 8/ 14 de novembro de 1975)";</p> <p>Trecho 5. "Conclusão: "Entre o início do programa e o final de 1974, calcula-se que 45.000 mulheres receberam por um ciclo a pílula e, destas, 31.000 se tornaram consumidoras efetivas, ou seja: 12% das mulheres em idade fértil, do Estado do Rio Grande do Norte";</p> <p>Trecho 6. "Numa cidade do Sul do país, com 280 mil habitantes, as farmácias do "centro" vendem uma média diária de 25 envelopes de anticoncepcionais, cujos preços vão de 10 a 12 cruzeiros";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 7. "A visão "caseira" da mulher sobre a pílula e o controle de natalidade é sempre obscuro. Foi-lhe impingida a tarefa de entregar-se de corpo e alma aos laboratórios farmacêuticos, tarefa que lhe causa insegurança e cujas reais consequências ela desconhece".</p>

Quadro 6. “Rumo ao planejamento familiar”, *Nós Mulheres*, Nº 6, agosto/setembro de 1977.

Unidades de análise	“Rumo ao planejamento familiar”
Fontes	<p>Trecho 1. "Para o ministro da Saúde, Mário de Almeida Machado, este programa nada tem a ver com o controle da natalidade, mas objetiva salvar as mães doentes sem condições de ter filho";</p> <p>Trecho 2. "Segundo o secretário estadual da Saúde de São Paulo, Walter Leser, o programa que visa atender principalmente as famílias de baixa renda, prevê quatro itens: 1) assistência médica e sanitária à mãe, desde a gestação até o parto, e também ao recém-nascido e à criança; 2) educação da mãe no período pré-natal; 3) vacinação da gestante (especialmente contra o tétano) e da criança; 4) nutrição da gestante, da nutriz e da criança";</p>

Apuração	<p>Trecho 3. "Só depois de cumpridas essas quatro etapas, viria o planejamento familiar, que teria como base o princípio adotado pelo Brasil na Conferência sobre População, realizada em 1972, em Bucarest, Hungria: <<Todo casal tem o direito de escolher o número de filhos que deseja ter e de receber informações e meios cientificamente corretos para evitar uma gravidez não desejada";</p> <p>Trecho 4. "Recentemente, a Organização Mundial da Saúde declarou que a tendência é procurar um substitutivo para a pílula anticoncepcional, levando-se em conta os problemas que vem causando às mulheres que a utilizam. Esse aspecto assume maior gravidade se considerarmos que no Brasil existem atualmente 10 laboratórios multinacionais fabricando 28 marcas de anticoncepcionais, sendo que mais de 15, vendidos aqui livremente, são proibidos nos Estados Unidos";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 5. "Os dois planos - federal e estadual - apresentam um risco: induz as mulheres a usarem pílulas anticoncepcionais, sem oferecer oportunidade de escolher o método que lhe convém";</p> <p>Trecho 6. "Um programa que realmente pretenda elevar o nível de saúde das mães e das crianças só terá fundamento se houver uma real melhoria das condições de vida";</p> <p>Trecho 7. "No momento, o importante é que a possibilidade de controlar o número de filhos, separando assim o prazer sexual da procriação - que é um direito das mulheres - não seja transformado em programas de controle de natalidade irracionais, prejudiciais e muitas vezes coercitivos".</p>

Categoria Direitos Trabalhistas

Quadro 7. "creche: com quem deixar nossos filhos", *Nós Mulheres*, Nº 2, setembro/outubro de 1976.

Unidades de análise	<i>"creche: com quem deixar nossos filhos"</i>
Fontes	<p>Trecho 1. " - Eles entregam prá gente criança criada, com 4 anos - diz uma mãe na sala de espera - até lá, você só tem trabalho nos fins de semana. Uma maravilha. O problema meu é agora, que o menino já completou os 4 anos. Agora é que eu não sei o que fazer, mais falta do que trabalho, só com esse problema na cabeça";</p> <p>Trecho 2. "Esse problema, diz dona Leda, responsável pela creche, será em parte sanado no novo prédio, que poderá atender de 130 a 140 crianças. Isso se ela conseguir que lhe mandem mais funcionários, como está pleiteando: 8 atendentes, 1 recreacionista e uma escriturária. Atualmente, 28 funcionárias atendem às 80 crianças matriculadas";</p>
Apuração	<p>Trecho 3. "Na cidade de São Paulo existem 260 creches e parques infantis (público e particulares, conforme dados da Secretaria do Bem Estar Social/1975). Existem muito mais crianças necessitando de atendimento do que creches disponíveis (há uma vaga para cada 28 crianças, aproximadamente). A principal razão dessa carência é o pouco que se tem feito pelo atendimento do filho da mulher trabalhadora. Para as mulheres empregadas sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o artigo 389 obriga as empresas com mais de 30 mulheres a terem local onde as mães possam amamentar seus filhos até os 6 meses de idade";</p> <p>Trecho 4. "Aqueles que tem outros tipos de contrato de trabalho, como por exemplo o de <<prestação de serviços a terceiros>> ou a <<título precá-</p>

	rio>>, não têm nenhuma lei que lhes assegure o direito à guarda dos filhos. O Estado só tem obrigações na chamada idade escolar que vai dos 7 aos 14 anos";
Linha editorial	<p>Trecho 5. "A maioria das empresas faz convênio com qualquer creche, só para estar dentro da lei. A creche N.S. Mãe de Deus, na Freguesia do O, é um exemplo disso. Lá existe somente uma babá para cada grupo de 15 crianças (a babá não tem nenhuma formação profissional. Não há médicos, psicólogas ou pedagogas presentes. As condições higiênicas são bastante precárias. Não há espaço para o lazer das crianças, não há área verde, enfim, é apenas e simplesmente um depósito de crianças"</p> <p>Trecho 6. "As pessoas que cuidam dessas crianças devem ser especializadas e competentes, para que possam dar a elas condições de um desenvolvimento sadio. As creches e todas as instituições de educação pré-escolar devem contribuir para desenvolver as potencialidades das crianças, se quiserem preencher sua função de prepará-lo para um bom desempenho escolar futuro";</p>

Quadro 8. "*Um dinheirinho pingado*", *Nós Mulheres*, Nº 1, julho de 1976.

Unidades de análise	" <i>Um dinheirinho pingado</i> "
Fontes	Trecho 1. "É o que nos conta Maria de Lurdes, casada, 32 anos e mãe de 4 filhos: <<O que acontece é aquela situação: as coisas não dão nem prá comida. Então, a mulher tem que sair. Mas, como cuidar dos filhos, com quem deixá-los? Eu consegui creche, mas a creche não fica a disposição o tempo todo. Então, o emprego que eu consigo é sempre assim: pegar costurar prá arrematar, e outras coisas que se consegue em oficinas perto de casa: camisas, blusas, lençóis, e mesmo assim é difícil. Prá arrematar blusas pagam Cr\$0,30 cada uma. Pelo lençol que vou costurar, fazer barra, ganho Cr\$ 0,50 ou Cr\$ 0,55 (feitos à máquina). As vezes, uma outra mulher da vizinhança consegue bastante trabalho numa oficina, então reparte um pouquinho comigo e outras mulheres";
Apuração	<p>Trecho 2. "[...] se Maria de Lurdes ficar o dia inteiro só pintando cavalinhos, um trabalho que exige minúcia e paciência, e se fizer isto os 30 dias do mês, sem descanso, ela receberá, ao final, 225 cruzeiros. Se estivesse regularmente empregada na fábrica teria de receber, pelo menos, o salário mínimo"</p> <p>Trecho 3. "Há também o caso da fábrica de camisas. Tudo o que é feito dentro da fábrica é o trabalho de cortar as camisas. Depois, elas são distribuídas entre mulheres, como Maria de Lurdes, que costurarão as camisas em suas casas. A fábrica vende estas camisas por 40 cruzeiros e Maria de Lurdes recebe a quantia, quase ridícula, de Cr\$ 1,00 no caso de camisas de homem";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 4. "O que Maria de Lurdes, como milhares de outras mulheres, conseguiu, na verdade, foi um sub-emprego¹². Isto é, como existe uma grande quantidade de pessoas querendo trabalhar e não há emprego para todos, começaram a aparecer uma enorme variedade de "bicos". Ao invés da fábrica pagar um salário para uma trabalhadora fixa fica muito mais lucrativo pagar alguém que faça os mesmos trabalhos (arrematar roupas, pintar brinquedos, costurar sacolas plásticas, etc) em casa";</p> <p>Trecho 5. "Estes são apenas alguns exemplos de sub-emprego feminino. Mas</p>

¹² A grafia utilizada em citações diretas respeita a forma como o verbete foi escrito originalmente na reportagem.

	são suficientes para mostrar o imenso sacrifício de milhares de mulheres que, por quantias mínimas de dinheiro, passam noites e dias em trabalhos monótonos, repetitivos e cansativos. E a importância da pequena quantia que ganham é tão grande, pois dela depende também a sobrevivência de sua família, que mulheres como Maria de Lurdes lamentam apenas a falta de mais trabalho"
--	---

Quadro 9. “Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?”, Brasil Mulher, Nº 5, 1976.

Unidades de análise	“Mulheres trabalhando sem registro, sem creche. Agora também a noite?”
Fontes	<p>Trecho 1. "Maria do Socorro Delgado, 28 anos, limpa todos os dias treze andares da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo. Seu horário de trabalho vai das 13 às 22 horas, com salário mínimo e sem pagamento de extras. "Moro em Ferraz de Vasconcelos, separei do marido e sustento dois filhos. A gente passa apurado, que é que vai fazer? Ainda pago 200 cruzeiros de aluguel, onde moro não tem luz nem água, é o maior sacrifício, mas a gente vai vivendo";</p> <p>Trecho 2. "Emília Cãosilin, 46 anos, conta que já costurou com sua irmã, durante cinco anos. "Depois de algum tempo, quando meus filhos casaram, voltei a costurar prá ganhar algum dinheiro. Meu marido é aposentado, e o dinheiro não dá. Eu gosto mais de trabalhar aqui em casa. Registro? Não tenho, nunca pensei nisso, só quero continuar trabalhando até quando o corpo não der mais..."</p> <p>Trecho 3. "Recentemente, o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, explicou as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina, em função de uma resolução internacional, que proíbe o trabalho da mulher no período noturno”</p>
Apuração	<p>Trecho 4. "É preciso lembrar que o índice de mulheres que trabalham fora de casa é pequeno, entretanto, mulheres que não trabalham nem estudam não são classificadas de desocupadas, já que se encarregam das tarefas domésticas"</p> <p>Trecho 5. "A carteira de trabalho como prova de registro é outro obstáculo para a condição regular do trabalhador, pois à medida em que as faixas etárias sobem, diminui o índice de trabalho devidamente registrado. Sob esse aspecto a mão de obra feminina sofre maior discriminação, pois o maior contingente de assalariadas registradas está na faixa de 20 a 24 anos. Assim é que, entre outras faixas etárias, encontra-se grande número de mulheres que exerce atividades domésticas, e mesmo aquelas que recebem serviços de indústrias e firmas para fazer em casa";</p> <p>Trecho 6. “O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, pronunciou-se recentemente sobre as intenções do governo em abrir novos canais de utilização da mão de obra feminina, e destacou sua preocupação com a extensão do trabalho noturno à mulher, hoje proibido. Para tanto, seriam necessárias modificações na Consolidação das Leis do Trabalho. As propostas de uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em convênio com SENAI e SENAC serão estudadas pelo ministro, que ainda deverá se pronunciar este mês sobre o assunto”;</p>
Linha editorial	Trecho 7. "A discriminação entre sexo, idade e capacidade de produção corresponderão, junto ao interesse econômico, para a crescente parcialidade na escolha de homens, mulheres e crianças para o trabalho. É o que ocorre, por

	<p>exemplo, com a escolha de mulheres e crianças com menor remuneração, para realizar o mesmo trabalho de homens";</p> <p>Trecho 8. "[...] estabelecer permissão ao trabalho noturno da mulher nas atuais condições é fazer com que ela se submeta a um trabalho com salário menor ao do homem, que não se dispõe mais a um serviço por não lhe oferecer compensações".</p>
--	---

Quadro 10. "Domésticas: "Queremos ser vistas como trabalhadoras", Brasil Mulher, Nº 8, agosto de 1977.

Unidades de análise	"Domésticas: "Queremos ser vistas como trabalhadoras"
Fontes	Trecho 1. "Quem é doméstica não escolheu a profissão. Está sempre desejando trocá-la por outra, diz Maria da Hora, da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro <<São mulheres que precisam trabalhar e não tendo profissão, empregam-se em casas de famílias de onde pretendem sair tão logo conseguirem aprender outra coisa qualquer>>";
Apuração	<p>Trecho 2. "As mulheres nesta situação representam uma enorme parcela da população feminina economicamente ativa do País. O Censo de 1970 revela que três quartos destas trabalhadoras ganhavam menos de 60% do salário mínimo vigente na região";</p> <p>Trecho 3. "Conforme pesquisa realizada pela Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo (APEDSP), com 1500 associados, os salários variam de Cr\$ 900,00 a Cr\$ 1.200,00, chegando às vezes a um pouco mais";</p> <p>Trecho 4. "A profissão de doméstica é característica dos países subdesenvolvidos (44,5% começam a trabalhar entre 10 e 16 anos). Nos países industrializados só uma pequena elite pode manter estas profissionais. São bem pagas e amparadas por legislação mais humana";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 5. "Comparando a situação da doméstica com a do trabalhador, acham justo descontar do salário a importância destas <<vantagens>> (apenas 25,8% das domésticas moram com a família). No entanto, ninguém parece notar que a empregada que mora no emprego trabalha muito mais horas, sem a pausa necessária para as refeições ou lazer noturno (48,5% fazem TODO o serviço e 23,9% têm apenas UMA folga por mês)";</p> <p>Trecho 6. "A profissão de doméstica, diretamente ligada as atividades ditas femininas, não pressupõe nenhum preparo anterior, uma vez que a maioria das mulheres de todas as classes sociais em nosso meio é educada <<para o lar>>".</p>

Quadro 11. "O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?", Mulherio, Nº 7, maio/julho de 1982.

Unidades de análise	"O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica?"
Fontes	Trecho 1. "Em pesquisa realizada em 1975 junto aos chefes de pessoal de 22 empresas representativas do comércio e da indústria de São Paulo, a advogada Marly Cardone constatou que apenas sete não despediam as empregadas quando estas se casavam ou ficavam grávidas";
Apuração	Trecho 2. "No mundo das estatísticas, o trabalho doméstico não remunerado é confundido com inatividade - dessa forma, as cifras representadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Educacionais por amostras de Domicílios

	<p>(PNADs) indicam que, em 1980, apenas 26,9% das mulheres brasileiras de mais de 10 anos trabalhavam, eram economicamente ativas";</p> <p>Trecho 3. "[...] trabalhadoras com responsabilidades familiares em geral trabalham mais que os homens e chegam a realizar 70 a 80 horas semanais de trabalho, segundo um estudo recente publicado pela Organização Internacional do Trabalho";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 4. "Entre 1950 e 1970, diminuiu a participação das mulheres na indústria. Com a utilização de uma tecnologia sofisticada, houve pouco aumento de novas oportunidades de emprego e exigência de mãos-de-obra mais qualificada. Esse requisito a mulher quase nunca pode satisfazer, porque tem sempre menos oportunidades do que os homens de receber formação profissional";</p> <p>Trecho 5. "Nas ocupações em que a participação feminina é maior, como na categoria dos professores e nas ocupações domésticas remuneradas e de serviços, a discriminação é ainda mais evidente, pois a mulher que nelas trabalha não chega a ganhar nem a metade que ganha o homem".</p>

Quadro 12. *"Solução miserável para um país pobre"*, Mulherio, Nº 11, janeiro/fevereiro de 1983.

Unidades de análise	<i>"Solução miserável para um país pobre"</i>
Fontes	<p>Trecho 1. "[...] o arquiteto Jorge Wilhelm, um dos nomes que vêm sendo apontados insistentemente pela imprensa como provável prefeito de São Paulo na gestão Montoso, também defende o incentivo ao programa de creche familiar. Em seu livro <i>Um projeto para São Paulo</i>, lançado há pouco, ele diz que "a construção e operação das 504 creches que se estima deveriam atender à demanda atual (em São Paulo) constituiriam um custo mensal muito elevado, delongando a sua implantação em virtude da concorrência com outras prioridades";</p>
Apuração	<p>Trecho 2. "Essa forma de cuidar de crianças pequenas não é nova. Faz parte há muitos anos dos usos e costumes espontâneos das moradoras das grandes cidades, especialmente nos bairros pobres da periferia. A novidade é que, agora, várias instituições governamentais, como FEBEMs, LBA, Ministério da Previdência Social e Fundação de Serviço Social de Brasília, estão institucionalizando a experiência";</p> <p>Trecho 3. "Um documento recente do Ministério da Previdência Social ("Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade", editado no final de 82 em convênio Unicef/MPAS) traz a seguinte avaliação das creches-lar visitadas pelas autoras: Aspectos das crianças - Na sua maioria as crianças tinham aspecto saudável. Encontramos algumas alegres brincando e outras paradas, tristonhas. As guardadeiras informam que todas estão em dia com vacinação porque as mães levam ao Posto de Saúde. Mas também encontramos situações assim: três irmãos com coqueluche, na mesma cama de casal, junto com outra criança que parecia sadia, que pelo menos não tossia. A guardadeira não conseguiu que a mãe faltasse ao trabalho para levar as crianças ao médico";</p> <p>Trecho 4. "Todos os programas que tentaram contornar esses problemas - registrando e treinando as crecheiras, fornecendo adequado material pedagógico e de consumo ou possibilitando a frequência das crianças a atividades dirigidas num local próximo durante algumas horas do dia - tiveram um custo igual ao de uma creche "tradicional". Como exemplo, temos o caso da França, do Canadá, da favela de Paraisópolis, em São Paulo, e de um pro-</p>

	grama da LBA em São Carlos (SP), já extinto”;
Linha editorial	<p>Trecho 5. "[...] alguns técnicos parecem estar vendo esta proposta como o modelo definitivo de creche brasileira. Isto é, uma solução miserável para um país pobre”;</p> <p>Trecho 6. "O principal argumento utilizado pelos defensores da "creche-lar" é o baixo custo necessário para implantar o programa. Na realidade, não é necessário nem sequer um investimento em seu funcionamento. Nenhum dos programas existentes hoje no País assalaria a mãe-crecheira, evitando estabelecer com ela um vínculo empregatício”;</p> <p>Trecho 7. "Em relação à mãe-crecheira, as dificuldades são grandes. Ela fica na situação típica da trabalhadora a domicílio, colocada na encruzilhada entre o trabalho doméstico e o profissional, o que leva a uma falta de clareza na percepção de seu papel e uma grande insatisfação no trabalho. Ela é uma trabalhadora regular, mas fica excluída dos benefícios trabalhistas básicos, como jornada limitada de trabalho, descanso para almoço, férias, licenças, 13º salário, e sequer tem contato com colegas de trabalho”.</p>

Categoria Direitos Civis

Quadro 13. “Direito Civil: quem decide é o homem”, *Brasil Mulher*, Nº 2, 1976.

Unidades de análise	“Direito Civil: quem decide é o homem”
Fontes	<p>Trecho 1. "Marly Cardone, advogada e professora da Universidade de São Paulo, Relatora do Tema "A Mulher e o Direito" explica: "Diz a nossa Constituição, no artigo 153: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo... "É verdade que na interpretação desse dispositivo leva-se em conta que as pessoas devem ser tratadas desigualmente, na medida em que elas foram desiguais, isto é: estando em situações diversas, devem receber tratamento diverso, justamente para atender a esse princípio de igualdade”;</p> <p>Trecho 2. "Ada Pellegrini Gainover, Procuradora do Estado de São Paulo, professora livre docente da Faculdade de Direito da USP e representante da Academia Paulista de Direito como debatedora no encontro de "Diagnóstico da Mulher", acredita que as medidas a serem tomadas devem ser outras. Diz ela: "Eu me pergunto se realmente é importante começar por preconizar que leis novas sejam promulgadas com relação à mulher, para que ela então motive essas mudanças ou conquistas”;</p> <p>Trecho 3. "Houve um progresso a partir de 1962, quando surgiu o Estatuto da mulher casada, que, segundo a deputada Dulce Sales Cunha, seria uma carta de alforria à mulher”;</p>
Apuração	<p>Trecho 4. “O marido é o chefe da sociedade conjugal, segundo o Direito, apesar do acréscimo feito em 1962, que diz que essa função é exercida "com a colaboração da mulher”;</p> <p>Trecho 5. "[...] procura-se melhorar as condições da mulher na sociedade conjugal tratadas ainda superficialmente no Estatuto de 1962, apesar dele ter trazido várias vantagens, tais como a que se refere à defesa do patrimônio: se o marido assina uma letra de câmbio, notas promissórias ou dá aval num título de crédito, a cobertura será feita pelos bens de um só dos cônjuges, o que assinou, ou pelos bens comuns mas até a metade - se o credor for cobrar em juízo a mulher terá a garantia de que a sua metade não será responsável”;</p>

Linha editorial	<p>Trecho 6. "Existe uma discriminação muito grande na sociedade conjugal. Embora a lei pretenda que a orientação e educação dos filhos seja exercida em comum pelo casal, o Direito Civil dá preferência à opinião do pai: "Quem decide é o pai". "Se a mulher não estiver de acordo, deve procurar o poder judiciário para que decida. Não há, então, igualdade, prevalecendo a opinião do marido, enquanto a mulher fica numa situação de submissão";</p> <p>Trecho 7. "O Estatuto da mulher casada, de 1962, apesar de suas muitas lacunas representou um grande avanço, porém, na prática, muita coisa continua como antes, por falta de conscientização, de informação";</p> <p>Trecho 8. "Do "Diagnóstico da Mulher", além da constatação de que a discriminação é grande, há a conclusão ainda de que somente o exercício da mulher, conscientemente, de seus direitos conquistados e a luta pelos ainda não conquistados, é que poderá eliminar as discriminações".</p>
-----------------	--

Quadro 14. "Eleições 76", *Nós Mulheres*, Nº 3, novembro/dezembro de 1976.

Unidades de análise	Reportagem "Eleições 76"
Fontes	<p>Trecho 1. "[...] Célia, bancária de 22 anos, diz: <<não faço idéia em que vou votar. Acho que tudo é a mesma coisa. Na última hora a gente vê";</p> <p>Trecho 2. "O Senador Paulo Brossard, do MDB, afirma que esta lei <<é um dos mais insígnies retrocessos havidos no Brasil em matéria política e é difícil se dizer o quanto prejudicará o MDB nas próximas eleições>>";</p> <p>Trecho 3. "Julieta, 19 anos, balconista: <<Quero decidir por mim mesma. Não quero votar nem no candidato da minha mãe, nem do meu pai. Eu quero defender a pessoa que eu acho que merece. As eleições têm importância porque a gente votando procura conhecer os candidatos. E conhecendo-os e vendo que estão do nosso lado, a gente os apoia>>";</p> <p>Trecho 4. "Para Lúcia, costureira de 32 anos, a questão se resolveu de forma mais decisiva desde que em sua Vila foi o próprio povo quem escolheu o candidato. <<É uma pessoa que se for eleita vai defender aquilo que a gente quer e não o que ele bem entender. Em junho, a gente discutiu o programa dele: o problema do saneamento, da creche, do parque infantil, das liberdades democráticas e muitos outros. Acredito que se ele ganhar, ele vai cumprir o programa porque nós todos da vila vamos lutar por sua realização>>";</p> <p>Trecho 5. "Nodeci escolheu o MDB porque: <<é o pedido do povo. Está na hora de estarmos no poder. São dois os partidos da Revolução e até agora só um imperou";</p> <p>Trecho 6. "Almira diz que escolheu a Arena porque é o partido do governo. <<Só posso conseguir as coisas através do governo, porque eu não tenho meios. Acho muito bom o AI-5. É uma garantia da democracia. O nosso povo não pode ter muita liberdade. Abusa. O AI-5 só tira direito pra quem quer fazer anarquia. Nós somos um país católico, um país feliz. É verdade que há fome, mas não é só aqui. É no mundo inteiro. Então por causa disso eu vou renegar o meu governo?>>";</p> <p>Trecho 7. "'[...] a candidata Sônia se propõe a defender os direitos da mulher e da criança. <<A Família que vive em Osasco tem uma série de problemas para sobreviver. A mulher, de modo geral, tem que ajudar. E ajudar como, se tem crianças pequenas? Osasco só tem 4 creches municipais que atendem precari-</p>

	amente."
Apuração	<p>Trecho 8. "Todas as medidas de exceção postas em prática a partir de 1964, entre as quais o AI-5, o decreto-lei 477 e a lei de Segurança Nacional, continuam em vigência. Ademais, o próprio sistema partidário existente, importado pelo AI-2 que criou a obrigatoriedade de 2 partidos exclusivamente, inibe formas mais amplas de participação política";</p> <p>Trecho 9. "A autonomia política e econômica dos municípios encontra-se tolhida: as verbas para os municípios dependem do governo estadual e federal, deixando as câmaras municipais e os prefeitos com poucas possibilidades orçamentárias";</p> <p>Trecho 10. "O fato de inúmeros prefeitos serem escolhidos pelo governador favorece, indiscutivelmente, o partido governamentista, Arena. Além disso, o partido oposicionista - MDB - não conseguiu organizar diretórios em mais de 100 municípios do interior paulista, logo, não poderá apresentar candidatos (pois só poderão ser candidatos as pessoas regularmente inscritas nos diretórios dos 2 partidos existentes, não sendo possível uma candidatura isolada). Isso, mais uma vez, favorece o partido governista";</p> <p>Trecho 11. "Outra consequência da falta de debates e participação tem sido o aumento do número de pessoas que pretendem votar nulo. Esta, por exemplo, foi a posição adotada por estudantes no Encontro Nacional dos Estudantes, realizado na Cidade Universitária da USP, no dia 16 de outubro passado";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 12. "A verdadeira democracia pressupõe a existência de formas de organização autônomas e independentes na base da sociedade. É fundamental a mobilização de associações de donas de casa, associações de pais e mestres, clubes de mães, sindicatos, em torno de seus interesses específicos. E mais do que isso, é necessário que estes grupos tenham o direito a defender estes interesses no cotidiano da prática democrática";</p> <p>Trecho 13. "Qualquer que seja o resultado apontado pelas urnas, ninguém ignora que as próximas eleições não poderão modificar fundamentalmente a orientação política e econômica do atual governo".</p>

Quadro 15. "O que ganhamos, o que perdemos", *Mulherio*, Nº 11, janeiro/fevereiro de 1983.

Unidades de análise	Reportagem "O que ganhamos, o que perdemos"
Fontes	<p>Trecho 1. "Para Tereza Cristina Lajolo, do PT, a vereadora que conquistou a maior votação (26.076 votos), "a questão da mulher não pode ser dissociada do processo de transformação da sociedade como um todo" e por isso ela acredita que a sua eleição tenha se dado, basicamente, "em função de compromissos assumidos há muitos anos com o movimento popular";</p> <p>Trecho 2. "Erundina, como Tereza, sente certa dificuldade em se colocar como feminista. Como assistente social do Estado, tem sido uma figura muito importante no Movimento por Creches, dentro da área do funcionalismo público, e acredita que "o movimento de mulheres avançou, porque se encontra no bojo dos movimentos populares";</p> <p>Trecho 3. "Irede Cardoso, a terceira mais votada (25.258 votos), também do PT, é sem dúvida a vereadora mais identificada com a causa feminista. Membro da Frente de Mulheres Feministas, editora da TV Mulher e autora de uma coluna semanal na Folha de S. Paulo sobre feminismo, toda a sua campanha</p>

	<p>foi desenvolvida em torno da questão da mulher";</p> <p>Trecho 4. "Clara Charf, que se candidatou a deputada estadual pelo PT e que milita no movimento de mulheres desde 1945, diz: "Fui convidada a falar em lugares onde nunca tinha estado e onde não conhecia ninguém. Pessoas que procuravam e continuam me procurando com um grande interesse. O avanço das mulheres nessas eleições, pra mim, vem justamente daí, de termos expandido as fronteiras das nossas discussões";</p> <p>Trecho 5. "Sílvia Pimentel, candidata pelo PMDB a deputada federal, por sua vez, afirma: "Houve um avanço não só pelo fato de tantas mulheres que levantam a causa feminista terem se candidatado, como também pelo fato de candidatas que não são oriundas do movimento de mulheres terem, nas suas plataformas e palestras, se identificado com as bandeiras feministas";</p>
Apuração	<p>Trecho 6. "Se na Câmara Municipal houve um claro avanço - de 33 cadeiras, três serão agora ocupadas por mulheres -, na Assembleia Legislativa houve um retrocesso quantitativo mas um avanço qualitativo. Dos 84 deputados estaduais, apenas uma é mulher: Ruth Escobar, do PMDB, da Frente de Mulheres Feministas e que, como Irede, desenvolveu sua campanha principalmente a partir da questão feminina";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 7. "A eleição para a Câmara Municipal foi considerada por toda a imprensa paulista como "a verdadeira puxada de sangue novo". Numa casa mais conhecida pelos escândalos e pelo clientelismo do que propriamente por decisões significativas de interesse dos paulistanos, nada menos de 64% dos vereadores recém-escolhidos constituem uma nova safra de legisladores, a maioria oriundos de movimentos sociais que ganharam força recentemente, após a abertura";</p> <p>Trecho 8. "A presença de três mulheres nessa fase de transformação distingue a importância que essas mesmas mulheres têm nos movimentos em que se encontram envolvidas";</p> <p>Trecho 9. "Embora o Estado tenha fechado as eleições com três vereadoras, sete prefeitas, uma deputada estadual e três deputadas federais, o grande passo do movimento de mulheres foi dado muito mais em função do espaço ocupado durante a campanha. Essa afirmação parte basicamente das candidatas derrotadas, que acreditam terem ganho mais respeito e representatividade, inclusive dentro de seus próprios partidos".</p>

Quadro 16. "Direitos, já. Como as diretas", *Mulherio*, Nº 16, maio/junho de 1984.

Unidades de análise	Reportagem "Direitos, já. Como as diretas"
Fontes	<p>Trecho 1. "Depois de tantos atos pró-diretas, contentes com o caráter florido, musical, cênico das manifestações, divertidas e emocionadas com a liberação da criatividade expressa nas roupas, murais, cartazes, palavras de ordem, bonecos, chegaríamos a comentar, como fez Fulvia Rosemberg: "Pode parecer onipotência, mas acho que esse colorido todo foi uma contribuição nossa, das mulheres";</p> <p>Trecho 2. "Pobres de espírito aqueles que responsabilizaram as mulheres pelo estado de emergência, diz Amelinha Telles, da União de Mulheres de São Paulo";</p>
Apuração	<p>Trecho 3. "Foi linda, alegre e emocionante a passeada. Ouso dizer que a precariedade do som e a incapacidade que o comando teve de inscrever todas as oradoras potenciais muito contribuiu para o seu sucesso. As palavras de ordem,</p>

	<p>as faixas, falavam desde contra o programa nuclear à legalização do aborto";</p> <p>Trecho 4. "No 17 de abril a ida a Brasília, a primeira manifestação massiva das mulheres a nível nacional desde 64. Nordestinas, cariocas, mineiras, gaúchas, paulistas, goianas marcaram pela sua presença no enfrentamento com os Hulk pedessistas uma novidade em termos de pressão: as visitas às casas dos parlamentares contrários à Dante de Oliveira e que tanta indignação causaram aos meios governamentais não foram uma forma de quebrar a rigidez da separação entre o público e o privado?";</p> <p>Trecho 5. "Depois de três anos separadas, a campanha pelas diretas fez com que as entidades e grupos do movimento de mulheres de São Paulo se juntassem para produzir ações unitárias. Rompidas desde o III Congresso da Mulher Paulista, em 81, nos encontrávamos em janeiro";</p>
Linha editorial	<p>Trecho 6. "A panela, símbolo da escravidão feminina, se transforma num instrumento de ação política, feita na janela, limite de casa com a rua, do pessoal e do político";</p> <p>Trecho 8. "Nosso anseio amplo das diretas deve-se traduzir em propostas que nos digam respeito, não importa quem seja o presidente, não importa se nos separamos partidariamente na campanha".</p>

Fonte: A autora (2019).